UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARJORIE ROCHA COHN

**A FAZENDA SANTA SOFIA: CAFEICULTURA E ESCRAVIDÃO
NO VALE DO PARAÍBA MINEIRO, 1850 - 1882**

SÃO PAULO
2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARJORIE ROCHA COHN

**A FAZENDA SANTA SOFIA: CAFEICULTURA E ESCRAVIDÃO
NO VALE DO PARAÍBA MINEIRO, 1850 - 1882**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

SÃO PAULO
2013

RESUMO

A Fazenda Santa Sofia: Cafeicultura e escravidão no Vale do Paraíba Mineiro, 1850 - 1882

Esta dissertação tem por objeto a escravidão na economia cafeeira do Vale do Paraíba mineiro durante a segunda metade do século XIX. A análise parte do estudo de uma fazenda, a Santa Sofia, durante o período compreendido de 1850 a 1882. Nesta quadra, a fazenda pertenceu a Camilo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados em 1881. A pesquisa pretende tratar, com base nesse foco espacial e temporal específico, um elenco de temas que vêm sendo explorados pela historiografia brasileira nas últimas décadas: a composição demográfica da escravaria da fazenda em tela; a organização do seu processo de trabalho (o que envolve o estudo das estratégias de controle empregadas pelo fazendeiro bem como das estratégias de resistência dos escravos); a organização do processo de produção do café (técnicas agronômicas e de beneficiamento dos grãos); a organização espacial da fazenda; as relações do fazendeiro com o mercado cafeeiro do Rio de Janeiro; finalmente, os impactos da crise da instituição da escravidão, na década de 1880, sobre as relações escravistas na fazenda.

Palavras-chave: Escravidão, Cafeicultura, Relações Escravistas, Zona da Mata

E-mail: marjoriercohn@gmail.com

ABSTRACT

The Santa Sofia: Coffee production and slavery in the ‘Mineiro’ Paraíba Valley, 1850 - 1882

The object of this dissertation is the slavery in the coffee economy in the Paraíba Valley during the second half of the 19th century. The starting point is a property, the Santa Sofia, during the period between 1850 and 1882. During this time, the property belonged to Camilo Maria Ferreira Armond, Count of Prados in 1881. Based on these special and temporal focus, the aim is to approach a range of themes that are being investigated by the Brazilian historiography on the last decades: the demography of slavery; the organization of the Santa Sofia's work process (including the study of the control strategies employed by the farm's owner and also the slave resistance); the organization of the coffee production (agronomical techniques and coffee processing); the spacial organization; the relations between the producer and the coffee market in Rio and, finally, the impacts of the slavery crisis in the 1880s.

Keywords: Slavery, coffee production, Slavery relations, Zona da Mata

AGRADECIMENTOS

Os caminhos que me trouxeram até aqui tiveram tantos altos e baixos quantos as serras mineiras. Por isso, ficam meus agradecimentos a todos aqueles que, de alguma maneira, me ajudaram a atravessar o caminho.

Como não poderia deixar de ser, o primeiro deles vai para meu orientador, Rafael Marquese, que me confiou o tesouro da Santa Sofia e aceitou minhas escolhas ao longo da jornada.

Aos meus pais, Miguel e Vera, que me incentivaram, cada um à sua maneira, a chegar até aqui. Ao Marcel, pelo companheirismo que só um irmão pode oferecer e ao Anderson, que acabou de chegar, mas já é parte fundamental de nossas vidas; ao meu avô José Rocha, um exímio contador de histórias, como todo mineiro.

Um agradecimento muito carinhoso às meninas e ao menino. Ana Tuiú, Carla, Mari, Vivi, Paula e Renan, que acompanham e compartilham dramas, alegrias, angústias, crises e muita diversão há (quase) uma década. E também ao Tiago, que acompanhou de perto boa parte desta caminhada com muita compreensão.

À professora Glória, que me apresentou a História, assim, com H maiúsculo, e aos professores que desde a graduação me inspiraram e me fizeram ter orgulho da minha escolha, entre eles, não poderia deixar de citar Carlos Zeron e Nicolau Sevcenko.

À equipe do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, especialmente Neibe e Rosana, que me receberam pacientemente durante toda a fase de pesquisa. E também à Edna Resende, do Arquivo de Barbacena e ao Antônio Henrique Duarte Lacerda, do Arquivo de Juiz de Fora.

Ao Sr. José Henrique, por ter me recebido de maneira tão atenciosa, dedicando seu tempo para compartilhar as histórias da Santa Sofia e por ter abraçado com tanto afinho e carinho a tarefa de zelar pela história de sua família.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1. As origens da Família Ferreira Armond	16
1.1 A trajetória dos Ferreira Armond – de Portugal às Gerais	16
1.2 Camilo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados	22
1.3 A província de Minas Gerais e a Zona da Mata	29
1.4 A fazenda Santa Sofia	33
Capítulo 2. A produção cafeeira na Santa Sofia	47
Capítulo 3. O conde de Prados e a administração da escravaria	69
3.1 Conflitos na comunidade escrava: o caso de João Constantino e João Carioca	75
Capítulo 4. Os escravos da Santa Sofia: uma análise demográfica	84
4.1 A matrícula de 1872	84
4.2 A relação de escravos de 1882	92
4.3 Por dever e por afeição: as alforrias do Conde de Prados	96
Considerações Finais	109
Fontes e Bibliografia	111

Introdução

Em 1828, o Brasil despontava como o maior produtor mundial de café. Quase toda a produção cafeeira era proveniente da região do Vale do Paraíba, que compreendia terras das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esta região, relativamente desocupada por volta de 1800, já na década de 1850 adquiriu o caráter de típica região escravista de *plantation*¹. A cafeicultura, como não poderia deixar de ser, é assunto central para o estudo da história do Brasil e, sobretudo, para o estudo da dinâmica da escravidão. Na breve discussão historiográfica que se segue, irei expor as linhas interpretativas gerais que trataram da escravidão na cafeicultura brasileira. O objetivo é indicar a relevância do estudo de caso que se está aqui propondo.

O primeiro autor que tratou sistematicamente da história do café no Brasil foi Afonso d'Escagnolle Taunay, em sua vasta obra publicada entre 1939 e 1943, abordando o assunto desde o período colonial até o começo da República. Entre os temas por ele examinados, cabe destacar a análise que realizou dos manuais agrícolas, dos relatos de viajantes e das técnicas empregadas na produção de café. A obra continua sendo de valiosa importância como referência bibliográfica, apontando inclusive a potencialidade que algumas fontes documentais podem ter atualmente. Porém, não devemos nos esquecer que, como toda obra pioneira, a de Taunay apresenta um quadro analítico limitado e uma concepção histórica hoje considerada um tanto problemática².

Um dos principais trabalhos acadêmicos que examinou a região cafeeira no Vale do Paraíba e que se valeu dos novos métodos da história econômica e social foi o de Stanley Stein, tratando especificamente da cidade de Vassouras, uma grande produtora de café no Vale do Paraíba fluminense. A partir desse município, Stein apresentou uma ampla análise abordando os aspectos culturais, sociais e econômicos da região, do começo de seu povoamento, em fins do século XVIII, até a expansão do café após 1820, sua ascensão e, por fim, sua decadência, que, de acordo com o autor, começou por volta da década de 1870, com o encarecimento da mão-de-obra, o envelhecimento dos cafezais e o esgotamento das terras. O livro de Stein é muito bem embasado em diversas fontes primárias, como relatórios do poder público, inventários, processos judiciais,

1 Cf. MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. "O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX". In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

2 Cf. TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-1943, 15 vols.

relatos de viajantes, periódicos, manuais agrícolas e até mesmo entrevistas com antigos feitores e ex-escravos. O trabalho de Stein marcou a historiografia ao estabelecer novos padrões de análise para a escravidão negra na cafeicultura brasileira, desdobrados por outros historiadores³.

Nas décadas de 1960 e 1970, a produção historiográfica se orientou, no Brasil, por perspectivas metodológicas distintas quanto à análise da escravidão oitocentista. De acordo com esta nova orientação, Emília Viotti da Costa publicou, em 1966, um livro que enfocava as condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas que ditaram o ritmo da ruptura do sistema escravista. A autora teve como objetivo compreender o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre nas regiões cafeeiras por meio de uma interpretação materialista e dialética. Decorrente dessa escolha, a abolição da escravidão foi entendida como “um processo de longa duração que envolve[u] mudanças estruturais, situações conjunturais e uma sucessão de episódios que culminaram na Lei Áurea”⁴.

Houve, nos anos 1970, uma profunda renovação internacional da historiografia sobre a escravidão negra das Américas. Dentre os novos campos abertos, surgiram estudos de história quantitativa cujos resultados influenciaram significativamente a produção historiográfica sobre o Brasil. O uso de técnicas quantitativas apareceu em trabalhos monográficos novos que examinaram a história da escravidão brasileira de uma perspectiva regional ou dentro de uma determinada conjuntura econômica.

Os novos procedimentos levaram à revisão, por exemplo, da tese de Stein sobre a decadência econômica da escravidão no Vale do Paraíba. Pedro Carvalho de Mello e Robert Slenes analisaram a dinâmica do comércio interno de escravos com o uso sistemático das ferramentas da cliometria e da demografia histórica. Para eles, ao contrário de Stein, não houve irracionalidade nas decisões econômicas dos proprietários do Vale do Paraíba que continuaram a investir em escravos na segunda metade do século XIX⁵. O assunto foi aprofundado por Slenes em um artigo que teve por objeto o mercado de escravos e a economia cafeeira na província do Rio de Janeiro. Slenes afirma que a economia escravista do Vale do Paraíba Fluminense estava em processo de expansão entre os anos de 1850 e 1881, demonstrando especial vigor nos últimos nove

3 STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café*. (1ª ed.: 1957; trad.port.) São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961.

4 Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. (4ª ed.) São Paulo: UNESP, 1998, p. 29.

5 MELLO, Pedro Carvalho de & SLENES, Robert W. “Análise econômica da escravidão no Brasil”. In: NEUHAUS, P. (org.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

anos deste período, o que, portanto, diverge da interpretação de Stein, para quem a decadência começara na década de 1870. Para fundamentar a hipótese, o autor fez uso de dados sobre o mercado de escravos que apontam para um quadro de crescimento econômico nas principais áreas de grande lavoura. O vigor da economia escravista cafeeira, argumenta Slenes, questiona a ideia de que os fazendeiros do Vale do Paraíba tivessem uma mentalidade pré-capitalista; para eles, a escravidão iria durar tempo considerável, sendo ainda muito lucrativa nos anos setenta do século XIX⁶.

O trabalho de Robert Slenes fez parte de um esforço mais amplo de análise da economia e demografia histórica da escravidão no Brasil. Em relação ao segundo campo, os temas de eleição foram a família escrava, o tráfico negreiro e a estrutura de posse de escravos. Exemplos dessa vertente são os trabalhos de J. F. Motta⁷ e R. L. Marcondes⁸, autores, que, seguindo as orientações pioneiras de Alice P. Canabrava, Maria Luiza Marcílio, Iraci del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna, trabalharam com listas nominativas para analisar a questão da posse de escravos em diferentes municípios do Vale do Paraíba paulista.

No campo da história econômica, o foco recaiu sobre a história agrária e a composição de riquezas. Um bom exemplo é um artigo de João Fragoso sobre as técnicas na cafeicultura fluminense do século XIX, fruto de seu mestrado a respeito das estruturas agrárias no município de Paraíba do Sul, Rio de Janeiro. O autor se vale de relatos de viajantes europeus, periódicos agrícolas e trabalhos de publicistas brasileiros para verificar a percepção que diferentes autores coevos tinham do padrão tecnológico na produção cafeeira fluminense. O principal problema apontado por todas as fontes era que a exploração agrícola era condicionada à extensão de matas virgens existentes. A abundância de terras acabava fazendo com que os fazendeiros não se preocupassem tanto com a refertilização do solo, por exemplo. Por esses motivos, o sistema adotado no Brasil era considerado, por muitos dos observadores e agrônomos do século XIX, destruidor e irracional. Mas, para Fragoso, o que era definido como “brutal rotina” fazia parte de um mecanismo de reprodução de um sistema agrário historicamente definido, e,

6 SLENES, Robert. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888.” In: COSTA, Iraci del Nero da (org.) *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986.

7 MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal, 1801-1829*. São Paulo: Annablume - FAPESP, 1999.

8 MARCONDES, Renato Leite. “A Pequena e a Média Propriedade na Grande Lavoura no Vale do Paraíba”, In: *Lócus - Revista de História*, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, pp. 35-54, 1998.

portanto, dotado de racionalidade própria, que buscava maximizar o emprego do tempo de trabalho escravo por meio do uso extensivo dos recursos naturais⁹.

Por fim, em uma linha de investigação que ganhou corpo nos anos 1980 e ainda hoje é responsável por grande parte das investigações referentes à escravidão na cafeicultura, foram elaborados trabalhos que, menos ocupados com estruturas econômicas, conferiram maior importância à esfera de ações individuais ou coletivas dos escravos.

Maria Helena P. T. Machado¹⁰, por exemplo, analisou a resistência escrava cotidiana se contrapondo àqueles que achavam que reações escravas só se davam em situação limite. A autora trabalhou com o acervo de chefes de polícia e processos criminais para demonstrar que as conspirações e rebeliões de escravos na década de 1880 eram maiores e mais difundidas do que acreditava a historiografia até então. Em livro publicado originalmente em 1995 e editado em 2006, com acréscimos e revisões, Flavio Gomes trabalhou com mocambos e quilombos. O autor cobriu diversas regiões do Brasil, identificando nos quilombos e mocambos de cada região uma estratégia de resistência à escravidão, afora as relações que os quilombos mantinham com a sociedade. Em um capítulo do livro, analisou com vagar as complexas relações entre o trabalho nos cafezais, a constituição da comunidade escrava e a gênese da revolta de Manuel Congo, ocorrida em Vassouras no ano de 1838¹¹.

A região de Vassouras foi objeto de análise para importantes trabalhos historiográficos, como o de Stanley Stein. Em 2008, o historiador Ricardo Salles recolocou a região em pauta, elencando como um de seus objetivos a verificação das conexões entre a ordem econômica e social escravista e a configuração do Estado Imperial. Seu trabalho é estruturado em duas partes. A primeira apresenta um caráter global. A fim de avaliar como as questões políticas, sociais e econômicas afetaram as relações entre senhores e escravos, o autor traz as discussões políticas ocorridas em um cenário de crise internacional da escravidão. A segunda parte propõe uma análise mais detida sobre estas relações. Salles trata do ponto de inflexão entre estadistas e fazendeiros, que inaugurou uma crise política na década de 1870. Para analisar o ponto

9 FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense no século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul” In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, n. 12, pp. 125-150, 1986.

10 MACHADO, M. H. P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987; *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994.

11 GOMES, Flávio S. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro -- séc. XIX*. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

de vista dos fazendeiros e as transformações da região de Vassouras entre as décadas de 1850 e 1880, ele utiliza dados demográficos e inventários para abordar temas como a família escrava e as estratégias senhoriais empregadas para o controle das escravarias¹².

Após essa breve exposição sobre alguns dos trabalhos mais relevantes sobre a escravidão na cafeicultura brasileira, que tiveram um escopo geográfico mais amplo, é importante passar em revista os estudos que se voltaram ao estudo da escravidão em Minas Gerais, província que concentrou o maior número de escravos no Império do Brasil durante o século XIX. Destaca-se, especificamente, a Zona da Mata, região que possuía a maior população escrava da província e, em especial, onde se localiza a fazenda Santa Sofia.

A região da Zona da Mata das Minas Gerais – que engloba parte substantiva do território entendido como o Vale do Paraíba mineiro – permaneceu relativamente desocupada até o início do século XIX. A região recebeu este nome por ser uma área composta por um manto florestal homogêneo e compacto, um dos motivos pelo qual levou tanto tempo para ser ocupada¹³. Outro motivo residiu na proibição da Coroa portuguesa de se povoar as chamadas “zonas proibidas”, a fim de impedir o contrabando de ouro das minas. Com o declínio da produção aurífera, as proibições ao tráfego na região se afrouxaram.

Com a abertura do Caminho Novo, iniciada por Garcia Rodrigues Pais e concluída por Domingos Rodrigues da Fonseca Leme em 1707, tornou-se possível a exploração da região que estava delimitada pela Serra do Mar, o Rio Paraíba do Sul, o vale do Rio Paraíba e o alto da Mantiqueira. O Caminho Novo viabilizou a ligação direta das Minas com o Rio de Janeiro e proporcionou a ocupação da região, inicialmente com roças e ranchos para a estalagem de tropeiros e animais¹⁴. Foi justamente na região do Caminho Novo que, em meados do século XVIII, instalou-se o bisavô de Camilo Maria Ferreira Armond, proprietário da Fazenda Santa Sofia durante o período que será investigado nesta dissertação.

Muito se discutiu sobre a economia mineira após o declínio da produção aurífera; boa parte da produção historiográfica afirmou que a província passou da riqueza à decadência no século XIX. Roberto Martins rompeu com esta tradição

¹² SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo* – Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹³ VALVERDE, Orlando. “Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, pp. 3-82, 1958, p.22.

¹⁴ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias - Mercado, Terra e Poder na Formação da Cafeicultura Mineira (1780-1870)*. Bauru: EDUSC, 2005, p.45.

historiográfica e apresentou Minas Gerais oitocentista como a maior economia escravista e importadora de escravos do país. Para ele, a razão de ser desta dinâmica estava na economia da própria província, que se voltava prioritariamente ao abastecimento local. Martins destacou o chamado “fator Wakefield”: com uma grande disponibilidade de terras desocupadas e a presença de um campesinato independente que tinha livre acesso a eles, formou-se um contingente de mão de obra branca e livre de trabalhadores que não se submetiam ao trabalho assalariado ou de parceria, já que podiam ser proprietários ou posseiros. A conclusão é a de que, para manter o mercado interno, era preciso recorrer ao uso de escravos, sendo o uso dessa mão de obra relativamente reduzido em plantações voltadas para a exportação¹⁵.

Wilson Cano e Francisco Luna criticaram o trabalho de Martins, apontando que a decadência do ciclo de mineração abriu caminho para dois fenômenos. Primeiro, a economia mercantil escravista começou a se deteriorar, tendendo para uma economia de subsistência; segundo, ampliou-se a massa de alforriados. A escravaria voltava-se para uma economia de subsistência agrícola, pouco mercantilizada, que podia, naturalmente, apresentar taxas de sobrevivência mais elevadas do que antes e reproduzir-se em escala ampliada. A principal ressalva que os autores apresentam ao trabalho de Martins se refere ao provimento de capital para a importação de escravos e quais eram os mecanismos coercitivos aplicados, já que, com uma grande disponibilidade de terras livres, a fuga dos escravos para a fronteira aberta era uma ameaça constante¹⁶.

Robert Slenes, por sua vez, apontou as inconsistências de tese de Martins, ao contrapor suas informações a outras séries estatísticas sobre ocupação escrava e atividades econômicas mineiras, questionando em especial o uso que era dado aos escravos. Para o autor, a importação dos escravos estava associada à expansão da cafeicultura voltada para a exportação; nos seus termos, “as atividades de exportação não só permitiam um grande tráfico de escravos, mas também constituíam o centro dinâmico da economia mineira”¹⁷.

Dando prosseguimento ao debate, o trabalho de Douglas Libby apresenta a economia mineira oitocentista como uma economia de acomodação, que teve como

¹⁵ MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980.

¹⁶ LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. “A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – uma Hipótese.” In: *Economia Escravista em Minas Gerais*, Campinas, Cadernos IFCH-UNICAMP, v.10, pp. 1-14, 1983.

¹⁷ SLENES, Robert W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX.” In: *Estudos Econômicos (IPE/USP)*, São Paulo, v.18, n. 3, pp.449-495, 1988, p.453.

sustentáculo a agricultura mercantil de subsistência, cuja produção voltava-se ora para o autoconsumo, ora para o mercado interno (dentro ou fora da província). Além disso, o autor traz contribuições importantes para o estudo da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Segundo ele, apesar da grande dependência do braço escravo, houve, durante o século XIX, uma presença significativa do trabalho livre na Província, principalmente após meados do século¹⁸.

Ana Lanna, em seu trabalho sobre a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre na região cafeeira da Zona da Mata mineira, afirma que este processo fez parte de outro, mais amplo, da transição para o capitalismo. A autora ressalta a importância do café para a atividade econômica da Zona da Mata, bem como sua relevância na economia mineira, a partir da década de 1870. Ela define o perfil da atividade cafeeira em Minas como vinculado ao Rio de Janeiro, ocupando um pequeno espaço geográfico e com reduzidas possibilidades de expansão após 1890. Lanna destaca o aumento significativo da população escrava mineira durante o XIX e faz uma análise comparada com a escravidão em São Paulo, centro dinâmico das transformações econômicas no país, contrapondo a adoção, nesta província, de mão de obra europeia no contexto de crise da escravidão, ao caso de Minas Gerais, que optou pelo uso da mão de obra nacional¹⁹.

Tratando da família escrava e da estrutura agrária em Minas Gerais oitocentista, Rômulo Andrade aponta que a Zona da Mata concentrava 26% do contingente escravo da província por volta de 1872, isto em razão cafeeira. Como sua pesquisa está voltada para a questão familiar, destaca o fato de 29% dos escravos de Juiz de Fora serem casados ou viúvos e, deste número, mais da metade pertencer a grandes proprietários, o que pode indicar que estes ofereciam condições mais apropriadas para a criação de laços familiares, especialmente após o fim do tráfico, quando houve interesse na reprodução natural da escravaria e, por conseguinte, na melhoria do tratamento que lhe era concedido²⁰.

Laird Bergad sugere um escopo mais amplo em seu estudo sobre a demografia mineira nos séculos XVIII e XIX, ressaltando dois motivos para a singularidade da escravidão em Minas Gerais: primeiro, por ter sido uma província que, após o declínio

¹⁸ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

¹⁹ LANNA, Ana Lúcia. *A transformação do trabalho : a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*, Campinas : Editora da UNICAMP, 1988.

²⁰ ANDRADE, Rômulo. "Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais oitocentista" In: *População e Família*, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 181-209, 1998.

da produção aurífera, fez a transição para uma economia diversificada voltada para o mercado interno; segundo, pela dinâmica do crescimento da população escrava. Valendo-se de uma ampla série de inventários, Bergad argumenta que o aumento da população escrava da província se deu pela reprodução natural. O autor identifica um processo estável de “brasileirização” dos escravos mineiros entre os séculos XVIII e XIX e uma evolução para estruturas etárias do tipo piramidal, que caracterizam reprodução natural e que indicam a existência de laços familiares (formais ou não)²¹.

Mônica Ribeiro de Oliveira, em trabalho a respeito da formação da cafeicultura em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, comprova a vitalidade da propriedade escrava na Zona da Mata. A autora conclui que o perfil demográfico do sistema agrário exportador da Mata não foi muito diferente daquele do Vale do Paraíba fluminense: a taxa de africanidade alcançou seu pico no período imediatamente anterior à proibição do tráfico e, com o tempo, a taxa caiu, por causa da reprodução natural e, eventualmente, o tráfico interprovincial.

Antônio Henrique Duarte Lacerda, em sua dissertação de mestrado, chamou atenção para a importância do estudo das alforrias em uma região onde predominavam grandes propriedades rurais escravistas e que se manteve fortemente ligada à instituição até sua abolição. O autor se pauta nos métodos da História Social e Quantitativa, utilizando como fontes cartas de alforria registradas em Juiz de Fora. A conclusão a qual ele chega é a de que a maioria das alforrias em Juiz de Fora foram condicionais, havendo preferência por libertar as mulheres, pelo estabelecimento de laços afetivos com as famílias senhoriais. O autor também afirma que o volume de alforrias foi relativamente pequeno e não apresentou riscos ao sistema escravista ou ao domínio senhorial²².

Elione Guimarães, por sua vez, em um artigo que apresenta os resultados preliminares de sua pesquisa sobre economia autônoma dos escravos na cafeicultura brasileira, trata dos roceiros negros na Zona da Mata mineira no século XIX, especialmente nos municípios de Juiz de Fora e Mar de Espanha. A autora caracteriza a Mata como uma região na qual predominavam as propriedades fundiárias médias e grandes voltadas à exportação de café, com o emprego de um elevado número de escravos por unidade agrícola. O artigo tem por foco inventariar as fontes disponíveis

²¹ BERGAD, Laird. *Escravidão e História Econômica – Demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

²² LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão – Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88*. São Paulo: Annablume, 2006.

para o estudo da economia autônoma dos escravos nessas fazendas: relatos de viagem, documentação cartorária, processos criminais e civis, processos de divisão e demarcação de terras. O que importa destacar aqui é o fato de a historiadora ter encontrado registros de transações comerciais dos escravos da Fazenda Santa Sofia, objeto desta dissertação, com seu proprietário²³. Na documentação do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, não foram encontradas referências a estas transações, nem a terras cedidas a escravos para serem utilizadas como roças. A fonte citada por Elione Guimarães – um livro de notas para o controle das operações internas da Santa Sofia – confirma a relevância e a importância da documentação, que atualmente está sendo organizada pelo Arquivo Histórico de Juiz de Fora, e, até setembro de 2013, inacessível ao público.

Como se pode notar, exista à disposição uma historiografia bem consolidada – que em absoluto se esgota nos títulos aqui arrolados – sobre a cafeicultura escravista no Vale do Paraíba / Zona da Mata mineira. Reavaliar suas hipóteses centrais bem como seus pontos de discordância a partir de um exame verticalizado de uma unidade produtiva específica em um arco de tempo relativamente longo pode trazer ganhos significativos para o conhecimento histórico. É o que demonstram alguns trabalhos sobre fazendas cafeeiras específicas do Vale do Paraíba.

O primeiro que se destaca nesta ordem é a obra coletiva sobre a fazenda Resgate²⁴. O livro, que se valeu de praticamente todas as linhas da renovação historiográfica da década de 1980 aqui mencionadas, consiste em uma reunião de artigos de pesquisadores das mais diversas áreas que tiveram como um de seus objetivos reunir material para abordar temas que envolvam desde a família escrava até a política imperial. Existem, por exemplo, artigos sobre a arquitetura da fazenda, o papel da fotografia para a construção da memória familiar senhorial, as relações de seu proprietário com política imperial, suas estratégias empresariais, as relações familiares dos senhores e dos escravos. De fato, a obra representa um modelo de análise de uma unidade cafeeira escravista específica, solidamente fundada no campo da micro-história.

²³ GUIMARÃES, Elione. “Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do Sudeste do Brasil (Zona da Mata Mineira – Século XIX)” In: *América Latina en la Historia Económica*, México, v. 32, pp. 155-187, 2009. Atualmente, a autora é pesquisadora do Arquivo Histórico de Juiz de Fora, onde desenvolve com Antônio Henrique Duarte Lacerda, também pesquisador do Arquivo, um projeto a respeito da memória da Fazenda Santa Sofia.

²⁴ CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (org). *Resgate. Uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

Porém, é importante ressaltar que os artigos do livro pouco dialogam entre si, a despeito dos esforços neste sentido realizados pelos coordenadores do volume.

Trabalhos mais recentes como o de Mariana Muaze também investem na perspectiva de um exame centrado em uma unidade produtiva. A partir de uma pesquisa da documentação privada da família Ribeiro de Avellar (cartas, diários, fotografias, testamentos), proprietária da fazenda Pau Grande, a autora propõe o estudo do cotidiano e da intimidade de famílias do Vale do Paraíba fluminense da época do Império. Passando por diversas temporalidades, os eixos de análise de seu estudo são os motivos e interesses que levaram à união de Mariana Velho da Silva e Joaquim Ribeiro de Avellar, a vida material e a administração do patrimônio familiar durante três gerações dos Ribeiro Avellar, demonstrando como a manutenção do patrimônio estava ligada à perpetuação do grupo familiar e a análise de papéis dentro da família, buscando elementos definidores das redes através de fotos e cartas²⁵. Segundo a autora, as “singularidades e especificidades dos Ribeiro de Avellar estão circunscritas nos limites da cultura do próprio tempo e do próprio grupo social, sendo possível o estudo das famílias da classe senhorial do Império através da microanálise de tal núcleo em particular”²⁶.

A documentação pesquisada demonstra como a fazenda do Pau Grande acompanhou a tendência, verificada na zona centro-ocidental do Vale do Paraíba fluminense, de mudança do cultivo predominante de cana-de-açúcar para o de café na década de 1830. A partir das cartas trocadas com comissários no Rio de Janeiro, Muaze também demonstra os laços estreitos que uniam produtores e comerciantes do café, figuras centrais nas questões financeiras e no campo dos favores pessoais. Além do café, outro fator determinante para o enriquecimento da família Ribeiro Avellar foi o empréstimo a juros. A autora define Joaquim Ribeiro de Avellar como um fazendeiro-capitalista que não dependia apenas da produção agrícola, pois vestígios da atividade usurária estão presentes em cartas pesquisadas e a autora faz a análise de alguns empréstimos feitos pela família. O tema da escravidão, ainda que não seja central, é abordado quando a autora trata do governo da casa: a partir das cartas de Mariana Velho, pode-se entender como eram administrados os escravos domésticos, ressaltando-

25 MUAZE, Mariana, *As memórias da viscondessa: Família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p.11.

26 Ibidem, p.18.

se que as tensões entre estes e os senhores eram constantes, tanto pela proximidade física quanto pelas disparidades sociais entre os dois universos.

Outra pesquisa a ser destacada é a de Thiago Lourenço, que, em sua análise do passado escravista de fazendas do Rio de Janeiro, elenca como fio condutor a família Souza Breves. O objetivo do trabalho é traçar o perfil da construção da fortuna da família e o funcionamento de suas fazendas. Para Lourenço, a trajetória destes indivíduos permite uma análise das discontinuidades do período estudado e a micro-história se apresenta como o melhor método a ser aplicado. Assim como outros trabalhos que elegem o método, o autor destaca que a alternância de escala e o contexto histórico são fundamentais, já que um indivíduo sempre age de acordo com sua posição num universo de possibilidades.

Por acreditar que a reconstituição familiar pode ajudar na compreensão da relação dos indivíduos com seu tempo²⁷, a pesquisa traça a origem da família Souza Breves desde sua chegada no Brasil em 1750 até as alianças matrimoniais com famílias de prestígio e riqueza no século XIX. A análise da construção da fortuna dos irmãos Souza Breves, na primeira metade do século XIX, demonstra que, somado às alianças matrimoniais e à aquisição de propriedades de terras no Vale do Paraíba fluminense, o tráfico negreiro foi elemento central para a formação da riqueza familiar. O tráfico transatlântico de escravos representava o principal caminho para o enriquecimento, enquanto os casamentos e o investimento em terras e cafezais traziam a consolidação das fortunas. Além disso, os irmãos também enriqueceram investindo em atividades usurárias em diferentes graus (ações e concessão de créditos), o que os colocava no grupo dos fazendeiros-capitalistas, com uma estratégia de investimentos financeiros próxima à dos Ribeiro de Avellar.

Dentre as diversas propriedades dos irmãos, destaca-se na pesquisa de Thiago Lourenço a fazenda do Pinheiro, residência oficial de José de Souza Breves, ambiente privilegiado para estudo, por sua produção cafeeira, alto número de escravos e destaque na região de Pirai. É fundamental ressaltar ainda que, em 1877, José de Souza Breves deixou centenas de escravos alforriados. Segundo o autor, percebendo a conjuntura da crise da escravidão, Breves concedeu alforrias sob condição, o que demonstra uma provável visão estratégica de manutenção de mão de obra para além do fim da escravidão.

²⁷LOURENÇO, Thiago. *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: Política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2010, p. 25.

Por fim, vale lembrar um estudo que se reporta diretamente ao objeto desta pesquisa. Antônio Henrique Duarte Lacerda analisou, em seu doutorado, a trajetória dos Ferreira Armond entre 1751 e 1850, propondo um diálogo entre a História Social e Econômica e a História da Família. O método aplicado é o da micro-análise. Escusado dizer que este trabalho é crucial para esta dissertação, haja vista o entendimento que propicia das redes de relações nas quais a família se inseria e das estratégias adotadas por seus membros para a ampliação e manutenção do patrimônio, antes da entrada do Conde de Prados em cena.

A família Ferreira Armond, uma das mais ricas, influentes e poderosas do Sul de Minas Gerais, serve-lhe de fio condutor para “compreender a formação e atuação das redes de sociabilidades – familiares, econômicas, sociais e políticas – estabelecidas pelos abastados fazendeiros/comerciantes das Minas Gerais e suas relações com a praça comercial do Rio de Janeiro.”²⁸ Com base nesse ponto de partida, o autor analisa o comércio de cargas, café e escravos com o Rio de Janeiro durante a montagem da economia cafeeira no Vale do Paraíba mineiro, as atividades prestamistas, a troca de favores, os laços de compadrio familiar e o poder construído a partir da atuação empresarial de seus membros mais destacados. Reconstruindo a trajetória da família em Minas Gerais, Lacerda demonstra como, no contexto de estruturação do Estado nacional brasileiro, os Ferreira Armond encontraram oportunidades de se fixar e enriquecer na província. Foram estas oportunidades, aliadas a diversificação de investimentos e formação de alianças, que fizeram deles proprietários de terras, escravos e café²⁹.

O objeto desta dissertação é a escravidão na economia cafeeira do Vale do Paraíba mineiro durante a segunda metade do século XIX. A intenção é analisá-lo a partir do estudo de uma fazenda, a Santa Sofia, durante o período compreendido de 1850 a 1882. Nesta quadra, a fazenda pertenceu a Camilo Maria Ferreira Armond, (Barão em 1861, Visconde em 1871 e Conde de Prados em 1881); após seu falecimento em 1882, ocasião em que seus escravos foram todos alforriados, a fazenda passou à propriedade de sua esposa.

²⁸LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais — A Família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2010, p. 11.

²⁹Ibidem, p. 463.

Com base neste foco específico, a dissertação trata de um elenco de temas que vêm sendo explorados pela historiografia brasileira nas últimas décadas: a composição demográfica da escravaria da fazenda em tela; a organização do seu processo de trabalho (o que envolve o estudo das estratégias de controle empregadas pelo fazendeiro bem como das estratégias de resistência dos escravos); a organização do processo de produção do café (técnicas agrônômicas e de beneficiamento dos grãos); a organização espacial da fazenda; as relações do fazendeiro com o mercado cafeeiro do Rio de Janeiro; finalmente, os impactos da crise da escravidão, na segunda metade do século XIX.

A fazenda Santa Sofia oferece uma excelente plataforma para o estudo desses assuntos. Afora um imenso acervo documental, cuja riqueza foi apontada, em 1988, por Antônio Luiz Porto e Albuquerque³⁰, e que se encontra depositado no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis e, em processo de organização e catalogação, no Arquivo Municipal de Juiz de Fora. Além disso, a fazenda ainda conta com um conjunto arquitetônico completo ainda preservado (casa de vivenda, terreiros, engenhos, tulhas, senzalas, enfermaria).

A parte da série documental que deu origem à seleta editada por Albuquerque se encontra no Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, e foi a que constituiu a base documental desta dissertação. Ela é composta por documentos que abrangem três séculos (do XVIII ao XX). Dado o escopo deste trabalho, restringi-me à consulta dos documentos datados entre 1850 e 1882 e que envolviam o Conde de Prados ou a fazenda. Além desta, a série mais substancial se encontra na própria Santa Sofia e está sendo organizada em formato digital, pelo Arquivo Histórico de Juiz de Fora. No entanto, não foi possível incorporar esta documentação à pesquisa, porque o acesso a ela ainda é restrito³¹.

No que diz respeito à documentação epistolar que tem Camilo Armond como remetente ou destinatário, identificam-se as seguintes categorias: cartas comerciais referentes à venda/consignação de café a comissários cariocas e cartas destes mesmos comissários que tratavam da situação do mercado de café ou do próprio café produzido em Santa Sofia; cartas pessoais trocadas com familiares, notadamente aquelas trocadas

³⁰ ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais – 1808-1888*: Elementos para um estudo de caso. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988.

³¹ A historiadora Elione Guimarães, pesquisadora do Arquivo Histórico de Juiz de Fora, cita esta documentação no livro *Terra de Preto*: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850 – 1920). Niterói: Editora da UFF, 2009.

com a esposa Josefina Cândida Gomes de Sousa, o genro Hipólito Dornelles de Albuquerque Mello e eventualmente o genro Joaquim de Mello Franco, contendo indicações acerca da administração da fazenda e dos negócios; cartas pessoais que foram recebidas por Camilo Armond no período em que foi presidente da província do Rio de Janeiro, que têm como remetentes políticos, homens influentes e às vezes cidadãos comuns. Esta parte da documentação revela a rede social e política na qual o Conde de Prados estava inserido. Na sequência, há os documentos que tratam da escravidão: matrículas, certidões de nascimento e óbito, cartas de alforria e listas de escravos.

Tive a oportunidade de conhecer a fazenda, onde fui recebida pelo Sr. José Henrique, que dedicou seu fim de semana à minha visita. Neste tempo, pude conhecer a sede e arredores da Santa Sofia, bem como ouvir as histórias da família Ferreira Armond.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro acompanha a história dos Ferreira Armond, desde a chegada de Francisco Ferreira Armond em Minas Gerais, na última metade da década de 1720. Provavelmente, o impulso para a vinda à colônia foi o empobrecimento da família em Portugal. Serão apresentadas as trajetórias das três gerações que precederam Camilo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados, protagonista desta pesquisa. Também será apresentado neste capítulo os cenários da pesquisa, a região da Zona da Mata e a fazenda Santa Sofia.

O segundo capítulo trata da produção cafeeira na Santa Sofia. Indícios apontam que a fazenda foi montada com o intuito de produzir café, artigo que despontava na pauta de exportações brasileiras desde a década de 1820. Serão examinados a tecnificação da produção do artigo visando a obtenção de melhores preços no mercado, e a relação de Camilo Armond com as casas comissárias também será analisada.

O terceiro capítulo examina as práticas de administração dos escravos empregadas pelo Conde de Prados, bem como as relações que se desenrolaram na Santa Sofia, tanto entre os cativos quanto entre o Camilo Armond e a escravidão. As principais fontes utilizadas são as cartas enviadas para sua esposa e seu genro, que passavam mais tempo na fazenda, concernentes à administração dos cativos.

O quarto e último capítulo aborda a questão da demografia escrava. A partir das listas de matrículas de escravos de 1872, a relação de cativos deixados pelo Conde de 1882, certidões de nascimento e óbito, serão analisados temas como a formação de famílias, a questão do crescimento vegetativo, bem como a política de alforria empregada pelo Conde de Prados na década de 1880.

Capítulo 1. As origens da família Ferreira Armond

1.1 A trajetória dos Ferreira Armond – de Portugal às Gerais¹

A história da família Ferreira Armond na América Portuguesa começa com Francisco Ferreira Armond, definido pelo historiador Antônio Henrique Duarte Lacerda, que estudou a trajetória da família entre os anos de 1751 e 1850, como o “patriarca e fundador da dinastia”. A data de nascimento de Francisco, entre os anos de 1691 e 1694, na Ilha Terceira da Freguesia da Vila de São Sebastião, em Portugal, é incerta. Apesar de descender de um alferes e de um capitão, ele era analfabeto, fato que, segundo Lacerda, pode indicar o empobrecimento da família em Portugal e a subsequente mudança. Ele afirma que “o empobrecimento, a difícil situação econômica e social no arquipélago dos Açores, as descobertas das Minas e a necessidade de seu povoamento constituíram-se [...] nos atrativos para a migração”². Em sua chegada, Francisco se instalou no arraial da Igreja Nova de Campolide/Borda do Campo, que futuramente faria parte da Vila de Barbacena, seguindo as grandes leva populacionais vindas de Portugal, descritas por Júnia Furtado. Muitos vieram para a região das Minas acreditando nas chances de enriquecimento rápido oferecidas pela exploração do ouro de aluvião³. Não se deve descartar a possibilidade da vinda de Francisco a esta região específica da colônia por este motivo. Além disso, Lacerda atenta para um detalhe importante, o fato da chegada ter acontecido pouco depois da criação da Capitania de Minas Gerais, em 1720⁴.

O caminho mais utilizado para se chegar às Minas era o chamado Caminho Geral do Sertão, que ligava a região a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Atravessá-lo podia levar até 74 dias e não oferecia muita segurança. Foi neste cenário que Garcia Rodrigues Pais iniciou em 1698 a abertura do Caminho Novo, para o fluxo de pessoas e mercadorias entre o Rio de Janeiro e Borda do Campo, concluída em 1725, o que

¹ As informações sobre a Família Ferreira Armond, referentes ao período pré-1850, contidas neste capítulo se baseiam essencialmente nos resultados da tese de Doutorado de Antônio Henrique Duarte Lacerda.

² LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais - A família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2010, p. 57.

³ RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, UFMG, 2008, p. 57.

⁴ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Op. Cit.*, pp. 54- 60.

significou uma considerável economia de tempo de viagem, para 25 dias, além de aumentar a segurança dos viajantes.

A historiadora Edna Resende contrapõe duas visões sobre a montagem do Caminho Novo. A tradicional afirma que a construção do caminho partiu da iniciativa de colonizadores paulistas e portugueses que tinham como objetivo garantir o abastecimento das Minas, enquanto pesquisas mais recentes concluem que “a rota conhecida como Caminho Novo [...] era utilizado pelos indígenas há milhares de anos e foram conquistados pelos colonizadores, depois de vencerem a resistência indígena”⁵. Independente de sua origem, o fato é que o Caminho Novo permitiu o desenvolvimento de seu entorno e muitos foram os portugueses, especialmente do Norte e das Ilhas Atlânticas, que ocuparam a região.

Francisco Ferreira Armond chegou à região por volta de 1725, acompanhado de seu irmão, Antônio Ferreira Armond e de Ângela Maria da Conceição Camilo, com quem se uniu ainda nos Açores, em 1721. O casal teve seis filhos. Após a morte de Ângela, em 1746, Francisco se casou novamente com Ana Antônia de São José, em 1751, com quem não teve filhos, pois faleceu no mesmo ano. Foram testamenteiros do “patriarca” dos Armond, Ana Antônia de Jesus, sua segunda esposa, João Álvares de Araújo, seu vizinho e José Ferreira dos Santos, seu genro. Seu funeral seguiu recomendações deixadas em testamento que apontavam o alcance de sua distinção, inclusive no Rio de Janeiro, onde se realizaram missas por sua alma.

As posses de Francisco estavam principalmente distribuídas entre bens de raiz, escravos e uma pequena tropa. Seu monte-mor foi estimado em 2:985\$179. Como se sabe pouco sobre a chegada de Francisco, o valor do qual ele dispunha para investir em seus negócios quando chegou à colônia é desconhecido, por isso, ainda que seu monte-mor não fosse alto, já era considerável para quem chegou em um novo lugar com muito pouco. A partir das informações disponíveis no inventário, Lacerda conclui que Francisco Ferreira Armond se envolveu com o comércio, o transporte de tropas que partiam para o Rio de Janeiro com produtos de fazendeiros da região e retornavam com mercadorias que ele comercializava, incluindo negros encomendados⁶.

Já na década de 1750, a mineração, que pode ter sido justamente o motivo que atraiu os Armond, estava em declínio na região. A família começou a se envolver nas atividades de comércio e tropeiragem, mas também é importante destacar a importância

⁵ RESENDE, Edna. *Op. Cit.*, p. 59.

⁶ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Op. Cit.*, p. 75.

das redes de relações pessoais e comerciais “que se traduziram em relações econômicas pautadas na confiança”⁷. Não há dúvidas de que estas relações foram fundamentais para o enriquecimento e sucesso da família Armond nas décadas seguintes.

Depois de Francisco Ferreira Armond, segue-se a trilha de seu herdeiro Francisco Ferreira Armond Filho. Com a morte de seu pai, ele ficou sob a tutela do irmão, Manoel Ferreira Armond, até 1760, quando completou 18 anos e solicitou sua emancipação, bem como o recebimento de sua legítima, estimada em 294\$575.

As primeiras informações sobre sua vida adulta aparecem no inventário de sua primeira esposa, Rita Maria da Conceição, com quem se casou em 1773. Rita era filha do vizinho e testamenteiro de Francisco Ferreira Armond (Pai), que revela algo sobre as redes de relacionamento e a determinação das escolhas matrimoniais. O inventário de Rita, lavrado em 1775, revela que parte dos bens do casal estava em sociedade com José Ferreira Armond, irmão de Francisco. Esta prática, da sociedade entre irmãos, parece ter sido comum na família. O valor do monte-mor foi de 3:913\$000, dos quais 38% correspondiam a dívidas ativas. A meação de Francisco correspondeu a 1:942\$533.

O patrimônio de Francisco começou a se ampliar em 1784, quando solicitou a demarcação de uma sesmaria em Simão Pereira, a primeira de outras que vieram nos anos seguintes. Francisco Ferreira Armond Filho faleceu em 1814, e a inventariante foi sua segunda esposa, Felizarda Maria Francisca de Assis, com quem teve uma dúzia de filhos. Entre 1775 e 1814, sua fortuna se ampliou: ao morrer, seu monte-mor foi avaliado em 23:746\$640, valor considerável para a época e a região. Suas atividades econômicas “inseriam-se na lógica de produção da região onde atuava e representam a diversificação de sua riqueza”⁸. Lacerda afirma que ele era dono da segunda maior fortuna de Barbacena, bem como da segunda maior escravaria. Como ela se formou? Essencialmente no emprego de animais para a condução de gêneros, fosse para a produção própria ou de terceiros. O número de animais indica que Francisco Ferreira Armond Filho investia na sua reprodução⁹. O inventário também arrola as fazendas Moinhos e Bairros, possíveis produtoras de gêneros agrícolas para o mercado, já que estavam equipadas com benfeitorias como moinhos, monjolos e terreiros. As dívidas ativas vinham em terceiro no montante. Toda esta riqueza conferiu a ele a distinção de

⁷ Ibidem, p. 78.

⁸ Ibidem, p. 144.

⁹ Ibidem, p. 148.

Alferes. É importante ressaltar que, em 1845, com a morte de Felizarda, o inventário do casal já somava 321:751\$000¹⁰, crescimento impressionante em trinta anos.

Como já havia acontecido anteriormente, os bens do casal não foram divididos entre os filhos até o falecimento de Felizarda. Lacerda identifica na opção dos irmãos pelo celibato ou pela carreira religiosa os fatores que garantiram a manutenção da sociedade entre eles. Analisando o patrimônio do casal, se verifica que a família investia em terras e escravos, sendo que estes eram utilizados para atividades criatórias e nas roças.

O próximo membro da família que interessa a esta pesquisa é Marcelino José Ferreira Armond, pai de Camilo Maria Ferreira Armond. Com a morte de seus progenitores, ele herdou 27:486\$684, distribuídos entre escravos, terras, dívidas, gado e dinheiro. Como se verá adiante, o futuro Barão de Pitangui, acumulou uma fortuna considerável e foi figura de destaque na região.

Para se ter uma ideia da dimensão da fortuna acumulada, o explorador britânico Richard Burton, assevera que Marcelino José ganhou 400 mil libras no comércio, o que o colocaria entre as maiores fortunas do Império¹¹. Tanto Antônio Henrique Lacerda, quanto Edna Resende relataram a busca, sem sucesso, do inventário ou testamento do Barão de Pitangui. Por conta disso, os autores partiram para o estudo de outras fontes que fornecem pistas sobre sua trajetória.

Marcelino José apostou em atividades diversas, entre elas o comércio, a produção de gêneros e a cafeicultura. O empréstimo de dinheiro, beneficiado pela inexistência de um sistema bancário ou de crédito, multiplicou seus lucros, aplicados tanto na diversificação dos negócios quanto no comércio de mercadorias e homens. Os empréstimos abrangiam desde aqueles que precisavam suprir necessidades básicas de sobrevivência até aqueles que buscavam capital para a montagem de unidades produtivas, fatos comprovados pela documentação pesquisada por Lacerda, especialmente cartas que abordavam os pedidos e as concessões de créditos.

Considerando a importante atuação de Marcelino no sistema de crédito da região, Lacerda chega a questionar a subordinação dos mineiros aos comissários da Corte. De acordo com o autor, “no caso dos Ferreira Armond [...] eles não somente eram detentores de capital mercantil capaz de financiar as atividades mercantis no interior da Província mineira como, também, possuíam cabedal para financiar

¹⁰ Ibidem, p. 153.

¹¹ Ibidem, pp. 345-6.

parcialmente a manutenção de algumas importantes casas comerciais do Rio de Janeiro”¹².

Além desta atividade, ele e outros sete irmãos foram negociantes de escravos. O historiador Fábio Pinheiro aponta que a família Ferreira Armond era uma das que tinha “o maior número de membros participando dos despachos acima de vinte escravos no Rio de Janeiro”¹³, chegando a negociar entre os anos de 1809 e 1830, 917 cativos. Justamente Marcelino encabeçava a lista, tendo negociado 337 cativos, que provavelmente foram vendidos em Minas Gerais.

Marcelino também se envolveu em outros tipos de comércio, exportando produtos para o Rio de Janeiro, especialmente alimentos, como queijo, toucinhos, doces de frutas e poaia, planta medicinal, usada como vomitório e no cuidado de picadas de cobras venenosas, de grande valor comercial e de ampla utilização na Europa. É importante destacar que nem tudo era produzido pelos Armond, alguma parte era apenas comercializada por eles.

O café também estava na pauta e em 1822 já aparece sendo comercializado por Marcelino. A amostragem de Lacerda para o período entre 1827/32 identificou a remessa de 4.600,648 arrobas do produto para comissários no Rio de Janeiro, equivalente ao total de 21:805\$669, destacando mais uma vez que não necessariamente todo o montante tenha sido produzido por ele. Além disso, o cálculo diz respeito à conta de Marcelino com apenas um negociante; como o usual era que as remessas fossem comercializadas com mais de um comissário, é possível que estes números tenham sido maiores.

Ao que tudo indica, exercendo todas estas atividades, Marcelino dispunha de uma extensa rede de sociabilidade, que envolvia tanto sua família quanto os relacionamentos que foram cultivados pelos Armondes desde sua chegada às Minas Gerais. Levando todos estes pontos em conta, Lacerda se contrapõe ao trabalho de João Fragoso. Para este autor, as grandes fortunas estavam com os comerciantes, enquanto o status com os proprietários agrários, sendo por este motivo que os comerciantes tendiam a abandonar esta atividade para investir em terras e escravos¹⁴; porém, “para o caso específico da família Ferreira Armond, eles enriqueceram com as atividades agrárias e

¹² Ibidem, p.291.

¹³ PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata, c. 1809 – c. 1830*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007, p. 136.

¹⁴FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

diversificaram os seus negócios em múltiplas atividades comerciais. Além de senhores de terra e de homens, os Armond exerceram atividades de mercadores, traficantes de negros e financistas, tudo isto concomitantemente”¹⁵.

Esta atuação econômica, fortaleceu a posição política da família. Marcelino, em especial, foi eleito e indicado para cargos públicos dos quais, segundo aponta a documentação, procurou se esquivar, provavelmente porque desejava manter o foco nos negócios. Esta será justamente uma das principais atuações de seu filho, Camilo Armond. Entre os principais cargos ocupados por Marcelino, esteve o de Coronel Chefe da Legião da Guarda Nacional do Termo de Barbacena. Em 1848, sua trajetória foi coroada com a obtenção do título de Barão de Pitangui.

Um ano antes, Marcelino legitimou e instituiu como legítimos herdeiros seus três filhos vivos, frutos do relacionamento com Possidônia Leodora da Silva (1795-1875): Camilo Maria Ferreira Armond (Conde de Prados), Camila Maria Ferreira Armond (Baronesa de Juiz de Fora) e Honório Augusto José Ferreira Armond (2º Barão de Pitangui)¹⁶. Em 1851, Marcelino faleceu e as bases para o futuro de sua família já estavam bem consolidadas. Com base nessas breves informações, observa-se que a acumulação de riquezas na família Ferreira Armond se deu quase exclusivamente a partir do mercado interno.

Finalmente, Antônio Henrique Duarte Lacerda trata do tema da aquisição das terras da fazenda Santa Sofia, indicando que, em 1829, “Marcelino comprou uma porção de terras, composta de duas sesmarias, todas de matas virgens, nos fundos da Fazenda de Simão Pereira. Localizadas no atual município de Santana do Deserto”¹⁷. O autor aponta que o provável motivo desta aquisição foi a expansão dos cafeeiros ou a reserva para plantações futuras. Infelizmente, como o inventário de Marcelino José se perdeu, não é possível precisar outras informações a respeito de suas posses. Ainda que o Barão de Pitangui aparentemente não tenha desfrutado do status de grande cafeicultor, sem dúvidas, ele acompanhou o modelo mineiro de expansão cafeeira identificado por

¹⁵ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Op. Cit.*, p. 367.

¹⁶ A união com Possidônia nunca foi oficializada e existem duas possibilidades para isso. A primeira é que não houvesse interesse financeiro entre as partes, pois apesar do pai de Possidônia ser Capitão, ele deixou uma herança de 2:553\$753, da qual ela recebeu apenas 229\$385. A segunda hipótese é a de que Marcelino seguiu o costume da família, de manter o celibato.

¹⁷ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Op. Cit.*, p. 256.

Mônica Oliveira, que dependeu da aplicação de capital mercantil produzido endogenamente na província mineira¹⁸.

1.2. Camilo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados

Primogênito da união entre Marcelino e Possidônia, Camilo Maria Ferreira Armond nasceu em 7 de agosto de 1815 e foi batizado por seu tio, Francisco Ferreira Armond, em Barbacena, em 15 de agosto de 1815. Seu padrinho foi outro tio, Antônio Ferreira Armond.

A vida de Camilo seguiu um caminho diferente daquele traçado por sua família anteriormente, mas semelhante ao de tantos outros filhos de comerciantes e fazendeiros do Vale do Paraíba.

Em 1828, foi matriculado no tradicional Colégio da Serra do Caraça, onde teve como companheiros nomes ilustres como Martinho Prado e seu primo, Mariano Procópio Ferreira Lage, com quem se associará na construção da estrada União e Indústria, na década de 1860.

Em 1832, pouco antes de completar 20 anos, partiu para a França, onde frequentou a Academia de Medicina de Paris. Biografias, que em alguns momentos se aproximam de hagiografias, destacam que Camilo Armond teve uma passagem brilhante pelo país, sendo que “não lhe faltaram significativos e invejáveis testemunhos de apreço e de aplauso, por parte de condiscípulos e de mestres”¹⁹. Dentre as atividades que lhe garantiram destaque, esteve o laboratório de química que montou, onde, segundo consta, lecionava para outros estudantes, além do fato de ter sido ajudante de Devergie, um renomado professor e pesquisador francês.

Em 1837, defendeu sua tese, intitulada “Essai sur l’étude de la vie”, que, de acordo com esses relatos hagiográficos, foi muito elogiada. De volta ao Brasil em 1838, por conta da doença de uma irmã, que faleceu logo após sua chegada, e da frágil condição de saúde do pai, o futuro Conde validou seu curso de medicina no Rio de Janeiro e partiu para clinicar em Barbacena, tendo exercido o ofício até 1851, ano da morte de seu pai.

¹⁸ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005, p. 59.

¹⁹ *Anuario de Minas Geraes*, Vol. 1, 1906, p. 247.

Durante os anos em que esteve na França, Camilo Armond recebeu uma série de remessas de dinheiro enviadas pelo seu pai através de um representante comercial. Antônio Henrique Duarte Lacerda estima que, entre 1835 e 1838, os gastos chegaram a 4:630\$077²⁰. O caçula da família, Honório, também passou algum tempo no exterior. O desejo de seu pai era que ele seguisse a carreira eclesiástica, mas, ao que tudo indica, esta não era a sua vocação e ele conseguiu postergar sua formação até a morte de Marcelino. Não há dúvidas de que a vida dos filhos do Barão de Pitangui se desenrolou em um universo bem mais amplo do que o seu, de seus irmãos e de seus ascendentes.

Assim como o pai, Camilo Armond também se envolveu em atividades políticas, vinculado ao Partido Liberal. Em 1839, ele fundou e atuou como redator do periódico “Echo da Razão”, publicado semanalmente, que encerrou suas atividades em 1842, ano da Revolução Liberal. Ainda nesse terreno foi participante ativo do movimento revolucionário de 1842 ao lado de nomes como o de Teófilo Ottoni, com quem permaneceu preso durante um breve período. Em 1851, o Barão de Pitangui faleceu, tornando-o “herdeiro e senhor de fortuna computada em dois mil contos, avultadíssima para aqueles tempos, em títulos de renda, no palacete e chácara da praça da Liberdade em Barbacena[...] e na ótima fazenda de Santa Sofia”²¹. Camilo, no entanto, pouco residiu nela, mantendo-se em Barbacena até 1864, ano em que se mudou para a Corte.

Entre 1842 e 1881, foi eleito deputado cinco vezes, representando a província de Minas Gerais na Assembleia Geral Legislativa do Império. Os mandatos para os quais foi eleito foram os seguintes: 1842, ano em que não tomou posse, pois a câmara foi dissolvida por decreto imperial; 1848-49; 1864-66; 1867-68; 1878-81. Em 1878, Camilo também foi nomeado presidente da Província do Rio de Janeiro, cargo que ocupou por um ano. Em 1879, foi nomeado Conselheiro de Estado na Seção da Fazenda, cargo mais alto que ocupou. Nascido em uma família proeminente, Camilo Armond buscou o caminho da titulação, recebendo os títulos de Barão (1861-71), Visconde (1871-81) e, finalmente, Conde (1881-2). Seus irmãos também se tornaram nobres do Império. Honório assumiu o título de Barão de Pitangui e Camila, de Baronesa de Juiz de Fora, por conta de seu casamento.

A morte do Conde de Prados, em 14 de agosto de 1882, foi amplamente divulgada, e lamentada, em periódicos nacionais e internacionais, que destacaram sua

²⁰ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Op. Cit.*, p. 433.

²¹ MENEZES, Eduardo de. *Biografia do Conde de Prados*, 1912, p. 9.

‘brilhante’ carreira, tanto na medicina, quanto na política. Seu ato final de benevolência, a libertação de seus escravos, também foi destaque em alguns jornais.

O *Correio Paulistano*, por exemplo, publicou em 17 de agosto de 1882 um obituário destacando a trajetória acadêmica do Conde, desde os estudos no Colégio da Serra do Caraça até o breve período durante o qual foi Diretor do Observatório Nacional, sua participação na Revolução Liberal de 1842, sua atuação política e a libertação de seus escravos, sobre a qual se escreveu:

“Durante sua vida libertou vários escravos, adquirindo por elevadíssimos preços aqueles que, tendo pertencido a membros de sua família, eram por força das circunstâncias postos a venda em praça pública, e agora, por ocasião de sua morte, libertou grande número deles, uns com condições, outros sem elas”²².

Não foram encontradas, na documentação consultada, referências sobre esta atuação de Camilo Armond como libertador de escravos, tampouco é provável que ele tenha composto sua força de trabalho comprando escravos a preços elevados.

O periódico mineiro *O Baependyano* publicou o obituário do Conde de Prados em 20 de agosto de 1882 e tratou de sua trajetória política, destacando o fato de ter ocupado em Barbacena todos os cargos de eleição popular, além de ter sido do Conselho Imperial. Assim como no anterior, a nota termina tratando da libertação dos escravos: “Humanitário e generoso, ainda depois da morte deixou livres sem condição os escravos e os descendentes dos escravos herdados de sua mãe e condicionalmente os restantes”²³. Importante notar como é apresentada a política da alforria de Camilo Armond, assunto que será examinado mais detidamente adiante.

Por meio do inventário do Conde de Prados, é possível entender como ele respondeu à crise da escravidão na segunda metade do século XIX. Camilo Maria Ferreira Armond deixou sua esposa Josefina e quatro filhas: Camila, casada com Antônio Ferreira de Assis; Sofia, com Joaquim de Mello Franco; Cecília, com Hipólito Dorneles de Albuquerque Mello; Júlia, com Camilo Maria Ferreira da Fonseca. Todos foram arrolados como herdeiros, no inventário finalizado em 19 de maio de 1885.

Foram arrolados os bens, divididos nas propriedades do Conde, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Na cidade do Rio de Janeiro, entre os bens listados estão uma série de móveis, desde simples cadeiras, mesas, aparadores e armários (alguns

²² *O Correio Paulistano*, São Paulo, 17 de Agosto de 1882. Necrologia, p.4.

²³ *O Baependyano*, Baependy, 20 de Agosto de 1882. Conde de Prados, p.1.

importados da Áustria) até 17 estantes de ferros com livros, grandes globos terrestres com pés e um microscópio. Foram elencados alguns animais, entre eles dois cisnes brancos. Também aparecem na lista três carros.

No que diz respeito à habitação, há

“um prédio e chácara à Rua do Conselheiro Pereira da Silva, 704, Freguesia de N. S. da Glória, toda arborizada e murada, uma parte plana com todas as dependências e benfeitorias na mesma existentes, tendo de terreno, que é [ilegível] pela soma anual de \$5.285 à Câmara Municipal, 62m e 70cm de frente e 200m de fundo conforme consta da escritura”²⁴.

Este imóvel foi avaliado em 43 contos de réis. Há ainda um terreno, na mesma rua, avaliado em 3 contos de réis.

São listadas também 280 apólices da dívida pública, que somam 198:480\$000, 30 ações da Companhia União & Indústria, por 300\$000 e dinheiro em poder de Joaquim de Mello Franco, seu genro, que atuava como comissário, 119:501\$242, e A. Vieira da Cunha & Cia., uma das casas comissárias com as quais o Conde mantinha negócios, 11:847\$250. Ao todo, os bens existentes no Rio de Janeiro somam a quantia de 481:128\$492.

A seguir, são listados os bens existentes na Santa Sofia, cujos detalhes serão vistos mais adiante. Depois, estão alguns bens arrolados em Barbacena, cidade onde Camilo Armond morou por um breve período. Nesta cidade existem alguns móveis e utensílios domésticos (cadeiras, mesas, escrivaninhas, aparelhos de jantar feitos de porcelana, faqueiro e conjuntos de roupa de cama usados), um prédio grande com terreno próprio na Praça Visconde de Prados, a 8 contos de réis, uma casa pequena na rua da Boa Morte, a 200\$000 e 30 alqueires de terras de cultura e campo, situados dentro da quadra da antiga fazenda de José Ribeiro, a 3 contos. Não é descrito o tipo de plantação que existe neste terreno.

No que diz respeito às dívidas, existe apenas uma, ativa, descrita como “Importância da dívida de Eugênio Pedro Sigaud, fazendeiro na Freguesia de Madre de Deus de Angu, Município de Leopoldina em Minas”, no valor de 7:529\$710. É interessante perceber que, ao contrário de seu pai, que de acordo com Lacerda construiu uma extensa rede de relações a partir de empréstimos, as dívidas não pareciam ser parte

²⁴ Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi. *Inventário post mortem do Conde de Prados*, 1885, caixa 61, ord. 17.

do cotidiano do Conde de Prados, que montou a sua base de relacionamento a partir de um outro tipo de dívida. Na documentação disponível no arquivo do Museu Imperial, não são poucas as cartas recebidas por Camilo durante seu período de atuação política, que têm como objetivo apresentar pessoas e sugeri-las para a ocupação de determinados cargos.

Em Santa Sofia, como é de se imaginar, a imagem que se apresenta é bem diferente das anteriores. Na fazenda também aparece uma série de móveis, como cadeiras, sofás, mesas, camas e aparelhos de jantar. Logo depois, são listados quatro carroças e pertences para lavoura, dois carros e pertences para a lavoura, um carretão e pertences para lavoura, um troll (que ainda está na fazenda), 38 bois, nove vacas, um touro, 12 garrotes, três bezerros, três novilhos, uma parelha de bestas para troll. Depois, é arrolada a

“fazenda denominada Santa Sofia, sita na Freguesia de São Pedro de Alcântara, [...] Das terras que formam esta fazenda assim limitada estão e parte herdadas do 1º Barão de Pitanguy [...] perfazendo todas reunidas um total de 274 alqueires geométricos ou 132 hectares 616 acres”²⁵.

Ao final, o monte partível soma 661:181\$854, sendo que o monte da viúva, que correspondia a metade do total, foi de 330:590\$927, assim como dos herdeiros, ou seja, as filhas e seus maridos. Foram acrescentadas ainda as colações correspondentes aos dotes, assim listadas: meio dote conferido em avanço de legítima de herdeiro, Major Antônio Ferreira d’Assis, como cabeça de casal, 13:250\$000, idem, com o Comendador Joaquim de Mello Franco, 15:050\$000, idem, com Hipólito Dorneles de Albuquerque Mello, 15:250\$000 e, finalmente, idem com Camilo Maria Ferreira da Fonseca, 17:215\$000. Ao final, a importância a ser dividida entre as filhas do Conde foi 391:955\$927, correspondendo a 97:988\$981 para cada uma.

A divisão dos bens selou-se da seguinte maneira: a viúva, Josefina, ficou com a casa no Rio de Janeiro, bem como o terreno anexo, móveis e utensílios domésticos, 140 apólices da dívida pública, 14 ações da União & Indústria, parte do dinheiro com Joaquim de Mello e Franco e A. Vieira da Cunha & Cia, o prédio em Barbacena, além dos móveis e utensílios domésticos, os 30 alqueires de terra citados, a dívida de Sigaud e 2/5 das terras, cafezais e benfeitorias da Santa Sofia, bem como do gado, utensílios de

²⁵ Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi. *Inventário post mortem do Conde de Prados*, 1885, caixa 61, ord. 17.

lavouras e móveis. O casal Camila e Antônio ficou com o dote, apólices da dívida pública, ações da União & Indústria e dinheiro. Joaquim e Sofia, com o dote, apólices da dívida pública, dinheiro e 1/5 da Santa Sofia, incluindo terras, cafezais, benfeitorias, utensílios e lavoura e móveis. O mesmo se aplicou aos casais Hipólito e Cecília e Camilo e Júlia. Acredito que esta divisão no papel não se aplicou na prática, afinal, ainda hoje, a fazenda apresenta uma conformação muito semelhante à apontada na documentação. Os herdeiros do Conde de Prados devem ter seguido o modelo que era praxe na família Armond, ou seja, de sociedade, para preservar os bens e a riqueza acumulada.

A seguir, o quadro dos valores dos bens arrolados:

RELAÇÃO DE BENS DO CONDE PRADOS, 1885					
BENS		RIO DE JANEIRO	JUIZ DE FORA	BARBACENA	TOTAL
Ouro/prata		-	3:503\$626	-	3:503\$626
Utensílios/mobiliário		2:270\$000	285\$000	1:988\$000	4:543\$000
Equipamentos/ferramentas		1:500\$000	265\$000	-	1:765\$000
Livros/material de estudo		240\$000	-	-	240\$000
Animais		1:150\$000	2:077\$000	-	3:227\$000
Produção (270 mil pés de café)		-	52:850\$000	-	52:850\$000
BENS DE RAIZ	URBANO	46:000\$000	-	8:200\$000	54:200\$000
	RURAL (274 alqueires de terra, mais benfeitorias da Fazenda Santa Sofia e 30 alqueires de terra em Barbacena)	-	100:310\$000	3:000\$000	103:310\$000
Dívidas ativas		-	-	7:529\$000	7:529\$000
Apólices da dívida pública (280)		298:480\$000	-	-	298:480\$000
Ações da Cia. União Indústria (30)		300\$000	-	-	300\$000
DINHEIRO	Com Joaquim Mello e Franco	119:501\$242	-	-	131:348\$492
	Com A. Vieira da Cunha & Cia.	11:847\$250			
DOTES		-	-	-	61:365\$000
MONTE-MOR		-	-	-	720:673\$828

Fonte: RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

Apesar da preocupação do Conde de Prados com o estabelecimento de condições para libertar seus escravos, todos eles foram alforriados incondicionalmente por seus herdeiros, logo após sua morte em 1882. Por isso, os cativos não aparecem como parte

do monte-mor acumulado por ele durante a vida. No entanto, é possível ter uma ideia do valor representado pelos escravos na soma dos bens. Em um documento depositado no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, há uma lista com o nome de 122 escravos – que, de acordo com o plano original de Camilo Armond, deveriam ser alforriados condicionalmente -, avaliados por 74:380\$000. Considerando este valor, a proporção dos bens do Conde se configura da seguinte maneira:

Gráfico 1. Bens do Conde de Prados

Fonte: Inventário do Conde de Prados (1885) e Avaliação dos bens da Fazenda Santa Sophia (1882)

As apólices da dívida pública aparecem à frente, representando a maior parte dos investimentos e são seguidas pelos bens de raiz, dos quais 34% equivalia a imóveis/terrenos em área urbana e 66%, na área rural, incluindo a Fazenda Santa Sofia. A seguir aparecem quantias em dinheiro, em poder de dois comissários com os quais o Conde fazia negócios, incluindo seu genro, Joaquim de Mello Franco. Considerando o valor dos 122 escravos que ainda deveriam prestar serviços na Santa Sofia, eles aparecem em quarto lugar. Importante destacar que, de acordo com as indicações de Camilo Armond, 123 escravos deveriam ser alforriados incondicionalmente, ou seja, é possível que efetivamente o investimento em escravos fosse próximo ao dos bens de raiz. De qualquer maneira, é evidente que Prados estava atento à crise da escravidão e

investia em outras riquezas.

Assim como em tantos outros casos de filhos da elite do século XIX, a riqueza amealhada pelo Conde de Prados durante a vida, sem dúvida, foi impulsionada pela herança deixada por seu pai, Marcelino José. Outra semelhança com alguns de seus pares, como o Comendador Manuel de Aguiar Vallim e o Barão de Nova Friburgo, é o fato da opção pelo investimento em apólices da dívida pública que, de acordo com João Frágoso, em um primeiro momento pode ter parecido estranha, mas fazia muito sentido no contexto da crise da escravidão, que se intensificava conforme o século XIX chegava ao fim²⁶.

Se comparado aos resultados encontrados por Rita Almico, que estudou inventários em Juiz de Fora entre 1870 e 1914, o do Conde de Prados não se afasta muito do padrão médio. Por exemplo, entre os anos de 1880 e 1888, as dívidas ativas tinham a maior participação relativa, respondendo por 24% dos ativos. A seguir, vinham os escravos (16%), o café (16%) e as terras (15%)²⁷. A autora destaca que apólices, títulos da dívida pública, dotes e dinheiro poderiam representar uma forma de proteção de patrimônio, bem como formas mais urbanas de riqueza. Além disso “a crescente oferta de títulos públicos a partir da década de 1870 e a segurança a eles atribuída fazia deste ativo uma das formas mais atrativas de proteção patrimonial”²⁸. Ainda que as apólices da dívida pública correspondessem à maior parte dos bens do Conde, não há indícios de que ele procurasse ‘urbanizar’ sua riqueza por completo, especialmente quando se considera que a Santa Sofia ainda tinha um potencial produtivo elevado, garantido pelo alto índice de matas virgens disponíveis.

1.3. A província de Minas Gerais e a Zona da Mata

Por conta de seu tamanho e especificidades de suas diferentes regiões de Minas Gerais, muitos pesquisadores se dedicaram a elaborar propostas de uma divisão para a província, baseadas em critérios políticos, administrativos ou econômicos.

Em sua tese de doutorado, o historiador Luiz Fernando Saraiva faz um extenso levantamento de diversos trabalhos que abordaram a questão. É curioso notar que, a

²⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro e RIOS, Ana Maria Lugão. “Um empresário brasileiro nos oitocentos”. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de e SCHNOOR, Eduardo (Orgs.). *Resgate. Uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.

²⁷ ALMICO, Rita. *Fortunas em movimento: as mudanças ocorridas na riqueza pessoal – Juiz de Fora/1870-1920*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2001, p. 71.

²⁸ Ibidem, p. 83.

despeito de diversas divergências, a região da Mata é compreendida de forma relativamente consensual. Citando Saraiva, “a Mata ‘permanece’ como uma região coerente e ‘organicamente’ delimitada pela expansão da cafeicultura em meados do XIX [...] a Mata será portadora de uma ‘identidade política’ cujas bases serão o conjunto de atividades econômicas e sociais”²⁹.

A Zona da Mata recebeu este nome por ser uma área composta por um manto florestal homogêneo e compacto, um dos motivos pelo qual levou tanto tempo para ser ocupada. Outro motivo residia na proibição da Coroa portuguesa de se povoar as chamadas “zonas proibidas” para que se mantivessem condições desfavoráveis a fim de impedir o contrabando de ouro das minas. Com o declínio da produção aurífera, as proibições de tráfego livre na região se afrouxaram.

Apesar de ocupar apenas 5% do território da província de Minas Gerais, a Zona da Mata é uma região com características heterogêneas, por isso, Angelo Carrara, baseando-se no trabalho de Elza de Souza³⁰, divide a área em três partes distintas: Norte, composta pela região o Rio Doce e fronteira com o Norte do Espírito Santo; Central, formada pelos municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o alto do vale do rio Doce, e até o limite com o Espírito Santo e Sul, nos vales do Paraíba e dos seus afluentes Preto, Paraibuna e Pomba.

A região que interessa a esta pesquisa é a Sul. O autor indica que a ocupação desta sub-região teve início efetivo a partir de 1817, com a expulsão dos índios da área e “quando proprietários de lavras na região das Minas migraram para o vale do rio Paraíba do Sul, para aí estabelecer a cafeicultura de base escravista”³¹. A região se caracteriza como a primeira área mineira a produzir café em larga escala, bem como aquela onde se estabeleceram os maiores proprietários de terras de toda a província, chegando a formar, de acordo com Carrara, uma província à parte. Importante destacar que a parte Sul, por sua proximidade com a província do Rio de Janeiro, “possibilitou o estabelecimento de relações econômicas, políticas e matrimoniais entre os fazendeiros

²⁹ SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em juiz de fora – 1870/1900*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2001, p. 86.

³⁰ SOUZA, Elza de. “Distribuição das propriedades rurais no Estado de Minas Gerais.” In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.13, n. 1, pp.47-70, 1951, pp. 52-3.

³¹ CARRARA, Angelo. *Estruturas agrárias e capitalismo; ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Mariana: EdUFOP, 1999, p. 19.

de ambas as margens do rio Paraíba, e onde exclusivamente se encontravam todos os titulares do Império da Mata”³².

Com a chegada da cafeicultura, a preocupação com os transportes ganhou força, afinal, a produção precisava ser escoada de uma maneira rápida e eficiente. Esta sempre foi uma questão fundamental nas Minas, seja pelo tamanho da província, seja pelo seu relativo isolamento. As precárias condições de transporte entre a região da Mata eram um impeditivo para o deslanche da cafeicultura. Blasenheim chega a afirmar que, no final do século XIX, “todos os mineiros concordaram que o transporte era a questão mais importante da época. Enquanto isso, os fluminenses e paulistas estavam mais preocupados com a crise trabalhista”³³. Ainda de acordo com o autor, a primeira estrada pavimentada e a primeira ligação ferroviária entre Juiz de Fora, considerada a capital da região, e o Rio de Janeiro, foram saudadas com verdadeira euforia.

Camilo Armond teve participação direta na construção da União & Indústria, primeira rodovia macadamizada do país, idealizada por seu primo, Mariano Procópio Ferreira Lage. Enviado à Europa por seu pai, Mariano José Ferreira Armond, ele preferiu ir aos Estados Unidos, onde conheceu o novo processo de pavimentação do leito de estradas e o sistema de cobranças de pedágios. De volta ao Brasil, ele participou de atividades comerciais e não poupou esforços para a construção de uma estrada de rodagem, a União & Indústria.

Em 1852, Mariano Procópio recebeu da Assembleia Provincial a concessão para construir uma rodovia ligando Juiz de Fora a Petrópolis, cidade que atuava como entreposto das exportações entre a Mata e a Corte, com o objetivo de melhorar as comunicações entre as províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. No ano seguinte, fundou uma companhia para a construção da estrada, envolvendo dois engenheiros franceses e 1.200 imigrantes alemães e austríacos, alocados em uma colônia. A tecnologia utilizada para a pavimentação da estrada foi a do macadame hidráulico, criada por John London Mac Adam. O processo consistia na retirada de árvores e qualquer tipo de matéria orgânica do leito da estrada; em seguida, a terra era compactada, para criar o subleito. Após este trabalho inicial, uma base de pedra britada era disposta em várias camadas de pedras cada vez menores, para garantir o preenchimento; a compactação que vinha a seguir era feita por cilindros de pedra

³² Ibidem, p. 20.

³³ BLASENHEIM, Peter. “As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove”. In: *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 81-110, 1996, p. 82.

puxados por cavalões e, finalmente, era aplicada uma camada de impermeabilizante, mistura de brita, pó de pedra e água³⁴.

Peter Blasenheim atribuiu à escolha de imigrantes para a construção da estrada ao desprezo de Lage pela escravidão. Porém, um capítulo da vida do Conde de Prados permite questionar esta afirmação.

Antônio José Ferreira Armond, tio de Camilo Armond e Mariano Procópio, faleceu em Barbacena, sua cidade natal, em 1852, e indicou como um de seus testamentários, Camilo, que ficou responsável por cumprir as últimas vontades de seu tio, não das mais simples. Dentre os bens arrolados, está a fazenda Ponte Nova, que ele administrou por alguns anos, até que solicitou autorização judicial para vendê-la. Como não conseguiu fazê-lo, a criação da fazenda foi vendida e seus pastos e escravos alugados à Companhia União & Indústria³⁵.

Em 1861, Dom Pedro II, acompanhado de sua esposa, Tereza Cristina, Mariano Procópio Ferreira Lage e uma comitiva de ilustres, formada por ministros e senadores, percorreram os 144 quilômetros que ligavam Petrópolis a Juiz de Fora em apenas doze horas, contra os quatro dias que eram gastos antes da construção da estrada. As tropas podiam alcançar até 20km/h e doze estações foram criadas para as trocas de animais. Este fato pode ser considerado um dos motivos do salto nas exportações de café mineiras, de 10 para 31 milhões de quilos entre 1860 e 1867. É muito provável que Camilo, que neste mesmo ano tornou Barão de Prados, tenha comparecido ao evento, tanto pelo laço familiar e político quanto por aquele forjado pelos negócios que envolviam os primos. Além de ter fornecido escravos para a empreitada, Camilo foi Vice Presidente da Companhia União & Indústria entre 1854 e 1859³⁶.

Ainda que a União & Indústria tivesse auxiliado o processo de escoamento da produção mineira, a busca por meios mais eficazes e velozes continuou. Em 1855, foi cedida a primeira concessão para uma estrada de ferro ligando a Corte e as províncias de São Paulo e Minas Gerais, que seria intitulada Dom Pedro II. O primeiro trecho da ferrovia foi inaugurado em 1858 e, em 1867, foi inaugurado o trecho até Três Rios, momento que marcou o declínio da União & Indústria, da qual Mariano Procópio de

³⁴ BLAY, Beatriz e KALLÁS, Ana Lima. “Da Corte a Petrópolis e Juiz de Fora: do século XIX até a República” In: CARVALHO, Maria Cristina Wolff (org.) *Caminhos do Rio a Juiz de Fora*. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2010, p. 128.

³⁵ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Op. Cit.*, p. 187.

³⁶ SARAIVA, Luiz Fernando. *Op. Cit.*, p. 183.

desligou em 1864, logo sendo nomeado presidente da Cia. Estrada de Ferro, cargo que ocupou até sua morte em 1872.

1.4. A Fazenda Santa Sofia

Com as transformações da economia-mundo, no século XIX a modificação de padrões produtivos e de práticas administrativas, a arquitetura da fazenda de café também passou por alterações de relevo. A principal diretriz que se deve ter em mente neste momento é que, ainda que os espaços construídos sejam determinados por seus usos, há que se observar a relação estreita entre a funcionalidade do espaço e o efeito que se desejava produzir naqueles que habitavam ou frequentavam a fazenda³⁷.

Muitas das edificações da arquitetura do café remanescentes no Vale do Paraíba se encontram descoladas de seu conjunto original. Frequentemente os pesquisadores que trabalham com o tema recorrem à literatura agronômica do século XIX ou aos inventários deixados pelos proprietários para tentar reconstruir espaços e entender o funcionamento destas unidades produtivas. A Santa Sofia, felizmente, é uma fazenda na qual é possível estudar um conjunto arquitetônico quase que completo. Algumas edificações não existem mais, como algumas linhas de senzalas e uma construção que, de acordo com a memória local, era a escola dos escravos. Outras se encontram modificadas, como os terreiros que se tornaram jardins, mas ainda assim, o que restou é de grande valia para o estudo do tema. Visitar a fazenda é quase como entrar em uma cápsula do tempo, permitindo que se compreenda muito do agenciamento espacial do século XIX.

Uma fazenda de café pode ser definida como um “complexo que abrange as terras reservadas ao cafezal, às matas e aos outros cultivos, as instalações de beneficiamento de café, e as habitações”³⁸. Na partilha dos bens do Conde de Prados, tal complexo foi descrito de modo semelhante, formado por “casas, terreiros de pedra, senzalas, tulhas, hospital, engenho e todas mais benfeitorias”³⁹.

³⁷ MARQUESE, Rafael de Bivar. “Revisitando casas grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX”. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.14, n.1, pp. 11-57, 2006.

³⁸ SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc XVIII – XX). In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n.1, pp. 81-119, 2006, p.96.

³⁹ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Sentença civil de partilha extraída dos autos de partilha amigável dos bens de Camillo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados*. Rio de Janeiro, 14 de Maio de 1882. Tombamento: 2460/2003.

Alguns fatores eram considerados fundamentais para a escolha do local de implantação de uma fazenda. Conforme o manual mais consultado pelos fazendeiros do século XIX, a *Memória sobre a fundação de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro* de Francisco Peixoto Lacerda Werneck, entre os elementos mais importantes para a implantação estavam o terreno, que deveria ser adequado tanto para a moradia quanto para o cultivo, a proximidade de caminhos para o escoamento da produção e a proximidade de uma fonte de água, para abastecer a casa e movimentar o maquinário. Sobre este tema, afirma Werneck,

“o primeiro cuidado do fazendeiro, que de novo vai fundar um estabelecimento rural, deve ser procurar aguada, e, encontrando-a, tirar o nível dessa. [...] Determinado que seja o local para a sede das máquinas, convém que o lavrador trace ou faça traçar a planta da fazenda, com designação a casa de sua residência, a do pessoal livre e escravo”⁴⁰.

Vale notar na observação de Werneck que a fazenda cafeeira era um espaço de fusão, onde o morar e o produzir se confundiam. Assim como indicado pelo Barão, a localização da Santa Sofia esta não podia ser melhor, a alguns poucos quilômetros do antigo caminho da estrada União e Indústria, iniciativa de um dos primos do Conde de Prados, Mariano Procópio Ferreira Lage, e da estação ferroviária de Silveira Lobo. Além disso, como sugerido, a fazenda está bem servida de fontes de água para abastecer a casa e movimentar o maquinário; atrás da casa grande há uma fonte e a casa de máquinas está localizada junto a um riacho. Foi neste pedaço de terra bem situado que a Santa Sofia prosperou.

⁴⁰ WERNECK, Francisco Peixoto Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878, pp. 1-3.

Mapa 1 - Detalhe da região Sudeste. Assinalada com uma estrela esta a cidade de Santana do Deserto. [Fonte: Google Maps]

Mapa 2 – Este mapa do município de Santana do Deserto se encontra na biblioteca da Fazenda Santa Sofia. Foram destacadas as localizações da fazenda e da Estação de Silveira Lobo, parte da Estrada de Ferro Leopoldina. O mapa mostra a existência de uma ligação rodoviária da fazenda à ferrovia. [Arquivo da Fazenda Santa Sofia]

Mapa 3 - Esta imagem de satélite permite observar a paisagem que cerca a cidade de Santana do Deserto [assinalada com uma estrela] e a Fazenda Santa Sofia, marcada pelo característicos mares de morros do Vale do Paraíba [Fonte: *Google Maps*]

Muito mais do que um aglomerado de casa-grande, senzalas e benfeitorias, a fazenda cafeeira deve ser considerada como um todo. Seus edifícios devem ser analisados dentro de um conjunto, para que se possa compreender a relação entre eles.

Ao que tudo indica, a Santa Sofia foi construída tendo em vista sua vocação cafeeira. A pedra fundamental da casa de vivenda marca o ano de 1855, período em que a produção do artigo se espalhava pela região. Tendo em vista os esquemas de organização identificados pelo historiador da arquitetura cafeeira Marcos Carrilho, é certo afirmar que a fazenda adota o esquema regular: “situado em geral em terrenos mais propícios ao exercício formal, é constituído de um quadro muito bem alinhado em que a distribuição das partes está perfeitamente ordenada”⁴¹.

Figura 1 - Pedra Fundamental da Fazenda Santa Sofia [Foto de Marjorie Cohn]

⁴¹ CARRILHO, Marcos José. *As fazendas de café no Caminho novo da piedade*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

Para fundamentar a assertiva, vale lançar mão do *Google Maps*, que permite visualizar bem a organização do espaço da fazenda. Ainda que nem todo o conjunto esteja em pé, é possível aliar esta ferramenta moderna às memórias dos habitantes da fazenda.

Figura 2 - Vista aérea da Fazenda Santa Sofia. Aqui é possível observar a ordenação do espaço em quadro, típico da época. Mesmo com as modificações que aconteceram ao longo do tempo, é possível visualizar, por exemplo, um pequeno espaço do terreiro que ainda tem sua forma original.
[Fonte: *Google Maps*]

A fazenda Santa Sofia se configura em quadra, como foi comum nas grandes fazendas do Vale do Paraíba. Neste caso, o quadro é formado pelas senzalas, o hospital/enfermaria, as tulhas e a casa de vivenda. Com exceção da casa de vivenda, todas estas construções tinham suas entradas voltadas para o terreiro, elemento central desta composição. Em sua análise sobre a fazenda Resgate, Eduardo Schnoor destaca que, no contexto da arquitetura brasileira, o papel central do terreiro nas fazendas cafeeiras é tipicamente mineiro⁴². No entanto, é importante ponderar esta afirmação. Em seu artigo sobre a moradia escrava nas senzalas rurais em Cuba e no Brasil, Rafael

⁴² SCHNOOR, Eduardo. “Das casas de morada às casas de vivenda”. In: CASTRO, Hebe Maria Mattos de e SCHNOOR, Eduardo (Orgs.). *Resgate. Uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995, p.34.

Marquese afirma que mais do que simples característica de determinada região, esta configuração, claramente carcerária, respondia à necessidade de controle dos cativos⁴³.

A casa de vivenda ocupada pelo Conde, quando vinha à fazenda, e por sua família se destacava no complexo. Ela se encontra em um terreno um pouco mais elevado do que o das outras construções; além disso, por ter o porão alto, ergue-se a cerca de 1,20m do chão, sobre uma base de pedra, o que garante uma boa visualização de boa parte do conjunto. Sobre a base da pedra, as paredes foram erguidas com pau a pique, material usado principalmente na primeira metade do oitocentos.

A casa de vivenda da Santa Sofia tem sua entrada voltada para o nascente, ladeada por palmeiras imperiais, atualmente apenas três, mas originalmente doze, seis de cada lado. O uso das palmeiras imperiais começou na Corte, tendo seu “plantio intensificado e deve ter se tornado moda na cidade a partir da década de 1850, o que coincide com a maioridade de Dom Pedro II e a necessidade do fortalecimento simbólico do II Império”⁴⁴. Inicialmente, o objetivo era manter o monopólio da espécie com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, onde elas eram plantadas em aleias. Porém, ao longo do XIX, elas acabaram se espalhando pelas cidades e fazendas, seja pelo contrabando de mudas, seja pela distribuição promovida pelo Império, maneira pela qual se acredita que Camilo Armond tenha obtido as suas.

A frente da casa tem duas entradas. Uma leva para uma pequena sala de visitas e a outra para o altar de Nossa Senhora do Rosário, onde eram realizadas missas, festas, batismos e casamentos (de acordo com a memória local, inclusive de escravos).

A planta da casa tem formato de ‘U’, uma derivação da casa de formato em L, planta clássica do século XIX⁴⁵. Os cômodos têm formatos quadrados ou retangulares e a casa apresenta um formato regular e não orgânico, que pode ratificar que a sua construção foi elaborada, não se dando de maneira improvisada. A casa está composta por três setores: social, íntimo e de serviço. Nos dois primeiros, a organização “faz-se em torno de um grande cômodo para onde se abrem aposentos menores”⁴⁶, o primeiro deles a sala de visitas e o segundo o longo corredor que liga as duas pontas da casa.

⁴³ MARQUESE, Rafael de Bivar. “Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-18601”. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.13. n. 2.p. 165-188, 2005, p.185.

⁴⁴ D’ELBOUX, Roseli. “Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo” In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 2, pp. 193-250, 2006, p.207.

⁴⁵ FERRAZ, Cícero. *Fazendas do Sul de Minas - Arquitetura Rural nos Séculos XVIII e XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008, pp. 94-5.

⁴⁶ Ibidem, p. 95.

Figura 3 – Esta planta da casa de vivenda faz parte do acervo da Santa Sofia. Nele, é possível observar claramente a composição da casa, com o formato em ‘U’. Com o passar dos anos, as funções dos cômodos e a estrutura da casa foram modificadas. Na presente notação houve uma preocupação em ser o mais fiel possível com a configuração original de acordo com os relatos do herdeiro da fazenda. Destaca-se a presença do altar com uma porta aberta para o terraço, onde provavelmente os escravos acompanhavam o serviço religioso. [Acervo da Fazenda Santa Sofia]

A sala de entrada é pequena, com acesso a três quartos, que possivelmente eram destinados aos visitantes que pousavam na fazenda e que não têm ligação com a parte íntima da casa. Este tipo de arranjo era comum na época, já que as casas tinham funções sociais que exigiam que houvesse espaços definidos para a família e para o público⁴⁷.

Depois da sala de entrada, há outra sala de visitas, maior. A decoração da casa foi modificada ao longo do tempo, por isso, é preciso inferir os arranjos e ocupações da época. Esta segunda sala de visitas tem suas paredes forradas de antigos retratos da família e um piano de cauda. O atual proprietário informou que aquela sala chegou a comportar três pianos (dois de cauda e um de armário), onde as filhas do Conde se apresentavam a seis mãos.

Figura 4 – A sala de visitas da Santa Sofia não manteve sua decoração original, mas revela a memória construída sobre a família. Todos os móveis são originais, do século XIX, bem como os quadros. Destaca-se à esquerda o retrato do Conde Prados [Foto de Marjorie Cohn]

Esta sala de visitas está ligada à ampla sala de jantar, que hoje é decorada com uma grande mesa e móveis que guardam antigas louças da família. Além disso, relíquias como um par de coroas das festas de Congado são guardados neste cômodo. A sala de jantar, que geralmente é um dos locais mais suntuosos nas casas de vivendas das

⁴⁷ SCHNOOR, Eduardo. *Op. Cit.*, p. 44.

fazendas do Vale do Paraíba, na Santa Sofia é simples. Não há pinturas elaboradas nas paredes e a mesa comporta dez lugares. Isto leva a crer que a Santa Sofia não era o lugar onde o Conde ostentava seu lugar social.

Esta sala está ligada à alcova. A alcova, como era de praxe, é um pequeno cômodo retangular sem janelas, que dá passagem à biblioteca, pequena, porém composta por importantes títulos da época. Abundam as obras de Medicina e Direito, provavelmente pertencentes ao Conde e seu genro, Hipólito, que era advogado de formação. A preocupação com os livros e sua importância fica evidente em uma carta enviada pelo Conde à sua esposa: “Fico certo no que me diz quanto aos livros e o mais. Há entre os meus livros obras muito caras, e que desejaria que não se molhassem, mas pelo contexto de sua carta vejo que não houve maior estrago. É preciso abrir tudo quanto estiver úmido, e espalhar no quente ao ar livre”⁴⁸.

Figura 5 – Na pequena biblioteca foram preservados diversos exemplares de livros de Medicina e Direito, periódicos voltados a assuntos como botânica, além da extensa coleção do *Revue des Deux Mondes*, clássica revista francesa voltada a assuntos literários e culturais. [Foto de Marjorie Cohn]

A sala de jantar está ligada também a um quarto que serve de passagem para o altar. A memória do atual proprietário foi valiosa para compreender o agenciamento: este quarto foi ligado ao altar, pois um dos descendentes do Conde que desejava se casar

⁴⁸ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, *Carta de Camilo Maria Ferreira Armond a Josefina Armond*. Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 1872. Tombamento: 2773/2003.

com uma prima que se encontrava doente, a transferiu para este quarto e abriu passagem para o altar para que o casamento pudesse ser realizado.

O altar da Santa Sofia é hoje apinhado de imagens, dentre as quais se destaca a de Nossa Senhora do Rosário. Este altar tem uma porta que se abre para o exterior da casa, mais especificamente para o portão de entrada, próximo ao local onde se acredita que ficava a chamada “escola dos escravos”. Este cômodo tem apenas um ambiente, logo não havia uma separação definida, como era comum em capelas de tantas outras fazendas da região, pois ajudava a criar um ambiente hierarquizado. Acredito que este fato possa comprovar certa proximidade entre a família do Conde e sua comunidade cativa.

Figura 6 - Altar da Santa Sofia [Foto de Marjorie Cohn]

Figura 7 - Dentre as relíquias da Santa Sofia está este par de coroas de Congado, o que demonstra que os cativos tinham oportunidades para realizar suas festas na Santa Sofia. O fato da principal imagem do altar ser de Nossa Senhora do Rosário é emblemático. [Foto de Marjorie Cohn]

Voltando ao interior da casa, a sala de jantar se liga ainda a um comprido corredor, ao longo do qual existem oito quartos, interligados por portas internas, além daquelas que dão para o corredor. Nos quartos não há nenhum luxo, além das pias e das cadeiras que faziam as vezes de vasos sanitários.

Ao final do corredor há uma pequena sala que hoje abriga uma mesa de jantar e está ligada aos dois banheiros da casa. Nestes banheiros no final do corredor ficavam as banheiras, que hoje se transformaram em vasos do lado de fora da casa. Ao lado desta segunda sala de jantar há mais um quarto, atualmente deteriorado por conta de chuvas que atingiram a região recentemente, mas que permite entrever a técnica construtiva empregada na construção da casa.

Se comparada à casa de vivenda da fazenda Pau Grande, propriedade da família Ribeiro Avellar, a da Santa Sofia pode ser considerada modesta. De acordo com Mariana Muaze, a casa dos Avellar, um sobrado de arquitetura grandiosa entrecortado por uma magnífica capela que o dividia simetricamente, composto por diversas alcovas, duas grandes salas de jantar, duas cozinhas, além de uma série de quartos, era o espaço onde se mantinham os laços entre a família extensa e a nuclear. Para a pesquisadora, a arquitetura foi uma das expressões da família oitocentista, pois refletia “a constante negociação entre o sujeito e a comunidade familiar, que ora tendia a ressaltar os códigos

de representação individual [...], ora tendia aqueles que favoreciam a parentela como cânone social essencial”⁴⁹.

Figura 8 – O longo corredor da casa de vivenda liga os dois extremos da construção e se abre para a sequência de quartos. Diversas estantes e cristaleiras guardam coleções de pequenas memórias da família. [Foto de Marjorie Cohn]

A Santa Sofia tampouco se parece com a fazenda do Pinheiro, de propriedade de Comendador José Breves, localizada na região de Pirai. O Comendador foi um dos grandes proprietários rurais do Vale do Paraíba no século XIX e transformou sua fazenda em referência e ponto de parada para viajantes como o casal Agassiz e Zaluar,

⁴⁹ MUAZE, Mariana, *As memórias da viscondessa: Família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, pp. 147-8.

que registrou a suntuosidade da casa, decorada com espelhos venezianos, candelabros de prata e retratos do casal imperial⁵⁰.

Ao que tudo indica, o Conde de Prados passava pouco tempo na Santa Sofia, onde residiam permanentemente sua mulher, Josefina, e pelo menos uma de suas filhas, Cecília, com seu marido, Hipólito. Acredito que, por conta disso, a fazenda não era o local onde a família ostentava sua posição.

Figura 9 - Fotografia da Santa Sofia datada de 1880. Destacam-se as palmeiras imperiais, que marcam a localização da casa de vivenda, bem como o muramento, o portão centralizado cercando todo o conjunto. [Arquivo da Santa Sofia]

A casa de vivenda da Santa Sofia ocupava posição importante no complexo, mas o terreiro é o local que chama a atenção, por conta de sua localização central. Em torno dele é que se organizava o morar (seja da família Armond, seja dos escravos) e o produzir. Cercando o quadro configurado pelo terreiro, estavam a casa de vivenda, as senzalas, a enfermaria/hospital e as enormes tulhas, onde o café era armazenado.

Logo em frente, em uma linha contínua à casa de vivenda, há um depósito de mantimentos, hoje desativado. Ao lado deste armazém, havia uma senzala. Hoje, esta construção não existe mais, mas há indícios de sua presença, como uma base de pedra, que elevava o prédio a alguns centímetros do chão. Ao lado deste espaço, fica o hospital/enfermaria, em formato de ‘L’, que, assim como a casa de vivenda, está elevada a pouco mais de um metro do chão. Provavelmente, a intenção era de que este

⁵⁰LOURENÇO, Thiago. *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: Política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2010, pp. 58-9.

prédio também tivesse uma função de vigilância, por sua posição privilegiada, em um enclave entre dois pavilhões de senzalas.

Compondo mais um lado do quadro, na face oposta à casa de vivenda, está mais um tiro de senzalas. Esta ainda está de pé, porém, não apresenta mais suas características originais. O pavilhão foi transformado em uma série de pequenas casas. No entanto, é possível apreender alguns elementos importantes. A construção está elevada a alguns centímetros do chão e todas as entradas se voltam para o interior do quadro, ou seja, para o terreiro. Atualmente, a construção tem janelas e não é possível afirmar que sempre foi desta maneira. Completando este lado do quadro, há uma construção onde o café era pesado e, provavelmente, preparado para ser encaminhado aos comissários cariocas. Hoje, este local armazena uma série de objetos, máquinas e ferramentas utilizadas nesta atividade. Este prédio também dá passagem à casa de máquinas, onde o café era beneficiado.

As tulhas, espaço onde o café era armazenado antes de ser enviado para a exportação, completam o quadro. Dispor de amplas tulhas era importante para os produtores responderem às flutuações de preços na praça do Rio de Janeiro. Entre o espaço da tulha e o da pesagem de café, há um portão de ferro, destinado ao controle de circulação dos cativos. Provavelmente, este portão indica um dos caminhos para os cafezais. Entre a tulha e a casa de vivenda, atualmente, há um espaço vazio. É possível inferir que outro tiro de senzala o completava.

Considerando esta configuração, destaca-se a proximidade entre a família do Conde de Prados e a comunidade escrava. Provavelmente, por conta disso, há uma preocupação constante com a manutenção da ordem e o controle dos cativos. Outros espaços serão analisados mais detidamente nos capítulos seguintes.

Capítulo 2. A produção cafeeira na fazenda Santa Sofia

Não é possível precisar o ano no qual a expansão cafeeira começou na Zona da Mata mineira, mas é possível afirmar que já havia produção nas primeiras décadas do século XIX, que pode ser considerado como o período de implantação de atividade. A produção se dava quase que exclusivamente na região da Mata. No início do oitocentos, o café representava 5% do total de exportações da província; no último quartel, a cifra chegou a pouco mais de 69%, sendo o início da década de 1860 o ponto de inflexão¹.

Provavelmente o primeiro membro da família Ferreira Armond a se envolver com a produção cafeeira foi o Barão de Pitangui, pai do Conde de Prados. A documentação disponível no arquivo do Museu Imperial aponta que a plantação cafeeira em Santa Sofia havia se iniciado na década de 1840, mas, segundo Duarte Lacerda, “é certo que em 1822, Marcelino José Ferreira Armonde já comercializava o produto para si, produzindo-o ou comprando-o em Minas Gerais para revenda no Rio de Janeiro”².

A partir destas informações, como a Santa Sofia se encaixa no mercado cafeeiro internacional? Para começar, é fundamental uma melhor compreensão de seu espaço produtivo. Como ponto de partida, há as informações disponíveis na partilha de bens do Conde, de 1882, que assim descreve a fazenda:

“Uma fazenda denominada Santa Sofia, sita na freguesia de São Pedro de Alcântara, confrontando ao nascente com terras do Formoso, de poente com terras da Boa Esperança, Jaguary e outras ao Sul com terras de Santa Ana do Deserto [terras que foram herdadas pela Baronesa de Juiz de Fora] e de Boa Esperança e ao Norte com terras do Piedade morro dito e outros e acha-se registrada a folhas vinte e uma do livro de registro de terras da mesma freguesia em quatorze de agosto de 1856 pelo vigário João Baptista de Moura, as terras que formam esta fazenda assim limitada foram em parte herdadas por falecimento do primeiro barão de Pitangui e em partes comprada sendo esta as do Sítio denominado Cachoeira, as de uma posse anexa do mesmo sítio e que foram desmembradas da Boa Esperança e assim outras que foram compradas de Lizandro Gonçalves Correa e sua mulher Florinda Maria da Conceição, perfazendo das reunidas um

¹ VITTORETTO, Bruno Novelino. *Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830-1870)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, UFJF, 2012, p. 130.

² LACERDA, Antônio Henrique Duarte Lacerda. . *Negócios de Minas: Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais — A Família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2010, p. 325

total de duzentos e setenta e quatro alqueires geométricos ou cento e trinta e dois ares e seiscentos e dezesseis hectares”³.

A partir das dimensões assinaladas podemos inscrever a Santa Sofia no esquadro das demais propriedades de outros municípios do Vale do Paraíba. Um exemplo é o número fornecido por Eloy de Andrade, filho de um médico de partido de grandes fazendeiros da região de Valença (RJ): segundo este importante memorialista, os grandes proprietários do Vale possuíam fazendas com 250 a 600 alqueires e número de braços raramente inferior a 200 cativos⁴. Além disso, ela também está dentro da média definida por Rômulo Andrade (duzentos e trinta e seis alqueires)⁵ e Luiz Fernando Saraiva (duzentos e oitenta alqueires)⁶ para as grandes propriedades do Vale do Paraíba mineiro.

Além de estar de acordo com o tamanho médio das grandes propriedades da região, a Santa Sofia também se encaixa na estrutura fundiária delineada por Mônica Oliveira, ou seja, de propriedades que eram compostas por pastos, terras de cultura, capoeiras e terras virgens e que refletem a forma de utilização do solo, com a constante incorporação de matas virgens para a reprodução do sistema agrário⁷.

Sabe-se que, no sistema agrário vigente no Vale do Paraíba, o estoque de matas virgens era o indicativo da proximidade, ou não, do fim da capacidade produtiva da fazenda, já que sua quantidade, ao ser comparada com a área voltada à plantação de café, expressava o nível da capacidade de reprodução da unidade. O cafezal indicava os padrões de produção no presente, as capoeiras e pasto, o passado produtivo, e a mata virgem, as possibilidades de produção futura da fazenda.

Como era praxe no Brasil até então, a derrubada das matas virgens seguida das queimadas era a maneira empregada para abrir caminho para a agricultura. De acordo com Vittoretto, “com a derrubada da floresta primária, e a consequente queima da matéria exposta, era possível alcançar altos níveis de produtividade sem maiores

³ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Sentença civil de partilha extraída dos autos de partilha amigável dos bens de Camillo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados*. Rio de Janeiro, 14 de Maio de 1882. Tombamento: 2460/2003.

⁴ ANDRADE, Eloy. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Rede Gráfica, 1989, p.189.

⁵ ANDRADE, Rômulo Garcia. “Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: O caso da Zona da Mata” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 11, n. 22, pp.95-125, 1991, p.96.

⁶ SARAIVA, Luiz Fernando. “Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora, 1870-1900”. In: *10º Seminário sobre a economia mineira*, Diamantina, 2002 ,p.13.

⁷ OLIVERA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005, p. 66.

esforços técnicos de preparo ou manutenção da lavoura”⁸. Basicamente, o processo era simples e não exigia grandes investimentos. Aliás, esta prática revela um fato sobre o cultivo da rubiácea no Brasil. Os investimentos para a melhora da qualidade do produto eram sempre reservados para a fase pós-colheita, o beneficiamento, processo que será tratado mais adiante.

Em uma fazenda de café, as terras eram divididas da seguinte maneira: as terras em cultura (de café ou alimentos); as matas virgens, que determinavam as possibilidades de reprodução da fazenda, bem como forneciam madeira para construções (inclusive, pelos relatos do Sr. José Henrique, a casa e seu mobiliário foram feitos a partir de madeiras da região); as capoeiras, terras que já haviam abrigado a cultura cafeeira, mas que por seu desgaste se converteram em vegetação secundária, e podiam servir para o plantio de alimentos, mas que também podiam ser reutilizadas para o café no futuro; os pastos, com vegetação rasteira para o gado⁹. O documento em tela apresenta ainda os seguintes dados a respeito da fazenda:

“Quarenta e cinco alqueires em mata virgem a 400 mil réis, 18 contos. Noventa e cinco alqueires em capoeiras a 250 mil réis, 23 contos e 750 mil réis. Sessenta alqueires com cafezais bons a 160 mil, 9 contos e 600 mil réis. Cinquenta e dois ditos abandonados a 150 mil, 7 contos e 800 mil réis. Vinte e dois em pastos a 80 mil, 1 conto e 760 mil réis. Trinta e dois mil pés de café de sete anos no Caminho do Sítio a 300 réis, 9 contos e 600 mil réis. Quarenta e cinco mil ditos de dois e meio anos na Descida da Nova a 220 réis, 9 contos e 900 mil réis. Oitenta mil ditos de dez anos no Veloso a 300 réis, 24 contos. Vinte e oito mil ditos de vinte anos no Rancho da Telha a 50 réis, 1 conto e 400 mil réis. Trinta e cinco mil ditos de dezesseis anos no Guiperna a 150 réis, 5 contos, 250 mil réis. Trinta mil ditos de quinze anos em Santo Amaro a 100 réis, 3 contos. Vinte mil ditos no sítio Cachoeira a 30 réis, 600 mil réis”¹⁰.

No ano da morte do Conde, a área da fazenda Santa Sofia continha cerca de 16% de mata virgem; os cafezais em plena produção correspondiam a 22% de suas terras; as capoeiras - ou seja, terras que já haviam sido exploradas pela cafeicultura - e os cafezais abandonados correspondiam à maior parte da área da fazenda, 54%. Observa-se, então, que, em 1882, as possibilidades futuras de produção cafeeira na fazenda Santa Sofia

⁸ VITTORETTO, Bruno. *Op. Cit.*, p. 46.

⁹ FRAGOSO, João. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*. 1983. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983. p. 61.

¹⁰ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Sentença civil de partilha extraída dos autos de partilha amigável dos bens de Camillo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados*. Rio de Janeiro, 14 de Maio de 1882. Tombamento: 2460/2003.

eram relativamente limitadas, especialmente pela exaustão das terras e pelo envelhecimento dos pés.

A soma total de pés de café é de duzentos e setenta mil, o que coloca novamente a Santa Sofia próxima à média das grandes fazendas anotada por Andrade (237.114 pés)¹¹ e Saraiva (264.572 pés)¹². Destaca-se, ainda, que a fazenda aplicava as práticas adotadas no Vale do Paraíba, da plantação descontínua pela propriedade (daí, a forma de notação registrada no inventário), em morros de meias-laranjas à volta de seu complexo arquitetônico.

Os preços dos pés de café descritos no documento apresentado acima refletem sua capacidade de produção. Conforme o que se verificava em todo o Vale do Paraíba, a avaliação seguia a tendência de um ‘U’ invertido, ou seja, pés novos tinham um baixo valor, que subia conforme a idade do pé, produtivos aos três anos. O pico de valor se dava entre os oito (quando se atinge a idade adulta) e os dezesseis anos; a partir daí, com o envelhecimento e a erosão, o preço começava a baixar, em vista da queda da produtividade do arbusto ¹³.

Pelo que se pode inferir deste documento, os pés mais velhos foram plantados em 1862, apenas um ano após a inauguração da União & Indústria. A redução do custo de frete passara a compensar as remessas e o café chegava mais rápido ao Rio de Janeiro. Outro plantio em larga escala, de 80 mil pés, aconteceu em 1872. É possível afirmar que, entre 1862 e 1872, atento à conjuntura favorável, de elevação dos preços do café no mercado internacional, o Conde resolveu investir no plantio dos pés de café. Como aponta Fragoso, “na manutenção da capacidade produtiva da fazenda, deve existir um certo equilíbrio entre o declínio produtivo dos cafezais, a derrubada das matas e formação de novos cafezais”¹⁴.

Na documentação consultada em Petrópolis, não se encontrou referências sobre a técnica empregada na plantação dos pés de café. Provavelmente, seguiu-se na fazenda o padrão corrente no Vale do Paraíba, isto é, o plantio em alinhamento vertical dos pés.¹⁵ Outra informação não encontrada é se havia entre estes pés o cultivo de gêneros a serem consumidos na fazenda, como feijão, milho ou mandioca. O que se sabe é que, tal

¹¹ ANDRADE, Rômulo. *Op. Cit.*, p.96

¹² SARAIVA, Luiz Fernando. *Op. Cit.*, p.13

¹³ MARQUESE, Rafael de Bivar. “A paisagem da cafeicultura na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e Georg Grimm.” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, v. 44, p. 55-76, 2007, pp.61-2.

¹⁴ FRAGOSO, João. *Op. Cit.*, p. 78.

¹⁵ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878, p. 46.

como as demais grandes fazendas de café oitocentistas brasileiras, a Santa Sofia integrava verticalmente todo o processo de produção e beneficiamento. Lá, o café era plantado, cultivado, colhido, secado, descascado, limpo, classificado, embalado e, finalmente, transportado para o Rio de Janeiro¹⁶.

No que diz respeito ao volume de produção, dentre a documentação consultada, foram encontradas diversas notas de venda e consignação de café, bem como cartas de comissários cariocas a respeito do mercado e da qualidade do café remetido pela Santa Sofia, que permite que se estime um número mais próximo do real, como se verá mais adiante.

A produção de café se desenrola através de uma série de processos, subprocessos e atividades interdependentes que vão desde o cultivo da terra até a preparação industrial para o mercado. O produto pode sofrer variações bienais de produção, tanto na qualidade quanto na quantidade. Isto acontece especialmente quando o café é plantado sem sombreamento. Este ciclo está ligado “ao sistema de cultivo de café adotado no Brasil, a pleno sol, em que os cafeeiros necessitam vegetar em um ano para produzir bem no ano seguinte”¹⁷. Além disso, não era aplicado um processo padronizado para o beneficiamento do café. A técnica e o maquinário variavam de fazenda para fazenda.

Desde meados do século XVIII, a demanda na Europa e também na América do Norte cresceu, o que exigiu uma maior eficiência do processo de produção. As técnicas usadas desde o início do século XIX se tornaram obsoletas no fim da centúria, já que novos padrões de consumo fizeram com que a atenção fosse dispensada tanto à qualidade quanto à quantidade. Uma dessas novas formas de consumo se dá com a venda do café torrado em pacotes, o que permitiu a padronização de misturas que tornavam possível diferenciar o café por marcas facilmente distinguíveis. Esta revolução modificou as relações de comercialização e aumentou o consumo total de café.

Porém, ainda assim, como indica Stanley Stein, os padrões de colheita brasileira apressada estabeleciam um mínimo diário para cada escravo visando mais a quantidade do que a qualidade do café colhido; grãos secos ou verdes eram colocados juntos dos

¹⁶ ARGOLLO, André. *Arquitetura do Café*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 102.

¹⁷ MATIELLO, José Braz. *O café. Do cultivo ao consumo*. São Paulo: Globo, 1991, pp.18-19.

grãos maduros.¹⁸ Este era um dos motivos que faziam com que o café brasileiro fosse exportado para mercados menos exigentes.

Uma das formas encontradas pelos produtores de café para agregar valor ao produto era incrementar alguns passos do processo de produção. E o beneficiamento era um passo essencial.

O processo de beneficiamento é simples e fundamental para a produção do café. Ele consiste na eliminação sucessiva das camadas que envolvem os grãos do café, chamadas de polpa e pergaminho. No início, se empregava formas rústicas, como o descascamento manual, por pressão ou fricção. Após este passo, seguiam-se outros, entre eles a lavagem, a secagem, a ventilação, a escolha, a classificação, o brunimento e o ensacamento.

Depois da colheita, o fruto era levado para a secagem em terreiros, onde eram mexidos para que ficassem bem expostos ao sol e à tarde eram juntados em pequenos montes que podiam ser cobertos em caso de chuva. O principal problema desta etapa eram os terreiros de terra, que quando úmidos poderiam deixar nos grãos um aroma e sabor desagradáveis de terra.

Marcos Carrilho e Luís Saia ressaltaram a importância do terreiro como elemento central e fundamental à produção cafeeira, por ser onde acontecia a lavagem e a secagem do café, os primeiros passos para a produção de um café de boa qualidade. Por conta disso, o terreiro exigia boa insolação e fornecimento de água. No caso do terreiro da Santa Sofia, foi possível observar que o sol bate forte neste espaço.

Figura 10 - Este é um dos terreiros da Santa Sofia. Ao lado esquerdo, um dos tiros de senzala remanescente, hoje transformada em uma série de pequenas casas, e ao fundo, parte da tulha. [Foto de Rafael Marquese]

¹⁸ STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café*, (trad. port.) São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961, p. 43.

Figura 11 - Detalhe do terreiro. [Foto de Marjorie Cohn]

Figura 12 - Neste detalhe é possível observar o pequeno muro de contenção existente entre um terreiro e outro. [Foto de Marjorie Cohn]

Carrilho afirma que, geralmente, o terreiro ocupa “uma área privilegiada do sítio onde se implanta a sede da fazenda. O vazio central formado por esta enorme superfície plana, cujo revestimento absorve e concentra o calor do sol, era o espaço para onde se voltavam as edificações”¹⁹. Foram comuns, porém não os mais adequados, no início do arranque cafeeiro, os terreiros de terra batida, mas segundo Argollo, “os cafeicultores

¹⁹ CARRILHO, Marcos José. “Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba”. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.14, n.1, 2006, p. 75.

mais zelosos abriam suas fazendas com terreiros revestidos”²⁰. No caso da Santa Sofia, os terreiros eram cimentados, e não seria exagero pensar que foram assim desde o início, na década de 1850, já que se supõe que a fazenda foi de saída desenhada para a produção cafeeira. Há três terreiros, dos quais, atualmente, apenas um encontra-se como na época; os outros foram cobertos por vegetação. Se a secagem não fosse realizada da maneira correta, todo o processo de beneficiamento do café poderia ser prejudicado, o que comprometia a qualidade final do produto.

Figura 13 - Vista dos terreiros. Não é possível precisar a data na qual a fotografia foi tirada, mas ela fornece uma boa ideia do funcionamento da fazenda. [Arquivo da Santa Sofia]

A etapa seguinte, o descasacamento, podia se dar de diferentes maneiras, como pelo uso do pilão, com o monjolo e a batida a vara. Depois desta operação, a casca deveria ser separada do grão, o que poderia ser feito através da ventilação. A última etapa era o brunimento do café, quando o grão passava por pilões para ser polido, ficando pronto para o ensacamento e o envio para o mercado.

Fernando Pires destaca algumas características deste processo. Ele era marcado pela descontinuidade, as etapas eram constantemente interrompidas para continuar em um espaço diferente. Havia uma divisão rudimentar do trabalho: cada parte do

²⁰ ARGOLLO, André. *Op. Cit.*, p. 118.

beneficiamento era realizado por diferentes grupos de escravos e, finalmente, os meios de trabalho eram simples e dependiam da forma e do ritmo de execução de cada escravo, o que leva o autor a concluir que “o aumento da produção esbarra nos limites da capacidade física da mão de obra empregada”²¹. Além deste tipo de melhorias, com a exigência de um café de melhor qualidade, a questão da mecanização na cafeicultura ganhou cada vez mais espaço. Novas máquinas passaram então a fazer parte do cenário das fazendas, e seu uso acabou por incrementar o lucro na lavoura²².

Ainda de acordo com a análise de Francisco Souza sobre o maquinário cafeeiro entre 1820 e 1880, as transformações tecnológicas nas fazendas de café se deram, inicialmente, de maneira lenta e em um período posterior, de maneira acelerada, na medida em que o mercado exigia um produto de maior qualidade. O autor divide seu recorte cronológico em três períodos. A primeira fase é caracterizada pela lentidão na introdução do progresso técnico, com uma adaptação de instrumento de outras atividades. Nas fazendas maiores se observa uma mecanização parcial. A segunda, que se inicia na década de 1850, é a de transição, quando o autor afirma que há um conjunto de iniciativas inovadoras, sob a pressão da elevação de custos. A última fase, na década de 1880, é aquela na qual as máquinas estão mais aperfeiçoadas pela prática, os preços caem e já no início da década os engenhos de pilão caem em desuso. Já no início da década, mais da metade dos produtores da segunda exposição de café do Brasil, utilizavam máquina modernas para o beneficiamento²³. Os números demonstram a existência de um mercado consolidado. Souza aponta que a Lidgerwood liderava o mercado, o que criou uma concorrência que incentivou cada vez mais as inovações tecnológicas. Para o autor, as máquinas nacionais eram preferidas, já que seus fabricantes estavam atentos às necessidades do cafeicultor brasileiro.

O beneficiamento era apenas uma das etapas da mecanização da produção cafeeira. Não existia qualquer modelo estabelecido no país e isto criava polêmica entre os cafeicultores e agências importadoras sobre os preços pagos e sobre a aceitação do produto no exterior²⁴. As máquinas introduziram um novo padrão de beneficiamento, pois permitiam padronizar as safras e amenizar a carência de braços. E, obviamente, o

²¹ SOUZA, Francisco Pires de. *A evolução das técnicas produtivas no século XIX: o engenho de açúcar e a fazenda de café no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1978, p. 117.

²² SPINDEL, Chejwa R. *A hegemonia do café e as mudanças nas relações sociais de produção: formação e uso da força de trabalho no Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1978, pp. 57-8.

²³ SOUZA, Francisco Pires de. *Op. Cit.*, pp. 146-9.

²⁴ RIBEIRO, Luís C. M. “A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX” In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.14, n.1, pp. 121-165, 2006, p.128.

beneficiamento e a produção de um café melhor aumentavam seu preço de venda. Spindel aponta que o café lavado (despolpado) alcançava um preço até 25% maior do que o do café comum, ou seja, o café beneficiado chegava a alcançar uma vantagem de 400 a 600 réis por arroba sobre o café comum²⁵.

Até meados do século XIX, lembra Stein, a “mais aperfeiçoada máquina de beneficiar café, que removia a casca e a polpa, era o pesado engenho de pilões. Suas dimensões e custo de construção, entretanto, tornavam-na acessível somente aos maiores fazendeiros”²⁶. No último quartel do XIX, houve sensível absorção de tecnologia estrangeira ao maquinário agrícola e ao beneficiamento de produtos²⁷. Uma procuração de Julho de 1875 esclarece que o Conde constituiu Hipólito, seu genro e administrador da Santa Sofia, como seu procurador “para passar e assinar em duplicata título de consentimento ao Sr. Bernardo Pedro Ferreira, a fim de que este possa construir um moinho ou descascador de café, tocado a água, com suas dependências, na minha fazenda”²⁸.

A casa de máquinas era “o edifício mais importante do núcleo industrial das grandes fazendas de café brasileiras, pois abrigava os equipamentos destinados ao beneficiamento e à secagem do café em coco”²⁹. Na Santa Sofia, a casa de máquinas é, infelizmente, o edifício mais deteriorado do complexo. Algumas das paredes já vieram abaixo e com muita sorte a construção, que ainda abriga maquinário de época, mantém-se em pé. Como boa parte das casas de máquinas do Vale do Paraíba, a da Santa Sofia foi construída como um sobrado, o que pode ser considerado como um indicativo da localização da fazenda em um estágio avançado do processo produtivo cafeeiro³⁰. Em frente à casa de máquinas passa um riacho e está localizada uma roda d’água. Em uma carta comercial remetida em 1880 por Lidgerwood Manufacturing Co., há referência ao envio de ferragens e máquinas de descascar café para a Santa Sofia³¹. Talvez a opção pela compra tenha se dado pelo fato do Conde estar em frequente contato com as novidades técnicas no setor. Não há dúvida que a exigência do mercado internacional por um café cada vez melhor e o retorno financeiro que um café mais fino poderia trazer também foram fatores importantes na decisão. Entre 1872 e 1875, é possível identificar

²⁵ SPINDEL, Chejwa R. *Op. Cit.*, p. 59.

²⁶ STEIN, Stanley. *Op. Cit.*, pp. 43-4.

²⁷ ARGOLLO, André. *Op. Cit.*, p. 33.

²⁸ ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais – 1808-1888: Elementos para um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988, pp. 205-6.

²⁹ ARGOLLO, André. *Op. Cit.*, p. 119.

³⁰ CARRILHO, Marcos José. *Op. cit.*, p.138.

³¹ ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, p.271.

um plantio pesado de café, cerca de 112 mil pés, que começaram a produzir entre os anos de 1877 e 1880: foi justamente neste período que o Conde investiu em melhorias técnicas.

Figura 14 – A casa de máquinas da Santa Sofia é um de seus espaços mais impressionantes. A construção ainda demonstra a importância da preocupação do Conde de Prados com o uso da tecnologia para a produção de um café de qualidade. Por conta da deterioração, não é possível afirmar com certeza qual era a função de cada uma delas, mas foi possível identificar ao menos três máquinas diferentes, sendo uma delas um separador e catador da L. Silva, de São Paulo (à esquerda). [Foto de Marjorie Cohn]

Figura 15 - Roda d'água localizada ao lado da Casa de Máquinas. [Foto de Marjorie Cohn]

A Lidgerwood se instalou no Rio de Janeiro em 1861, respondendo à demanda por máquinas agrícolas no Brasil. A empresa também vendia máquinas de costura e equipamentos agrícolas e industriais fabricados nos Estados Unidos e comercializados no Brasil, em Java e na Grã-Bretanha. Na década de 1880, foi a empresa que comercializou o maior número de máquinas de beneficiamento nos maiores centros produtores de café e, também, a que liderou a preferência dos produtores mineiros. A máquina Lidgerwood tinha como vantagem “separar os grãos de café em pequenos e chatos, assim como em grandes, pequenos e redondos imitando o Moka” ³². Destaca-se que, em algumas notas, o café remetido de Santa Sofia era denominado como Moka, o que comprova o uso do maquinário na fazenda. Por exemplo, em setembro de 1882,

³² CAMILLO, Ema. Lidgerwood MFG Co. Estratégias de penetração e permanência no mercado brasileiro de máquinas de beneficiamento de café, da década de 1850 a 1890. In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica*, 2003, p.13.

houve uma remessa enviada a Joaquim de Mello Franco com variados tipos de café. O café Moka valia 476 réis por quilo; foram enviados ainda outros três tipos de café, cotados cada qual a 394 réis, 381 réis e 299 réis por quilo. Esta diferença de preço chega a ser maior que aquela indicada por Argollo. O maior preço encontrado para o Moka nas notas disponíveis foi de 578 réis por quilo, e o menor foi de 435 réis por quilo³³.

Embora alguns autores afirmem que o uso de máquinas poderia se explicar pela escassez de mão de obra disponível em uma fazenda, sabe-se que este não era um problema na Santa Sofia, que dispunha de um grande contingente de escravos. Além do investimento em maquinário ser responsável por um bom retorno financeiro, é possível afirmar que a opção pelo seu uso podia se dar também pelo fato de resultar na realocação, para o eito, de escravos antes ocupados com o transporte e o beneficiamento do produto, fato que de certa forma também melhorava a qualidade do café, já que com os braços disponíveis seria possível incrementar a organização do processo produtivo. A maior disponibilidade de trabalhadores na safra poderia evitar a colheita apressada, que resultava frequentemente na baixa qualidade do café colhido com grãos secos ou verdes colocados junto aos grãos maduros³⁴.

O uso de máquinas como a Lidgerwood permitiu a entrada do Brasil no mercado internacional de cafés finos. Embora muitos fazendeiros tenham chegado a se transformar em inventores, haja vista que “os processos de concessão de privilégios industriais para a produção de invenções relativas ao trato do café surgem como um indício do esforço brasileiro para a atualização tecnológica do país”³⁵, vários observadores coevos, como André Rebouças, apontavam a superioridade do maquinário Lidgerwood³⁶. Na falta de uma especificação mais precisa, o que se sabe é que este era composto de um descascador dentado com ventilador e separador capaz de preparar até 250 arrobas em 10 horas.

Com a adoção dos aparelhos no cotidiano da fazenda, tornou-se mais comum a presença do maquinista, alguém especializado no manejo das máquinas e de quem se exigia em especial a habilidade de lidar com manuais³⁷. Por este motivo, este era um

³³Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Série de notas de consignação café e cartas comerciais enviadas por Joaquim de Mello Franco a Camilo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados e Hipólito Dorneles de Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1877 a 31 de dezembro de 1882. Tombamento: 01 a 176/2008.

³⁴STEIN, Stanley J. *Op. Cit.*, p. 43.

³⁵RIBEIRO, Luiz Cláudio M. *Op. Cit.*, p. 128.

³⁶ARGOLLO, André. *Op. Cit.*, p. 80.

³⁷ARGOLLO, André. *Op. Cit.*, p.69.

ofício nem sempre ocupado por escravos. Quanto à Santa Sofia, ainda não foi encontrada na documentação analisada nenhuma referência a esta figura.

A preocupação com a qualidade do café rendeu frutos e provas da importância dos investimentos estão presentes em algumas cartas enviadas pelo comissário J.C. Guimarães Jr. Em correspondência de Janeiro de 1886, o comissário informa que “não sendo muito satisfatórias as notícias dos mercadores estrangeiros deliberei dividir suas remessas para Nova York, Hamburgo e Havre, mercados todos conhecidos e por mim experimentados”. Numa carta posterior, mas ainda referente à mesma remessa, diz o comissário: “seu café tem sido muito elogiado por todos que tem visto, o que não aconteceu com o de seu amigo F. Fonseca que desta vez foi cruel mandando o café sem escolher.” Além dos elogios dos comissários que comercializavam o café da fazenda, os grãos da Santa Sofia tiveram reconhecimento internacional em duas ocasiões, na *Internationale Gartenschau*, realizada em Hamburgo, em 1869, e na Exposição Universal de 1876, na Filadélfia, Estados Unidos³⁸.

O periódico O Novo Mundo destacou em Agosto de 1876³⁹, a participação do Brasil e a qualidade do café apresentado na exposição da Filadélfia. Entre os nomes de destaque, está o do Conde (naquele então ainda Visconde) de Prados.

Figura 16 - Ao lado da Casa de Máquinas acontecia a pesagem do café. Alguns dos instrumentos utilizados nesta atividade ainda de encontram no local. [Foto de Marjorie Cohn]

³⁸ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Certificados relativos às premiações que recebeu Camilo Maria Ferreira Armond, conde de Prados na exposição de Hamburgo e na Filadélfia. Hamburgo, 1869 e Filadélfia, 1876.* Tombamento 1861/2003 e 1862/2003.

³⁹ O Novo Mundo, Nova Iorque, Agosto de 1876.

O comissário era figura fundamental na cafeicultura, sendo o elo entre o produtor e o exportador de café. Taunay atribui à falta de crédito agrícola, o surgimento do comissariado, que era composto por figuras de destaque. Entre os nomes citados está o de Joaquim de Mello Franco, genro do Conde de Prados⁴⁰. Para o autor, o vínculo entre comissário e fazendeiro, era marcado por um tom patriarcal e por laços de natureza mercantil e de amizade. Além disso, destaca o interesse que o comissário tinha na prosperidade dos fazendeiros, que ao final, significava a prosperidade do próprio comissário.

Como citado anteriormente, a deficiente organização bancária não dava conta de atender a necessidade da formação da lavoura que exigia a derrubada de mata virgem e a espera, que ia de 4 a 5 anos para a primeira colheita. Este foi um dos motivos que possibilitou o surgimento da figura do comissário. Taunay chega a afirmar que a categoria “constituiu poderosa alavanca de progresso e foi a maior contribuidora da prosperidade da zona fluminense”⁴¹. Além de atuarem na área do crédito, o principal papel do comissário era receber o produto e, se necessário, oferecer adiantamentos que auxiliassem a exploração agrícola e a compra de mão-de-obra. Apesar disso, de acordo com a documentação disponível, não parece que o Conde de Prados tenha dependido de comissários para a montagem de sua unidade produtiva, herdada de seu pai, que não só não dependeu de comissários como ele mesmo atuava como provedor de crédito para aqueles que desejavam montar uma fazenda.

Todos os consignadores da produção de Santa Sofia estavam localizados no Rio de Janeiro, o que confirma a ligação estreita que os produtores de café mineiros tinham com os exportadores do Rio. Como afirma Lanna, “com o desenvolvimento do café na Zona da Mata a dependência em relação ao Rio de Janeiro acentua-se, dado que a comercialização do produto era integralmente realizada no porto carioca, onde também se concentravam as casas bancárias e comissárias que forneciam o capital necessário para a reprodução da atividade cafeeira. Destaque-se ainda que a elite matense era tributária dos padrões sociais e culturais da Corte”⁴².

Inicialmente, o café era transportado por tropas de mulas, sendo que cada animal suportava no máximo dois sacos de café. Sweigart indica que, até a década de 1860, as

⁴⁰ TAUNAY, Afonso. *História do café no Brasil. Brasil Imperial, 1872-1889 (Tomo V)*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do café, 1939, p. 40.

⁴¹ Ibidem, p. 44.

⁴² LANNA, Ana Lúcia. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. Campinas : Editora da UNICAMP, 1988, p.34.

caravanas de mulas dedicadas ao transporte feito pela costa, eram as únicas formas de transporte de café do interior para o Rio de Janeiro⁴³. Entre as décadas de 1850 e 1880, há o investimento nas ferrovias, com este incentivo do governo, a produção cafeeira cresce ainda mais.

No caminho entre as fazendas e o porto, havia uma série de pequenos intermediários, aqueles que carregavam a produção da fazenda à estação, onde outra pessoa se encarregava da pesagem e da cobrança de taxas.

No Rio de Janeiro, o número de casas comissárias chegou a dois mil, o que comprova a extensão e a prosperidade que este tipo de negócio poderia proporcionar. Porém, o comissário não atuava sozinho. Em torno de sua figura, orbitavam uma série de personagens fundamentais para a exportação do café, como os escadotes e os exportadores.

Figura central no mercado cafeeiro, o comissário, geralmente de origem portuguesa ou brasileira, recebia carregações de café do interior e era o primeiro elo na intrincada cadeia de mercado que integrava o país à economia-mundo⁴⁴. Quando a mercadoria chegava ao Rio de Janeiro, o comissário enviava um de seus empregados para buscar o produto consignado e conferir a quantidade de sacos recebidos. Em seguida, era preparada a conta de venda, onde era anotado o preço do café e a dedução da lista de despesas de cada transação (como o preço do frete, aluguel de sacos e comissão - geralmente por volta dos 3%). Estas despesas podiam chegar a quase ¼ do preço total do produto; quanto mais distante do porto, mais os preços subiam (Santana do Deserto estava a uma distância relativamente curta do Rio de Janeiro, cerca de 150 km, conectados já na década de 1870 por ferrovia, que por sua vez foi um fator fundamental para a expansão da cafeicultura em Minas Gerais). O comissário também era o responsável pelo armazenamento do café entre a chegada do interior e a exportação. Este era um dos motivos pelo qual o café era enviado em várias remessas; o produto, se estocado por muito tempo ou se armazenado em ambientes úmidos, corria o risco de estragar.

O café percorria um longo caminho até chegar ao porto do Rio de Janeiro, que mantinha sua importância apesar do crescimento do porto de Santos, impulsionado pelo aumento da produção cafeeira em São Paulo. O produto atravessava as montanhas do

⁴³ SWEIGART, Joseph E. *Coffee factorage and the emergence of a brazilian capital market, 1850-1888*. New York, London: Garland Publishing, Inc, 1987, p. 21.

⁴⁴ *Ibidem*, pp. 40-1.

Vale do Paraíba até chegar ao comissário no litoral e depois seguia caminho para diferentes exportadores, de onde deixava o país.

Assim que chegava no Rio, por ferrovia, o café deveria ser recolhido em até 48 horas, se não o fazendeiro poderia pagar taxas de armazenamento. Os comissários contratavam encarregados que deveriam verificar chegadas, pagar faturas, contar sacos e encaminhá-los para a casa comissária, geralmente usando mão-de-obra escrava. Na década de 1860, com a transferência do terminal para um local mais distante do chamado distrito cafeeiro, este trabalho não poderia ser realizado apenas por escravos, passando-se a utilizar vagões para transporte nas ruas macadamizadas. Em 1865, com a utilização do armazém da Gamboa, ainda mais distante, foi formada a companhia locomotora para a construção de trilhos de bonde.

Neste momento, aparecia a figura do ensacador, que atuava como um especulador. Como o café que chegava das fazendas não era misturado ('blended') e chegava em poucas quantidades, não era possível enviá-lo diretamente aos exportadores. O ensacador, atento às chegadas de café e ao mercado exportador, passava pelas casas comissárias pela manhã para dar seu lance em lotes e combinações específicas. Depois de adquirir o café, o ensacador fazia a sua própria mistura e reensacava o café. É importante destacar que, de acordo com Taunay, esta prática podia prejudicar o produto final, já que se misturava cafés de qualidades e origens diferentes.

Havia outro intermediário, o corretor. Os corretores eram regulados por decreto imperial e dentre as dezenas existentes no Rio de Janeiro, poucos lidavam com o café. Como o número era pequeno, eles precisavam de assistentes que intermediavam as transações entre ensacadores e exportadores.

Finalmente, o exportador era o agente de casas importadoras, que tinha assistentes que andavam pelos armazéns dos ensacadores buscando a mistura perfeita para a exportação. Como não dispunham de grandes armazéns, os exportadores tinham apenas 20 dias para transferir sua compra para o navio que aguardava a carga.

Alguns comissários tinham condições de armazenar muita mercadoria e vendê-la diretamente aos exportadores. Cerca de 15% das casas comissárias do Rio de Janeiro também eram listadas como estabelecimento de ensacamento e muitos ensacadores possuíam ações das casas comissárias. Ou seja, a linha que separava todas estas atividades era muito tênue. Vale destacar que a maioria dos comissários tinha origem portuguesa ou brasileira, ao passo que os exportadores, tendiam a ser estrangeiros.

Joaquim de Mello Franco, genro do Conde, aparece listado no Almanak Laemmert de 1882 como “Joaquim de Mello Franco, comissões do café e mais gêneros do país”⁴⁵.

Somando todos os custos para levar o café ao mercado, chegava-se a ¼ do preço de exportação, o que não necessariamente queria dizer que o fazendeiro ficava com ¾ do valor de seu produto. Ele precisava arcar com outros custos e geralmente, quando dependia do comissário para comprar produtos manufaturados vindos do exterior, parte de seu ganho nem chegava a subir as serras.

Ainda que fosse dependente do comissário, o fazendeiro podia adotar estratégias para manter certa autonomia, como enviar seu café para diversos comissários. Sweigart define bem os motivos que poderiam levar um fazendeiro a buscar mais de um comissário: “sempre que possível, o fazendeiro utilizava o serviço de diversos comissários ao mesmo tempo, para monitorar a honestidade e eficiência, bem como tomar proveito dos diferentes contatos de cada casa comissária”⁴⁶. Há provas de que o Conde de Prados fazia isto. As evidências estão na documentação, que demonstra contas de remessas de café para diversas casas comissárias no Rio de Janeiro e em uma carta, onde ele escreve ao genro, Hipólito: “Os nossos três vendedores de café para que se acordaram de uma vez que lhes não coube o monopólio exclusivo, apesar das diferenças. Estou decidido a dar-lhes um tônico mandando algumas remessas para a casa Ferreira Lage e Cunha”⁴⁷.

Ainda que tenha optado por lidar com uma série de casas comissárias, a série mais consistente de notas de venda encontrada se refere aos negócios com Joaquim de Mello Franco, genro do Conde. Esta série vai de outubro de 1881 a outubro de 1882⁴⁸. Nos meses de janeiro, março, julho e agosto de 1882 não houve envio de café; os meses com maiores remessas foram abril, maio e junho de 1882. O despacho de remessas ao longo do ano, e não apenas no final da safra, reflete a estratégia de remeter o café aos poucos, conforme os preços do mercado e a capacidade da tulha da fazenda.

O total de café comercializado durante o período em tela foi de 120,580 quilos, algo em torno de 8 mil arrobas de café⁴⁹. É sabido que o Conde enviava seu café para mais de uma casa comissária no Rio de Janeiro; por isso, provavelmente este número

⁴⁵ *Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro: H. Laemmert & Co., 1882, p. 324

⁴⁶ SWEIGART, Joseph. *Op. Cit.*, p. 49.

⁴⁷ ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, p. 168.

⁴⁸ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Contas de venda de Joaquim de Mello Franco a Camilo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados e Hipólito Dorneles de Albuquerque Mello*. Tombamento: 01 a 58/2008.

seja um pouco mais alto, mas a estimativa alcançada deve estar próxima ao número total. Vale ressaltar que, em 1882, ano da morte do Conde, a capacidade produtiva da Santa Sofia já estava reduzida, levando em conta que apenas 22% das terras correspondiam a cafezais. Não seria exagero imaginar que em períodos de maior produtividade, a fazenda tenha produzido um número muito superior a este.

O Conde mandava seu café para mais de uma casa comissária, prova da diversificação de contatos que ele possuía e uma forma de evitar a dependência exclusiva de uma casa. A partir da documentação se verificou o contato com as seguintes casas: Ferreira Lage e Cunha, Barão de Ipanema, A. Vieira da Cunha & Cia., Avellar & Cia, E. Guichard & Cia e J.C. Guimarães Jr.

Porém, apesar da diversidade de contatos, já se observou que a maior parte de sua produção era comercializada por Joaquim de Mello Franco. Este assunto foi tratado em uma carta enviada à esposa. Nesta correspondência, Camilo Armond afirmava que as maiores carregações de café deveriam ir para Joaquim de Mello Franco, pois ele tinha o dever de ajudá-lo e o “Cunha” (Ferreira Lage & Cunha ou A. Vieira da Cunha & Cia.) teria de contentar-se com a terceira parte; as carregações deveriam ser calculadas de modo a auxiliar o primeiro comissário⁵⁰.

Joaquim de Mello Franco era marido da filha caçula de Camilo Armond, Sophia, e este é provavelmente o principal motivo da preferência. O genro nasceu em 1839 em Minas Gerais, filho único de Manuel de Mello Franco, mineiro de Paracatu que foi deputado provincial, chefe da revolução de 1842, formado em medicina em Montpellier, definido também como “jornalista ardente pela causa do partido liberal”⁵¹. Não há dúvidas que a “parceria” entre Camilo Armond e Manuel de Mello Franco nasceu já em 1842. Além da proximidade entre os pais, Joaquim de Mello Franco foi, entre 1858-70, sócio de Honório Augusto José Ferreira Armond na casa de consignações Mello & Armond e, a partir de 1870, foi o único proprietário da casa de consignações Joaquim de Mello Franco.

Em uma carta de 1869 do Conde de Prados para seu genro Hipólito, revela-se que Joaquim dependia muito da parceria familiar e não parecia ser muito bem sucedido na atividade:

⁵⁰ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de Camilo Maria Ferreira Armond a Josefina Armond*. Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1872. Tombamento: 2736/2003.

⁵¹ Esta informação foi obtida através de consulta virtual ao Arquivo Público Mineiro. Existe disponível uma foto de Manoel de Mello Franco onde se encontra a anotação acima reproduzida. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=32830. Consultado em 22/09/2013.

“O Joaquim acha-se muito ocupado; não tem o tempo de sondar os preços de tudo; a casa que gere tem poucos fregueses, como verá pela numeração nas faturas que são quase todas de Santa Sofia com pequenas interpolações e pois hei de ver modo de descarregá-lo de parte do trabalho que é superior às suas forças e não deixa lucro suficiente para que se possa desvencilhar dos fregueses certos. Para isso, torna-se mister mandar algum café ao Cunha a ver se consigo abatimento nos gêneros da casa de que precise para aí. Tudo mais não posso deixar ou fazer recair sobre a casa Mello & Armond, enquanto se não liquidar atenta a boa vontade que mostra sempre o Joaquim, que aliás não percebe lucro nem das comissões, por serem estas pertencentes à firma”⁵².

Fica claro que, mesmo com o laço familiar, o Conde se preocupa com as suas vantagens nos negócios. Destacando a dificuldade de Joaquim em lidar com o volume de trabalho, resultante quase que exclusivamente da Santa Sofia, ele aproveita para sugerir a remessa para outro comissário, com o qual já tinha negócios e por isso poderia aproveitar para abater o valor de dívidas por conta da aquisição de gêneros. Aparentemente, Joaquim não tinha mesmo muito tino para os negócios. Ilmar Rohloff de Mattos afirma que Joaquim, “no fim da vida fez maus negócios, deixando a viúva em má situação econômico financeira”⁵³.

Uma informação observada por meio das notas e das correspondências enviadas pelos comissários e pelo próprio Conde é a flutuação dos preços do café, um dos motivos do envio de várias remessas do produto. Por exemplo, em duas cartas compostas em janeiro de 1869, escreveu o Conde a seu genro Hipólito: “Com graves embarços aqui [em Barbacena] me reterão por tempo indeterminado, será bom que dê impulso à remessa do café, a fim de aproveitar os preços, e não esperar a alta do câmbio”⁵⁴. Na seguinte, apontava que “Me parece prudente aproveitar o preço do café, enquanto a subida do câmbio não o faz baixar muito”⁵⁵. Um ano depois, as expectativas haviam revertido: “O café desceu e descera provavelmente até que a confiança se restabeleça. A subida do câmbio [...] diminui a procura do café”⁵⁶. Pode-se observar então como era difícil para o dono do café acompanhar a flutuação dos preços, daí a

⁵² ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, p.168.

⁵³ MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Vidas exemplares, arquivos notáveis” In: ALBUQUERQUE, Luiz. *Op. Cit.*, p.18

⁵⁴ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de Camilo Armond a Hipólito Mello*. Barbacena, 3 de janeiro de 1869. Tombamento: 1136/2006.

⁵⁵ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de Camilo Armond a Hipólito Mello*. Barbacena, 11 de janeiro de 1869. Tombamento: 1137/2006.

⁵⁶ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de Camilo Armond a Hipólito Mello*. Barbacena, 21 de março de 1870. Tombamento: 1169/2006.

opção pelo parcelamento das remessas do café, que ficava armazenado na tulha. E até mesmo o comissário poderia reter o café em seu armazém, na espera de melhores preços, como fica evidente na seguinte carta: “Os maus preços deste mercado ainda não me permitiram vender sete carregações com 480 sacos de café dessa fazenda e uma de 43 de Vossa Senhoria que se acham no meu armazém”⁵⁷.

Como demonstrado por Delfim Netto, a instabilidade do mercado era uma das características da economia cafeeira, marcado por movimentos de preço oscilatórios de período e amplitudes variáveis.⁵⁸ Em grande parte esses altos e baixos se explicam pela variação da oferta e da demanda. Sobre este assunto algumas das cartas dos comissários dizem: “Tendo vendido duas carregações de café desta fazenda, envio-lhe as cópias das contas de venda [...] sentindo que o estado do mercado não me permitisse alcançar mais elevado preço.”⁵⁹; “A grande demora dos cafés em viagem na estrada de ferro fez com que esta sua carregação viesse encontrar os preços do mercado extremamente baixos”⁶⁰; “Tem o mercado baixado bastante nestes últimos dias: à espera de melhores preços demorarmos algum tempo a venda do café, porém nenhum lucro houve nisso.”⁶¹ Percebe-se, então, que nem sempre a espera resultava em melhores preços.

Figura 17 - Vista das Tulhas. [Foto de Marjorie Cohn]

⁵⁷ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de Joaquim de Mello Franco para Hipólito Dorneles de Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1881. Tombamento: 160/2008.

⁵⁸ DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo, 1966, pp. 3 – 4.

⁵⁹ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de Joaquim de Mello Franco para Hipólito Dorneles de Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1877. Tombamento: 03/2008.

⁶⁰ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de Joaquim de Mello Franco para Hipólito Dorneles de Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 1880. Tombamento: 28/2008.

⁶¹ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de E. Guichard para Hipólito Dorneles de Albuquerque Mello*. Rio de Janeiro, 13 de março de 1869. Tombamento: 1817/2003.

Algo que evidencia esta preocupação com os preços é o tamanho das tulhas. Elas ocupam um grande espaço ao lado dos terreiros e estão em frente ao local onde se localizava uma das senzalas. Amplas e boas tulhas traziam ao fazendeiro a possibilidade de enfrentar com mais sucesso as vicissitudes do mercado mundial do café.

Capítulo 3. O Conde de Prados e a administração da escravaria

Ainda que a Santa Sofia fosse a principal propriedade do Conde de Prados, ele passava boa parte de seu tempo na Corte, tratando especialmente de suas ocupações políticas. Porém, isso não significa que manifestasse desinteresse pela gestão agrícola ou pelo que acontecia na fazenda. Segundo o próprio, nada lhe escapava do que era relativo aos seus interesses¹. Esta é uma das razões pelas quais há no arquivo do Museu Imperial uma boa quantidade de cartas enviadas ao genro Hipólito Mello e à esposa Josefina de Sousa, relativas à administração da fazenda e da escravaria.

Hipólito era marido da terceira filha de Camilo Armond, Cecília Maria Ferreira Armond. A partir do que indica a documentação, era ele quem representava o sogro em Santa Sofia, fazendo às vezes de administrador em posição de comando, habilitado para gerir as atividades dos trabalhadores da fazenda, bem como a produção de café e o contato com os comissários que comercializavam o produto da fazenda.

Empregar um administrador era uma estratégia importante quando se lidava com muitos trabalhadores e era indispensável no caso do Conde, tendo em vista suas frequentes ausências. Além disso, era fundamental que o ocupante deste cargo fosse uma pessoa de confiança. Como o Conde não teve filhos, seus genros, especialmente Hipólito, o administrador, e Joaquim, o comissário, se tornaram seus homens de confiança.

Geralmente, o escravo representava o maior investimento do fazendeiro de café e a constante preocupação com este ‘ativo’ resultou de uma convergência de fatores. Duas medidas legais marcaram a segunda metade do século XIX. Em 1850, com o final definitivo do tráfico transatlântico de escravos, os senhores se deparam com uma dificuldade na reposição da mão-de-obra. O fim do tráfico internacional, no entanto, não representou o fim das transações comerciais envolvendo escravos, já que o tráfico interno manteve-se firme. E, além disso, a reprodução natural era um caminho viável para a manutenção de uma escravaria. Salles observa que com o fim do afluxo de africanos, evidenciou a reprodução vegetativa². Para aqueles que investiram na reprodução dos escravos, a Lei de 1871 representou um obstáculo à reposição da força de trabalho. O ventre escravo não representava mais a possibilidade de manter e

¹ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de Camilo Armond a Hipólito Mello*. Barbacena, 29 de junho de 1869. Tombamento 1149/2006.

² SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 237.

reproduzir indefinidamente a escravidão e isso não passou despercebidamente entre os escravos, na região de Vassouras, o número de filhos entre os cativos aumentou em cinco vezes³.

Estes foram motivos que levaram, já no início do século XIX, alguns senhores a se interessarem pelo tema da administração de escravos⁴. Os textos de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Carlos Taunay e Francisco Peixoto Lacerda Werneck seguiam uma linha que tinha como objetivo central tratar da questão do governo de escravos em espaços de produção agrícola em larga escala. Estes autores indicavam prescrições sobre o gerenciamento das unidades rurais escravistas brasileiras e especialmente sobre a administração do trabalho escravo. O conteúdo de seus livros indica que o objetivo era garantir a preservação do regime servil, numa situação na qual o tráfico transatlântico não existisse mais, ou seja, ainda que tenham sido escritos antes mesmo do fim do tráfico, já traziam propostas para lidar com seu encerramento. Ressalta-se, também, a importância da experiência empírica dos autores na redação dos textos, em especial a de Werneck, que redigiu um manual de administração de fazenda para seu filho recém-chegado da Europa, e que eventualmente seria o herdeiro das terras e dos escravos.

Ecoando o saber coletivo que se manifestava entre os proprietários de escravos, o Conde, em sua prática administrativa, revelou grande atenção com a saúde de seus trabalhadores escravizados. O escravo era um capital em perigo constante e qualquer sinal de epidemia ou doença, já colocava os senhores de sobreaviso.

Em uma carta a Josefina em 1869, Camilo trata desta preocupação. Em suas palavras: “apesar da bondade do China (?) está o Sá com mais de 100 doentes de disenteria [...] a coqueluche mata sem piedade em São João Del-Rei e outros pontos; dizem-me que o Leandrinho já perdeu cinco escravos e, no entanto estão longe, bem longe de Santa Sofia. [...] Seja como for Deus lhes dê a todos sossego e saúde”⁵.

Sobre o cuidado com os escravos, Werneck afirmava que “ainda de mais acresce a imensa mortandade a que estão sujeitos os escravos, a qual, devorando fortunas colossais, traz a infalível ruína de honrados e laboriosos lavradores”⁶, afirmação esta que está relacionada a uma assertiva de Taunay: “parece incrível que haja precisão de

³ Ibidem, p. 238.

⁴ MARQUESE, Rafael. “A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847”, In: *Revista de História*, São Paulo, v. 137, pp. 95-112, 1997, p.96.

⁵ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de Camilo Armond a Josefina de Sousa*. Barbacena, 31 de julho de 1869. Tombamento: 2692/2003.

⁶ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878, p. 23.

recomendar que se tome cuidado dos pretos doentes, pois que o interesse e a humanidade igualmente o exigem”⁷.

Destaca-se que havia em Santa Sofia um hospital cuja existência está indicada na partilha dos bens do Conde e que deve ter também relação com sua formação em medicina. A respeito disso, escreveu Werneck: “nas moléstias devem ser tratados [os escravos] com todo o cuidado e humanidade. Embora haja médico assistente, o senhor dos escravos deve fazer a sua visita à enfermaria para animar os doentes e dar-lhes alívio, acautelando alguma falta que por ventura possa haver”⁸. Acredita-se que o Conde não visitava a enfermaria com tanta frequência, afinal, passava boa parte do tempo fora da Fazenda; provavelmente, quem cumpria esta função em seu lugar era Hipólito Mello. Além disso, a documentação indica que existia um enfermeiro à disposição - este personagem aparece como testemunha em um processo de assassinato que aconteceu na fazenda, ou seja, o hospital não havia sido construído por uma mera questão de aparência.

Diretamente relacionada à questão da saúde dos cativos, estava a preocupação com o asseio das senzalas e do hospital. Em uma carta de 1869, o Conde afirmava esperar que a epidemia de disenteria que lá se manifestou continuasse limitada e benigna, mas que mesmo assim, conviria ter vigilância e “espalhar os doentes e isolá-los – muito asseio na enfermaria – são medidas de rigor”⁹. Em uma carta à esposa redigida no ano anterior, atentava que, “Pelo tempo que corre [,] é necessário muito asseio nos terreiros, senzalas e enfermaria e prover a que haja mudas para os negros molhados. Á falta dessas coisas atribuo aí muitas perdas de vidas”¹⁰. Nesta carta explicita-se como a preocupação e o cuidado com os escravos estavam relacionados à preservação de suas vidas, a partir do momento em que constituíam a mão de obra fundamental para a produção. Esta prescrição era semelhante à indicação de Werneck: “quando por motivo de chuva molharem-se, devem os escravos mudar logo de fato, e estender mesmo na sua senzala o que se molhou, para o tornarem a vestir no dia seguinte, quando saírem para o serviço, pondo de reserva a outra muda”¹¹.

7 TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro* (1ª Ed: 1839). Org. Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p.64.

8 WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Op. Cit.*, pp. 25-6.

9 Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de Camilo Armond a Hipólito Mello*. Barbacena, 31 de março de 1869. Tombamento: 1141/2003.

10 ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais – 1808-1888: Elementos para um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988, p. 161-2.

11 WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Op. Cit.*, p. 24.

Em um trabalho sobre os padrões de morte da população escrava na segunda metade do século XIX em Vassouras, Thiago de Souza dos Reis identifica que mais de um quarto dos cativos morria em decorrência de doenças infecto-parasitárias, sendo a tuberculose a principal delas. A disenteria também aparece como causa de morte de muitos escravos¹², o que explica a preocupação do Conde de Prados com esta doença em especial.

Mais um assunto relacionado à saúde e ao asseio era o das vestimentas que deveriam ser fornecidas aos escravos. Desde Antonil, esta foi uma questão abordada pelos autores que se dedicaram ao tema da administração de escravos. Em uma série de cartas há registros sobre o envio de roupas e em algumas notas aparecem referências aos tecidos comprados para confeccionar roupas para o uso dos escravos, como a baeta e o algodão. A baeta é exatamente o tecido que Taunay sugere para ser usado pelos escravos no inverno, já que “o clima do Brasil [...] convém pouco à compleição dos africanos, os quais não atuariam muito tempo se vivessem à sua moda, sem vestidos nem abrigo”¹³. Além da indicação na correspondência, em um livro de registros de entradas e saídas da fazenda Santa Sofia, há uma referência a uma grande compra de roupas e sapatos para os cativos¹⁴. Infelizmente, por fazer parte do arquivo da Fazenda, não foi possível ter acesso à íntegra deste documento, o que permitiria uma melhor compreensão das quantidades de produtos comprados, bem como a periodicidade destas compras.

De acordo com Marquese, a disciplina e o paternalismo foram os eixos da teoria oitocentista brasileira sobre a administração dos escravos e partir deles giravam as recomendações de assuntos como a formação de famílias, crescimento vegetativo, usufruto de roças próprias, alimentação, vestimenta, moradia e instrução religiosa. Para o autor, o “propósito central das normas fixadas sobre cada um desses assuntos era o de criar uma comunidade escrava moldada de acordo com os anseios dos senhores”¹⁵.

O castigo também era fundamental neste cenário, e estava presente no cotidiano da fazenda e das relações escravistas. E, vez ou outra, o Conde faz referência à

¹² REIS, Thiago de Souza dos. *Morte e escravidão: padrões de morte da população escrava de Vassouras, 1865-1888*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, pp. 88-9.

¹³ TAUNAY, Carlos Augusto. *Op. Cit.*, p.63.

¹⁴ Tive acesso a este documento rapidamente na visita à Santa Sofia, em 2012. O Sr. José Henrique permitiu que eu folheasse rapidamente o livro.

¹⁵ MARQUESE, Rafael. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2004, p. 292.

importância da vigilância dos feitores, fundamental para que se mantivesse a ordem na fazenda.

Figura 18 - Antigos instrumentos de castigo fazem parte das relíquias da Fazenda Santa Sofia.
[Foto de Marjorie Cohn]

Sobre o assunto, Werneck, por exemplo, afirmava que “o escravo deve ser castigado quando comete o crime: o castigo deve ser proporcional ao delito. Fazei, pois, justiça reta e imparcial ao vosso escravo, que ele, apesar da sua brutalidade, não deixará de reconhecer isso”¹⁶. Vale ressaltar que não aparecem com frequência nas cartas consultadas referências a insatisfações dos escravos ou castigos que deveriam ser aplicados, até porque se lidou com uma documentação fragmentada. Pode-se apenas especular as razões pelas quais isto acontece.

É provável que boa parte dos castigos estivesse relacionada a pequenas infrações, logo era preciso que fosse encontrada uma solução rápida. Dadas as distâncias entre os remetentes, não era possível enviar uma carta e esperar sua resposta para deliberar sobre todas as punições cabíveis aos escravos; logo se presume que aparecem na correspondência apenas os problemas que mais afligiam o comando da fazenda, e apenas estes eram informados ao Conde. Ou, talvez, nela houvesse o equilíbrio sugerido por Werneck, ao afirmar que “nem [...] é sempre inimigo do senhor [o escravo]; isto só se sucede com os dois extremos, ou demasiada severidade, ou frouxidão excessiva, porque esta torna-os irascíveis ao mais pequeno excesso deste senhor frouxo, e aquela leva-os à desesperação”.¹⁷

16 WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Op. Cit.*, p. 26

17 Ibidem, p. 26

Na série examinada, há apenas uma peça documental que trata de abusos de feitores, mas não fica claro se o problema se deu na Santa Sofia. João Ferreira, que assina como “velho escravo e obediente servo”, mostrando um vínculo antigo com a comunidade escrava existente em torno da família Ferreira Armond, endereça em 24 de junho de 1877 uma carta ao Conde de Prados. João inicia a carta falando sobre sua filha Cornélia, que ofereceu a quantia de 800\$000 para obter sua liberdade. O cativo prossegue afirmando que

“a 11 do corrente, às 3 horas da tarde, passando minha filha Cornélia pelo ex-praça e feitor das negras Senhor João com uma gamela e como ela não tirasse a gamela da cabeça para tomar a benção foi o motivo para tomar sobre ela com um grande pirahy[?], dando-lhe relhadas a torto e a direito, sem ela cometer erro nem falta e ser assim ponto de partida e de caprichos de um homem que a pouco deixou a farda para mendigar o pão, não tendo nem sequer roupa para vestir-se, é prevenção ou não, meu senhor, vosmicê tem escravos há muitos anos, mas nunca castigou nenhum por causa de benção, é um empregado que puderam arranjar, não se pode levar as coisas por este meio, é muito sofrer e principalmente estando a rapariga com uma gravidez adiantada, dói-me meu Senhor, dentro da alma, até os racionais sentem pelos seus filhos quanto mais os humanos, de forma que a probabilidade para termos um infanticídio, isto vai mal, e não deixa meu Senhor de ser um pouco de remorso. É duro meu Senhor e muito duro uma pessoa ter o [?] para livrar-se e viver assim espancada, pedimos a meu Senhor compaixão desta desgraçada que vem implorar uma vez pela salvação eterna da alma de vosso bendito Pai Marcelino José Ferreira Armondes e que Deus o tenha em boa guarda no Reino da Glória.”¹⁸

João nascera em Minas Gerais, tinha 45 anos em 1877 e era casado com Adriana, roceira, mineira de 34 anos (em 1877), com quem tinha sete filhos, de acordo com a lista de 1872. Cornélia aparece listada em 1872 como filha de João Ferreira e Felizarda, muito provavelmente já era falecida. A jovem tinha 21 anos em 1877 e não aparece na listagem de 1882. Imagina-se que, antes mesmo da morte de Prados, ela conseguira a alforria que ainda não havia sido concedida cinco anos antes.

O cativo demonstra um conhecimento do funcionamento da fazenda e de sua história, sobretudo ao se atentar que, ao final da carta, ele cita Marcelino José, o pai do Conde: muito provavelmente ele era cativo da família há algum tempo, ou mesmo descendente de alguma família cativa que já trabalhasse para os Armond desde o começo do século XIX. Outro indício que confirma a proximidade de João é o fato de

¹⁸ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de João Ferreira ao Conde de Prados*. Rancharia, 24 de Junho de 1877. Tombamento: 2448/2003

seus filhos com Adriana terem sido listados como alforriados incondicionalmente em 1882, e de ele ter sido uma das testemunhas arroladas para depor no processo crime relativo ao assassinato de João Carioca, um companheiro de cativeiro.

Nota-se que, quando trata do castigo que sua filha sofreu, ele não questiona o fato da existência do castigo em si, mas sim o fato dele ter sido aplicado, de acordo com ele, desnecessariamente, por um motivo que não justificava a ação do feitor e que até então era inédito. Ou seja, seu discurso insinua que o castigo seria “aceitável” quando aplicado por um motivo justo. Da forma que João coloca, é como se o feitor João tivesse quebrado um pacto. Uma carta do Conde para sua esposa pode ajudar a entender a revolta de Ferreira com o tratamento dispensado à sua filha. Ao tratar da chegada de um novo feitor, ele afirma: “Nada sabe [o novo feitor] pois quanto à lavoura do café e nunca feitorou, o que para mim é vantagem, visto que será mais fácil amoldá-lo ao sistema humanitário da fazenda”¹⁹. Não é difícil imaginar que Camilo tenha escrito à sua mulher ou seu genro, para que alguma medida fosse tomada em relação a este feitor, que não se adaptou ao estilo da fazenda Santa Sofia. Também merece destaque a maneira como o cativo critica o feitor, um ex-militar que mal tinha o que vestir ou comer, estando em uma posição talvez até pior do que a de um escravo.

3.1. Conflitos na comunidade escrava: O caso de João Constantino e João Carioca

Em 18 de maio de 1871, uma quinta-feira, dia de trabalho normal para os cativos, a ordem e a tranquilidade foram afetadas. Uma briga entre dois parceiros de cativeiro resultou na morte de um deles.

Geralmente, os senhores reservavam domingos e dias santos para os escravos cuidarem de suas roças e pequenas criações (galinhas, porcos etc.). Na Santa Sofia, não era diferente. Em uma carta enviada a Josefina para anunciar sua chegada, o Conde escreve: “Pretendo sair daqui no sábado, 19 do corrente, por Petrópolis e portanto estarei na Serraria domingo. Mandem animais para mim e o pajem; devendo vir o crioulo João, e o Benvenuto a cavalo e mais dois negros a pé para conduzirem uns pássaros que levo para aí. Como é domingo, não haverá perda de serviço”²⁰. No entanto, destaca-se que, de acordo com os relatos presentes no processo crime, Constantino trabalhava em sua roça no fim da tarde, período em que o trabalho no cafezal estava

¹⁹ ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, pp. 157-60.

²⁰ ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, p. 164.

sendo encerrado, já que várias testemunhas relataram que estavam voltando da roça. Sobre isso, escreveu Werneck: “o fazendeiro deve, o mais próximo que for possível da sede da fazenda, reservar uma porção de terra onde os escravos façam as suas roças, plantação de café, milho, feijões, bananas, batatas, carás, aipim, canas, etc.”²¹.

Os personagens principais deste episódio foram, de um lado, João Constantino, filho de Eva, que fora escrava de Antônio Constantino, natural de Barbacena, o cativo exercia o ofício de carpinteiro e contava 35 anos no momento do incidente. Do outro lado, João Carioca, de origem desconhecida, roceiro e com 29 anos. Ambos eram casados. A partir do processo criminal depositado no Arquivo Municipal de Juiz de Fora, é possível reconstituir os acontecimentos daquele dia, baseando-se nos depoimentos das testemunhas arroladas.

No fim da tarde, momento em que muitos cativos encerravam sua jornada de trabalho, Constantino trabalhava na sua roça/galinheiro, conforme informa a abertura do auto de interrogatório, datado de 19 de maio de 1871:

“tendo ele acusado [João Constantino] ido fechar o seu galinheiro, e na ocasião em que perto do mesmo, socara uns buracos de formigas, aí chegou o falecido João Carioca, armado de um cacete e começou a dar-lhe com o mesmo pau, ao que o acusado lançando mão do mesmo pau o empurrou, cujo empurrão deu lugar à queda do mesmo falecido, e perguntando o mesmo acusado ao falecido: “O que é isto, João Carioca?”, ao que João respondeu para ele “Aqui é que se conhece os homens.” E assim continuou assistir-lhe com o dito pau até que chegou seu parceiro de nome Vicente agarrou o braço do falecido empurrando do lugar em que se achavam retiraram-se para fora, chegando seus parceiros levaram o mesmo acusado à presença do seu senhor moco doutor Hipólito, que o mandou prender.”²²

O interrogatório de Constantino não foi muito esclarecedor. O relato do médico que foi chamado para confirmar a morte aponta que ela se deu a golpes de faca no tórax, arma que, de acordo com relatos, era da própria vítima. E como a comunidade da Santa Sofia viu e relatou este crime?

Para esclarecer o caso, foram chamadas nove testemunhas, entre homens livres e cativos, que faziam parte da comunidade ou que frequentavam a fazenda, que presenciaram ou tiveram algum envolvimento com o caso, e até mesmo com os protagonistas do incidente. Nenhum dos relatos é completo, ou seja, apresenta a

²¹ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Op. Cit.*, p. 24.

²² Arquivo Histórico de Juiz de Fora, Processos Criminais de Homicídio, 16 de maio de 1871.

sequência dos fatos do início ao fim. O que se tem são fragmentos, cenas dos acontecimentos daquele fim de tarde.

A primeira testemunha foi o português Bernardo Pedro Ferreira, de 40 anos, que se declarou ferreiro. Ele relatou que, ao chegar da roça, soube pelos escravos que ocorrera uma briga entre João Carioca e Constantino. Depois do que ouviu, subiu terreiro acima e encontrou Hipólito, que trazia na mão uma faca e que lhe disse que Constantino havia brigado com Carioca, e depois solicitou que ele ajudasse a colocar o acusado no tronco. Ao chegar ao local da prisão, onde o acusado se encontrava, viu que o mesmo trazia na camisa uma nódoa de sangue. Depois de prender Constantino, foi até o hospital, onde Carioca já se encontrava morto e também onde ouviu que o assassino fora Constantino, boato, de acordo com a testemunha, espalhado por alguns parceiros que o odiavam.

Neste primeiro relato, destaca-se o fato da testemunha ter dito que encontrou o acusado na prisão. Não é possível afirmar que havia um espaço exclusivo para este fim na fazenda: não há referências há nenhum espaço que ocupasse esta função, nem na documentação consultada, tampouco na memória local.

O feitor do terreiro, Manoel José Gonçalves, foi a segunda testemunha, cabe destacar que esta denominação, feitor do terreiro, demonstra que havia na Santa Sofia uma diferenciação entre as ocupações dos feitores. Como se viu anteriormente, havia, por exemplo, o feitor das negras. Em uma carta a sua esposa, Josefina, o Conde de Prados revela outras informações sobre o trabalho dos feitores na Santa Sofia. Sobre a chegada de um novo feitor, ele recomenda:

“Parece-me muito conveniente em vista das circunstâncias da fazenda não empregá-lo como feitor efetivo da roça, ficando ali de sol a sol. Dividir-lhe o tempo entre a inspeção do terreiro-chiqueiros, tacha de porcos, criação suína de fora, polícia de terreiro etc. e 2 ou 3 viagens à roça, onde demorará o tempo necessário parece-me o melhor sistema atualmente.”²³

Interessante notar que parecia haver uma hierarquia entre os feitores de acordo com a experiência deles, já que, aparentemente, um feitor novo não deveria se ocupar da inspeção das roças, por exemplo.

O feitor Manoel declarou que, quando voltou do paiol, encontrou uma lavadeira que escutou uma rusga entre Constantino e Carioca, enquanto trabalhava na fonte. Na

²³ ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, pp. 157-160.

sua chegada, ele declarou ter encontrado Constantino sob a guarda de outros cativos e de Hipólito, que ordenou que o mesmo fosse posto no tronco, enquanto a vítima era encaminhada à enfermaria, onde ouvira dos escravos, do enfermeiro e da testemunha anterior que o assassino foi Constantino. Ele acrescentou que sabia existira uma rixa entre os parceiros, mas não soube afirmar qual era o motivo.

Camillo Augusto Ferreira Lage, enfermeiro, 30 anos, é uma das testemunhas que mais trouxe informações sobre o caso. Ele relatou que, por volta das seis da tarde, foi chamado por Hipólito, que o avisou da briga entre os cativos, pedindo-lhe que avaliasse a gravidade do ferimento, logo depois declarado fatal. Um dos pontos de destaque neste depoimento é o fato do enfermeiro estar à disposição assim que foi chamado. Ou seja, a enfermaria/hospital da Santa Sofia não existia como mera formalidade; era um espaço disponível sempre que necessário. Além disso, um espaço reservado, já que o Conde afirma que “o feitor nenhuma entrança deverá ter nas coisas do hospital”²⁴.

O depoimento de Camillo ainda reserva outras informações importantes. O enfermeiro afirmou ser compadre do falecido e testemunha de casamento do acusado, uma comprovação da importância dos laços que uniam a comunidade da fazenda, fossem livres ou cativos. Também relatou que havia uma rixa antiga entre Constantino e Carioca, mas, assim como a testemunha anterior, não soube afirmar o motivo da mesma.

O tropeiro Adão Ferreira França, de 50 anos, a quarta testemunha arrolada no processo, não estava na fazenda no dia do crime, mas declarou que, quando chegou à Santa Sofia no dia seguinte ao crime, ouvira dizer que Constantino assassinou Carioca por causa de ciúme de sua parceira, sem nada mais a declarar. Aparentemente, o depoimento de Adão apareceu para preencher uma lacuna deixada pelos depoimentos anteriores, a da tal rixa entre os parceiros.

Os três relatos seguintes foram narrados por escravos e trazem algumas revelações sobre os fatos transcorridos no dia do crime. Vicente Formigueiro, roceiro de 60 anos, informou que, ao voltar da roça, ouviu gritos e encontrou Carioca e Constantino brigando na horta ou perto de um galinheiro. Logo depois, viu Carioca caindo e Constantino com uma faca. Outro roceiro, Martinho, de 30 anos, afirmou que, ao chegar da roça, viu Carioca passar perto de sua parte do galinheiro, caminhando para o galinheiro do acusado com um cacete na mão e uma faca na cintura e que, depois disso, viu Constantino arrancar um pedaço de pau da cerca e bater em Carioca. João

²⁴ Ibidem, pp. 157-160.

Ferreira, cativo apresentado anteriormente, relatou que estava em seu galinheiro quando ouviu gritos e correu para o galinheiro do acusado, onde encontrou Carioca ferido e colocando a culpa em Constantino, que estava com uma faca na mão. Ele também relatou desconhecer qualquer rixa entre os dois.

A partir destes relatos, é possível tirar algumas conclusões sobre o cotidiano dos cativos na Santa Sofia. Para começar, todos os cativos, mesmo os roceiros, que geralmente poderiam ter mais dificuldade no acesso aos ‘benefícios’ concedidos pelos senhores, tinham acesso a pequenos pedaços de terra, fossem hortas ou galinheiros. Este era o tipo de concessão que podia garantir aos senhores a estabilidade da comunidade escrava, especialmente quando associada à possibilidade de formar famílias, como se dava na Santa Sofia.

Ainda que todos os cativos tivessem a chance de ter acesso à terra, a maneira como eles podiam usufruir da mesma era diferente. Observa-se que os dois roceiros que testemunharam o crime voltavam do trabalho no eito no momento do incidente. Já Constantino e Ferreira, que tinham ofícios especializados, trabalhavam em suas roças e criações numa jornada corrente de trabalho, de sol a sol, para os escravos não especializados.

Destaca-se que os escravos foram as únicas testemunhas que não citaram ou afirmaram desconhecer qualquer rixa entre os cativos envolvidos. Talvez esta fosse a maneira que eles encontraram para demonstrar para o mundo ‘exterior’ que a comunidade cativa da Santa Sofia era estável e que o assassinato de Carioca foi um incidente isolado.

Após o depoimento dos livres e dos cativos, Hipólito Dornelles Mello de Albuquerque, listado com fazendeiro, genro do Conde de Prados e sócio na fazenda, foi chamado a depor. Em seu relato, afirmou que estava próximo ao portão da fazenda, em frente à ponte que dava passagem para a fonte de lavagem de roupa, quando viu passar apressado, por trás de um galinheiro dos escravos, o preto Vicente Formigueiro e logo depois João Ferreira. Ele os seguiu e viu dois negros agarrados. Depois encontrou Constantino agarrado por Ferreira. João Constantino disse que Carioca o atacara com a faca e que ele a tomara. Finalmente, a nona testemunha foi João Carlos da Silva, jornalista, de 20 anos, que trouxe João Constantino para o juiz. Ele só soube afirmar que encontrou o cativo acusado preso na Fazenda.

Os crimes entre cativos de uma mesma fazenda não era incomuns. De acordo com Elione Guimarães, “no levantamento da criminalidade praticada por escravos, no

município de Juiz de Fora, todos os crimes praticados por cativos contra outro escravo dizem respeito a crimes de sangue”²⁵. Vale destacar que a autora chama atenção para o fato que as evidências apontam que geralmente, as armas utilizadas para praticar os crimes eram aquelas que estavam à mão, como facas, paus ou instrumentos de trabalho. Como se viu nos parágrafos acima, paus e uma faca fizeram parte da briga entre Carioca e Constantino.

Partindo dos relatos das testemunhas e do próprio acusado, não fica claro qual foi o motivo da briga entre os dois cativos. Em mais de um relato foi apontada a existência de uma rixa antiga entre os parceiros, provavelmente causada por uma mulher. Este tipo de briga não era incomum, especialmente em fazendas onde a razão de sexo era elevada, o que poderia levar a disputas pelas poucas mulheres ali residentes. Porém, neste caso, ainda que houvesse mais homens do que mulheres na Santa Sofia, é curioso notar que os dois cativos eram casados. João Constantino era casado com Theresa, lavadeira, africana, de 40 anos. O casal não tinha filhos. Já João Carioca era casado com Guilhermina, mineira, costureira, de 20 anos. Eles também não tinham filhos. Ou seja, se a causa da rixa entre os dois era a mulher, aparentemente de Constantino, isto não aconteceu pelo desbalanço na razão de sexo da fazenda.

Talvez a rixa tivesse outros motivos. Como afirma Guimarães, os fazendeiros “investiam nas diferenciações internas de experiência de cativo como estratégia de controle social, estimulando as diferenças entre africanos e crioulos e os esforços de alguns cativos para se tornarem feitores ou ter acesso a roças de subsistência”²⁶. No que diz respeito às origens, não há grandes diferenças entre os dois, já que nenhum tinha raízes na Santa Sofia e ambos eram crioulos. A única diferença evidente entre os dois, era a ocupação: Constantino com uma especialização e Carioca, roceiro. Aparentemente, este não era o critério usado na fazenda para a disponibilização de um espaço de roça para os escravos, já que uma das testemunhas, Martinho, era roceiro e também tinha sua parte no galinheiro. Um indício que pode levar a crer que o motivo da briga tenha sido uma rixa criada pela convivência forçada entre sujeitos escravizados é o fato de uma das testemunhas ter afirmado que os boatos do assassinato ter sido cometido por Constantino foram espalhados por parceiros de cativo que o odiavam.

²⁵ GUIMARÃES, Elione. “Rixas e brigas entre companheiros de cativo (Juiz de Fora, 1850-88)”. In: *Revista Univ. Rural*, Rio de Janeiro, v.24, pp. 89-100, 2003, p. 90.

²⁶ *Ibidem*, p. 92.

Ainda que não seja possível esclarecer o motivo da briga e do assassinato de João Carioca, este documento permite conhecer diversos aspectos da vida na Santa Sofia. O primeiro que chama a atenção, é o fato dos escravos terem à sua disposição um espaço de horta ou galinheiro, como se viu em diversos relatos de diversas testemunhas. Este espaço de produção dos escravos também era um assunto que aparecia nos manuais como uma recomendação expressa de controle social dos trabalhadores escravizados. Este, como tantos outros incentivos, como aponta Guimarães, “eram importantes econômica e psicologicamente, atuando também como um instrumento de dominação, uma vez que tinham o objetivo de torná-los reféns de suas esperanças e projetos”²⁷.

O historiador Eduardo Silva afirma que, por conta do perigo das fugas e rebeliões, os senhores precisavam lançar mão de mecanismos que garantissem a ordem. Isto resultou em uma combinação entre violência, direta ou exercida pelo Estado, e paternalismo, que poderia ser exercido de diversas maneiras, entre elas a concessão de um espaço para a economia própria dos escravos. O autor aponta que esta era uma forma de aliviar as pressões do sistema. Se por um lado a propriedade distraía os escravos, por outro, torna o senhor mais humanos aos seus próprios olhos²⁸.

Ainda que em nenhuma das cartas consultadas exista qualquer tipo de referência a este assunto, outro indício da importância desta economia dos cativos na Santa Sofia está nos livros de notas da fazenda, onde de acordo com Guimarães, “abundam registros do comércio entre os cativos e seus proprietários, tais como o ‘dinheiro que dei ao Zacarias por conta dos dias’, ‘dinheiro que dei aos escravos por conta do milho’ [...] dinheiro que dei ao pai Joaquim por conta do mantimento’, [...] ‘dinheiro pago ao Jerônimo de serviço de pedreiro’”²⁹. Este livro de notas é o mesmo citado anteriormente, ao qual não foi possível ter acesso integral. De qualquer maneira, a afirmação de Elione Guimarães, somada aos indícios presentes no processo, asseguram que a presença de um espaço de produção dos cativos existia e era importante.

Como o Conde de Prados reagiu ao episódio? Não foi encontrada nenhuma referência à participação do Conde no processo criminal. Em todos os momentos ele foi representado por seu genro, Hipólito. Na documentação depositada em Petrópolis, foi

²⁷ GUIMARÃES, Elione, *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação – Família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora – MG, 1828 – 1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006, p. 191.

²⁸ SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984, p. 158.

²⁹ Ibidem, p. 175.

encontrada apenas uma referência ao assunto. Em novembro de 1871, portanto seis meses após o assassinato, o Conde de Prados, do Rio de Janeiro escreveu à sua esposa:

“Recebi ontem sua comunicação a respeito do julgamento do João Constantino. Não é fácil a minha conduta depois de tal fato. Vendê-lo? Seria preciso, em vista da nova lei, vendê-lo com a mulher. Vender-se com a mulher ainda seria realizável: mas que benefício tiraria daí a subordinação da fazenda? Seria na verdade um grande castigo vender um escravo carapina, que irá talvez melhorar de sorte em poder do novo senhor! Teriam os outros um bom pretexto para cometerem crimes quando se aborrecessem de mim ou de alguém de minha família. Deixá-lo na fazenda impune, em virtude da lei que o protege, é lamentável e inconveniente. Portanto o único alvitre razoável que vejo é o seguinte: Fazê-lo vir, e metê-lo imediatamente no tronco com todas as cautelas; castigá-lo moderadamente com açoites, aplicar-lhe uma argola ao pescoço, e mandá-lo para a roça. É o único meio que vejo de exemplificar e conter os outros. [...] Não vejo outro modo razoável de conduta, e tudo o mais será acoroçoar o crime”.³⁰

Esta carta é um exemplo emblemático da condução da escravaria. Como se observa, inicialmente se considerou a possibilidade de vendê-lo, mas no fim se percebeu que isso traria prejuízo à fazenda, já que o escravo era carpinteiro e, se fosse vendido, teria que sê-lo com sua esposa em virtude da lei de 25 de agosto de 1869, que proibía a separação de casais cativos. Além disso, vender o escravo poderia abalar a relação comunitária existente entre os cativos, num período o qual a comunidade escrava tinha maior organicidade. Interessante notar que o castigo escolhido foi colocá-lo no tronco, açoitá-lo e mandá-lo para a roça com a argola. Ou seja, além de castigá-lo fisicamente, rebaixá-lo ao trabalho no eito era outra forma de punição, pois representava a perda de status, já que se sabe que os escravos que forneciam mão de obra especializada eram vistos como superiores aos escravos do campo.

A justificativa para a aplicação do castigo era o exemplo que deveria ser dado para toda a escravaria, para contê-la, afim de que não se insubordinasse e que a família do Conde não corresse perigo. Ainda que os indícios apontem que a Santa Sofia era uma fazenda sem grandes tensões, não se pode esquecer que, em Minas Gerais não eram incomuns “casos de assassinatos de senhores e feitores, maus-tratos contra cativos, suicídios de mancípios, escravos que deixavam a propriedade e se apresentavam às

³⁰ ALBUQUERQUE, Antônio Luis Porto e. *Op. Cit.*, p. 172.

subdelegacias comunicando decisão em não mais servir sob ordens de determinado administrador ou senhor”³¹.

³¹ GUIMARÃES, Elione. *Op. Cit.*, p.72.

Capítulo 4. Os escravos da Santa Sofia: Uma análise demográfica

4.1. A matrícula de 1872.

A relação de 1872 traz ótimas informações sobre a conformação da escravaria da fazenda Santa Sofia. Este documento é composto de 17 folhas impressas, em cujo cabeçalho se lê: “Relação número 248 dos escravos pertencentes ao Visconde de Prados residente na província de Minas Gerais, município de Juiz de Fora, paróquia de São Pedro de Alcântara (Art. 2º do regulamento n. 4835 de 1º de dezembro de 1871)”. A peça faz parte das matrículas que passaram a ser exigidas após a promulgação da Lei do Ventre Livre e que, a partir de 1872, constituía, junto com o registro de mudanças, a única base legal para a propriedade de escravos. Logo, era fundamental que o senhor cumprisse a lei para que garantisse seus direitos ¹.

O documento oferece as seguintes informações a respeito dos escravos: número de ordem na matrícula, número de ordem na relação, nomes, cor, idade, estado, naturalidade, filiação, aptidão para o trabalho, profissão e observações. Com estas informações é possível reconstruir a estrutura da comunidade escrava da fazenda Santa Sofia. Há nesta relação um total de 245 escravos, sendo 152 homens e 93 mulheres. Logo, a primeira informação que se pode extrair do documento é que a razão de sexo na fazenda que era de 163 - quanto mais a razão do sexo masculino para o feminino se aproxima de 100, maiores são as probabilidades de esta população tenha se formado pelo crescimento natural².

No caso da Santa Sofia, o número não está muito distante daquele indicado por Rômulo Andrade para a região de Juiz de Fora; segundo o autor, em 1872, a taxa de masculinidade em plantéis com mais de cinquenta escravos era de 170. As altas taxas de masculinidade e africanidade refletiam a entrada maciça de escravos no mercado. A grande presença de homens era o resultado de uma época na qual o trabalho masculino era considerado mais produtivo e a reposição de mão de obra se dava com mais facilidade³.

¹ SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.120.

² BERGAD, Laird. *Escravidão e História Econômica – Demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 175.

³ MACHADO, Cacilda, ENGEMANN, Carlos e FLORENTINO, Manolo. “Entre o geral e o singular – Histórias de Fazendas Escravistas na América do Sul – Séculos XVIII e XIX” In: FLORENTINO, e MACHADO, Cacilda (Orgs.). *Ensaio sobre a escravidão*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 167.

O aumento de uma escravaria se dava de duas formas: por meio da reprodução natural ou pela compra de escravos no mercado (transatlântico, até 1850, interno, após a data). Nenhuma das opções elimina a outra. Porém, com a proibição definitiva do tráfico transatlântico, o preço dos cativos sofreu um aumento generalizado e os senhores procuraram prolongar a vida útil de seus escravos e incentivar a reprodução natural. Observa-se, a partir daí, maior incidência de família escravas e o equilíbrio entre os sexos⁴.

Relacionada à questão da reprodução da escravaria e a razão de sexo, encontra-se a das relações familiares entre os escravos. A lista apresenta um total de 94 – ou 38,2% – de escravos casados (48 homens e 46 mulheres), 140 ou 57,3% de solteiros (103 homens e 37 mulheres), e 11 ou 4,5% de viúvos (7 homens e 4 mulheres). Há um número razoável de escravos casados, mas não foi encontrada nenhuma certidão de casamento de escravos na documentação de Petrópolis. Ainda que o arquivo do bispado correspondente à fazenda não tenha sido consultado, não se pode descartar a possibilidade de que estes casamentos eram formais e não simples uniões consensuais ou concubinatos, especialmente quando se lembra da existência da capela da fazenda e sua localização estratégica na entrada da casa de vivenda, que permitia que a comunidade pudesse comparecer e ver as consagrações.

Pelo que se observa, havia uma maior porcentagem de mulheres casadas do que homens, o que explica facilmente pelo descompasso entre o número de homens e mulheres, já que aqueles estavam em maioria. Também se nota que, nas faixas 20-29 e 30-39 anos, há uma discrepância entre as porcentagens de homens e mulheres casados. Nas duas faixas, as mulheres casadas são absoluta maioria, enquanto, no que diz respeito aos homens, a maioria na faixa 20-29, é de solteiros e na faixa de 30-39, apenas metade deles é casada. O trabalho de Florentino e Góes lança uma hipótese que pode ser considerada neste caso. Segundo os autores, os homens mais velhos dominavam o mercado matrimonial das mulheres férteis, e esta pode ser uma explicação para a diferença dos estados civis entre as diferentes faixas etárias e sexos⁵.

⁴ GÓES, José Roberto e FLORENTINO, Manolo. *A Paz das Senzalas (Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.29.

⁵ Os autores também levam em conta o fato dos jovens africanos se unirem a mulheres mais velhas por causa deste domínio do mercado por homens mais velhos e por causa da integração que estas uniões podiam proporcionar. Acredito que isso não deve ser considerado no caso da Santa Sofia, já que neste momento não há mais escravos recém-chegados que precisam ser tutelados pelos mais experientes, mas quem sabe, o domínio dos homens maduros já estivesse arraigado entre os escravos.

Tabela 1. Estado Civil dos Escravos em 1872

	Homens	Mulheres	Total
Solteiros	65,2%	42,5%	57,1%
Casados	30,4%	52,9%	38,4%
Viúvos	4,4%	4,6%	4,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Relação dos escravos pertencentes ao Conde de Prados [1872]

Tabela 2. Estado Civil de acordo com sexo e faixa etária em 1872

	Homens				Mulheres				Total			
Faixa Etária	Solteiros	Casados	Viúvos	Total	Solteiras	Casadas	Viúvas	Total	Solteiros	Casados	Viúvos	Total
0 a 9	33	0	0	33	25	0	0	25	58	0	0	58
10 a 19	16	0	0	16	18	1	0	19	34	1	0	35
20 a 29	23	5	0	28	0	24	2	26	23	29	2	54
30 a 39	15	20	3	38	0	10	0	10	15	30	3	48
40 a 49	10	23	4	37	0	10	2	12	10	33	6	49
50 a 59	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1

Fonte: Relação dos escravos pertencentes ao Conde de Prados [1872]

No entanto, vale ressaltar como o Conde de Prados definia sua opinião sobre os casamentos. Em uma carta à esposa, pouco antes de seu falecimento, ele escreve:

“Demorei de propósito em responder sua carta, porque deu-me ela o que pensar. Tratemos do casamento das negras em primeiro lugar: é constante e a história dessa fazenda revela, que são justamente as casadas que maiores escândalos e desgostos têm aí causado, e mesmo desgraças lamentáveis. As fraquezas humanas são mais toleráveis do que o crime e o escândalo. A prova de que é assim está no sossego relativo das grandes fazendas do Rio de Janeiro (Breves - Nova Friburgo – Avelares - e outras) que não casam negros. O número de ingênuos aumentará necessariamente: nosso obstáculo para o futuro. Há apenas a razão tirada da acumulação que seja (rasurado) e que possa determinar-me a carregar com os demais inconvenientes. É preciso atender, que entre os rapazes novos há um grande número, cujo casamento embarçará para o futuro, porque pretendo deixá-los libertos, uns por dever e outros por afeição. Como ficarão essas famílias? Em todo caso, a efetuarem-se esses casamentos por motivo de desentulho, único admissível, devem ser preferidos os mais velhos, a fim de que não se reproduza a sorte do Altivo e outros que não são casados nem solteiros. Case-os embora com estas condições”⁶.

⁶ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de Camilo Armond a Josefina de Sousa*. Corte, 21 de Fevereiro de 1882. Tombamento: 2729/2003.

As preocupações fundamentais de Camilo Armond são os problemas causados pelas escravas casadas, os ingênuos e as alforrias que pretende assinar. É importante notar a referência que ele faz a outras grandes fazendas e família do Vale do Paraíba, principalmente os Breves e os Avelares, já citados neste trabalho. Isto demonstra que ele estava atento ao cenário que o cercava, bem como considerava as dificuldades que se apresentavam.

Além da observação do cenário contemporâneo, esta carta se baseia no que o Conde observou ao longo dos anos na administração da fazenda. O destaque aos problemas causados pelas escravas casadas, e o fato dele enunciá-las desta maneira, porém confirmar que as uniões dos cativos na Santa Sofia eram formais, não apenas consensuais. Acredita-se que, neste caso, ele esteja se referindo diretamente ao caso do escravo João Constantino, especialmente porque ele escreve que as fraquezas humanas são toleráveis, mas o crime não. Esta afirmação reforça a hipótese de que a razão do assassinato de João Carioca tenha sido seu envolvimento com a mulher alheia.

Após tratar do problema dos casamentos, o Conde passa para a questão dos nascimentos. Esta carta dá consistência a uma hipótese do historiador Robert Slenes, que afirma que “a queda do interesse dos senhores no poder reprodutivo da mulher cativa por definição implicaria uma redução em seu interesse imediatista no matrimônio escravo, visto este como instituição promotora da fecundidade”⁷. Após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, foram registrados, pelo menos, 79 nascimentos, número bem superior aos anos precedentes. E pelo visto, este fato não passou despercebido. Se uma década antes estes nascimentos representariam um aumento considerável na força de trabalho da fazenda, na década de 1880, a preocupação com estes ingênuos, considerados “obstáculos para o futuro”, fica evidente. Imagina-se que esta questão ficou ainda mais preocupante quando o Conde, provavelmente, percebeu que estava próximo da morte. Aparentemente, ele não acreditava que seria possível manter estas crianças sob seu serviço assim que atingissem a idade em que pudessem abandonar a fazenda. Este número elevado de nascimentos pode ser relacionado à observação de Slenes; ao notar as baixas taxas de fecundidade escrava no Brasil, se comparadas às norte-americanas, ele afirma que “qualquer teoria a respeito da demografia da escravidão [...] terá que levar em consideração os projetos e estratégias dos escravos”⁸.

⁷ SLENES, Robert. *Op. Cit*, p. 92.

⁸ *Ibidem*, p. 203.

Além de sua opinião sobre as uniões entre os escravos, o Conde também anuncia nesta carta sua política de alforria, por dever e por afeição. As relações com a crise da escravidão são evidentes: a reprodução natural não mais produz ganhos, a abolição já aparece como possibilidade próxima, mas a alforria pode, paradoxalmente, garantir uma futura força de trabalho. Talvez tenha sido este o motivo pelo qual alguns meses depois da morte de Camilo Armond, seus herdeiros alforriaram incondicionalmente todos os cativos da fazenda.

Em outra carta escrita oito anos antes, o Conde de Prados também mostrou sua opinião sobre o casamento dos escravos: “Entre os escravos vem o José Mulatinho que deverá vir para o Rio para o meu serviço particular, antes que arme aí algum casamento como o outro, e, portanto virá logo com o Martinho”⁹. José Mulatinho não aparece em nenhuma das listagens e, quanto a Martinho, há duas possibilidades: Martinho Flores (com 30 anos, em 1874) e Martinho Engenho (com 32 anos, em 1874), ambos solteiros e listados como roceiros.

A partir das cartas é possível inferir que, ainda que o Conde fosse reticente quanto à união formal de seus escravos no contexto da crise da escravidão, a demografia demonstra que era isso o que acontecera na Santa Sofia entre as décadas de 1850 e 1870. Mas, é importante destacar que a família cativa tinha sim a sua utilidade para os senhores. Afinal, como indica Slenes, a formação de famílias podia transformar o cativo em refém, pois ao mesmo tempo em que permitiria a criação de laços parentais, o senhor teriam em suas mãos o poder da ameaça de eventual separação de parentes por meio da venda¹⁰.

O número de casados e o de solteiros que eram filhos destes casais comprova que existiam vínculos familiares sólidos entre a escravaria da Santa Sofia. Das cartas citadas acima, é interessante constatar a preocupação da primeira com o aumento do número de ingênuos. Se, após o fim do tráfico em 1850, o nascimento de crianças poderia indicar a continuação do uso do trabalho servil, depois da Lei do Ventre Livre o nascimento de cativos já não se apresentava como uma opção necessariamente interessante, pois a lei obrigava os senhores a criar e tratar os filhos das escravas até os oito anos completos e, depois disso, contar com seus serviços até os 21 anos ou receber

⁹ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta de Camilo Armond a Josefina de Sousa*. Icarai, 13 de Agosto de 1874. Tombamento: 2726/2003.

¹⁰ SLENES, Robert. *Op. Cit.*, p.114.

uma indenização do governo¹¹.

No que diz respeito às idades, apresenta-se a distribuição por faixa etária feita a partir dos dados disponíveis (Gráfico 2). O que este gráfico revela? Observa-se um bom número de escravos entre os zero e os 14 anos, logo, nascidos após 1850 e provavelmente resultado da reprodução natural no cativeiro da própria Santa Sofia. Nesta faixa, há 42 meninos e 36 meninas; a proporção de 1,1 meninos para cada menina representa claro equilíbrio. E, quanto maior o equilíbrio entre homens e mulheres, maior é a evidência da reprodução natural e a incidência de famílias escravas¹². É alto o número de mulheres em idade fértil, a partir dos 15 anos até por volta dos 40 anos, representando 49% do total de escravas. O que se observa é uma pirâmide que revela uma escravaria que começava a se autorreproduzir.

Na maioria das vezes, autores afirmam que o setor mais produtivo da força de trabalho era composto por escravos entre 15 e 40 anos¹³: nesta faixa há um total de 64% de escravos (entre homens e mulheres). Este já é um número considerável e, se for estendido o que se entende por setor produtivo dos 10 aos 50 anos, este número sobe para 76%.

Gráfico 2. Distribuição etária dos escravos em 1872

Os dados sobre a origem dos escravos eram os seguintes: entre os homens, 76% tinham origem em Minas Gerais, 20% eram africanos, 3% eram de origem desconhecida e 0,7% eram baianos. Entre as mulheres, 90% eram de Minas Gerais, 8% eram africanas e apenas 1% tinha origem desconhecida. Mas, uma informação importante é que todos

¹¹ Lei n°. 2040 - de 28 de setembro de 1871, artigo 8.

¹² MACHADO, Cacilda, ENGEMANN, Carlos e FLORENTINO, Manolo, *Op. Cit.*, p. 178.

¹³ BERGAD, Laird. *Op.Cit.*, p.222.

estes escravos africanos (tanto homens quanto mulheres) tinham mais de 40 anos, tendo chegado no Brasil entre o fim da década de 1840 e início da década de 1850; uma evidência que comprova esta hipótese é o fato de 80% deles serem homens. Também importante ressaltar que, de todos os escravos africanos (homens e mulheres), 80% deles era de casados ou viúvos. Para os africanos não foi encontrada nenhuma informação referente às respectivas etnias, à exceção daquelas indicadas nos nomes como Carolina e João Angola (que, aliás, eram casados) e Joaquim Mina.

A questão da naturalidade está ligada à questão da filiação. Apesar de boa parte dos escravos ter origem mineira, há 59% de escravos com filiação desconhecida e 41% com filiação conhecida. Entre as mulheres os números se invertem. Enquanto 30% das mulheres têm filiação desconhecida, 69% têm filiação conhecida. Talvez um dos motivos seja que, mesmo tendo origem mineira, uma parte dos escravos tenha vindo fazer parte da escravaria através do tráfico interno. Sabe-se, por exemplo, que em 1874 (momento no qual o investimento no plantio foi pesado, como se viu no capítulo anterior), o Conde arrematou escravos que pertenciam ao seu finado primo Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage. Dos 26 escravos arrematados, apenas três eram africanos, cinco tinham origem desconhecida e dezoito eram mineiros. Pode-se especular que o alto número de mulheres com filiação conhecida tenha relação com o fato de a maioria ter nascido em Minas Gerais, e talvez até mesmo em Santa Sofia.

Outra informação relevante é a quantidade de negros e pardos. Tanto entre os homens quanto entre as mulheres, os negros predominavam. Eles representavam 85% dos homens e 79% das mulheres, enquanto os pardos eram 15% dos homens e 21% das mulheres. Ainda assim, é importante ressaltar que eventualmente esta descrição da cor da pele não era muito precisa, devendo ser considerada com cautela.

No que diz respeito à ocupação destes escravos, temos os seguintes números: 57,9% eram roceiros, 25,7% não tinham nenhuma ocupação discriminada (todos estes eram menores de 13 anos), 5,3% de carpinteiros, 2,6% de pedreiros, 2% de alfaiates, e 6,5% tinham outras ocupações (copeiro, carreiros, sapateiro, arrieiro, capataz - um africano de 40 anos -, tropeiro, formigueiro e telheiro). Nota-se assim, as implicações da punição dada a João Constantino em 1871, ao rebaixá-lo de uma ocupação de destaque para o trabalho com a escravaria da roça. Entre as mulheres os números, 40,3% não tinha ocupação definida (assim como os homens, boa parte delas era menor de 13 anos), 32% eram roceiras, 15%, costureiras, e 12,7% tinham outras ocupações (trabalhos de terreiro, engomadeiras, lavadeiras e copeira). O resultado é 48% (118) de escravos

(homens e mulheres) roceiros.

A lista de 1872 comprova a existência de laços familiares entre a escravaria da fazenda e a partir dela, é possível reconstruir o quadro das famílias formadas no cativeiro da Santa Sofia. Vale dedicar algumas linhas ao tema. Para começar, registra-se que apenas 43 cativos não tinham nenhuma relação familiar, ou seja, não foram listado como maridos, filhos ou irmãos de qualquer outro escravo: destes, todos eram homens, sendo oito africanos, quatro de origem desconhecida, um baiano e 30 mineiros. Em contraponto a esta informação, destaca-se o fato de todas as mulheres serem parte de algum núcleo familiar, seja como esposa, filha ou irmã.

Os africanos formavam um grupo pequeno, mas que aparentemente era bem integrado ao grupo de cativos. Apesar dos oito africanos solteiros, 18 eram casados, sendo 14 com mulheres mineiras, três casados com africanas e apenas um casado com uma liberta; este, aliás, é o único caso do tipo da fazenda. A partir desta informação, é possível especular que a união tenha acontecido anteriormente, quando a mulher ainda era cativa e, talvez, a alforria tenha sido obtida depois, pois também se sabe que, preferencialmente, a alforria das mulheres de um núcleo familiar era prioritária.

No que diz respeito ao tamanho das famílias, apresentam-se os seguintes dados: havia 29 famílias nucleares, ou seja, formadas apenas por pais e filhos, sem nenhum outro vínculo com a escravaria; 12 casais não tinham filhos, mas, três deles tiveram filhos entre 1872 e 1882, e 19 casais estavam ligados a outros núcleos por conta de sua filiação; três casais tinham pai e mãe conhecidos e 16 pertenciam a outros núcleos, pois as esposas tinham filiação conhecida.

Além disso, outros indícios comprovam a solidez dos núcleos estabelecidos na Santa Sofia. Não só é possível rastrear os núcleos até chegar aos pais: em alguns casos é possível extrapolar as ligações para gerações anteriores. Este é o caso da família de Gracia. Ela aparece na listagem de 1882 como tendo sido uma das escravas que pertenceu à mãe do Conde de Prados, dona Possidônia, demonstrando o enraizamento da comunidade cativa. Ela foi mãe de Maria Crioula, que, por sua vez, deu a luz a Leocádia, mãe de Antônio. Quatro gerações criadas em uma mesma fazenda.

Este não é o único caso de mais de duas gerações de uma mesma família na Santa Sofia. Esta é uma das evidências que leva a crer que o Conde de Prados, a fim de manter a força de trabalho que manteria a produção da Santa Sofia, seguiu duas prescrições dos manuais agrícolas da primeira metade do século XIX, notadamente o estímulo da reprodução dos cativos e a concessão de lotes de terra para seu cultivo

autônomo¹⁴. Como se observou anteriormente, na carta de João Ferreira e no caso do assassinato de João Carioca, a condução da comunidade escrava não se dava sem tensão.

4.2. A relação dos escravos de 1882

Enquanto a matrícula de 1872 fornece uma entrada para a compreensão da mão de obra cativa em Santa Sofia, existe outro documento que permite apreender os caminhos da liberdade. Trata-se da “Relação original de todos os escravos e ingênuos que pertenceram ao finado Conde de Prados”. Antes de passar à parte final deste texto, que vai abordar da questão das alforrias na Santa Sofia, é importante entender o que mudou em uma década na demografia da fazenda.

Este documento não é tão completo quanto o da década anterior, trazendo as seguintes informações: número na presente relação, número de matrícula em 1872, nome, estado civil e idade em 1872. Além deste documento, há outras séries que permitem entender melhor o que aconteceu com a escravaria da Santa Sofia em dez anos. Trata-se das certidões de nascimento e falecimentos dos cativos da fazenda, disponíveis no arquivo do Museu Imperial de Petrópolis. Ao todo são 79 certidões de nascimento, que confirmam o crescimento vegetativo da comunidade escrava, e 34 de falecimento¹⁵.

Sobre as certidões de falecimento, 19 delas eram de ingênuos, que nasceram entre 1872 e 1881, sendo desde recém-nascidos até crianças de 9 anos. As quinze certidões de cativos também eram do mesmo período, sendo dez mulheres e nove homens. As idades variavam de dois a 37 anos. Em dois casos, mãe e filho faleceram no mesmo dia, provavelmente por problemas em decorrência do parto.

No caso dos nascimentos, foram encontradas 79 certidões datadas entre 1871 e 1882. Esses 79 ingênuos eram filhos de 42 mães diferentes. Destas, 24 delas tiveram apenas um filho, e as outras 18 tiveram entre dois e cinco filhos. Ao que tudo indica, após a promulgação da Lei do Ventre Livre, a população da Santa Sofia cresceu como nunca tinha acontecido antes.

¹⁴ MARQUESE, Rafael. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras: 2004, p. 297.

¹⁵ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. Série de certidões de nascimento e óbito. Tombamento: 2308 a 2342/2003 e 2356 a 2385/2003.

O gráfico 3 apresenta a distribuição etária em 1882 e nele estão representados tanto os cativos quanto os ingênuos. Mesmo que não fossem mais prioritários na gestão da fazenda, os casamentos e, provavelmente, os nascimentos após 1871, muitas crianças nasceram entre 1872 e 1882. Posto que nascidas livres, estas crianças acompanhavam seus pais no cativeiro, e não é difícil imaginar que os mais velhos auxiliassem os mesmos em alguma atividade.

Observa-se uma composição ainda mais piramidal, que comprova o crescimento vegetativo da comunidade escrava da Santa Sofia. Ao mesmo tempo em que aumentava o número de jovens na fazenda, sua população cativa também envelheceu, indicando que não houve reposição da força de trabalho. Como comentado anteriormente, os indícios levam a crer que os cativos do Conde foram herdados de seu pai e não houve reposição considerável de mão de obra nos anos em que ele esteve à frente da fazenda. Acredito que este fato contribuiu para que os cativos da Santa Sofia não sofressem com o estranhamento e a instabilidade que a reposição poderia causar, o que proporcionava uma experiência de cativeiro estável, além da possibilidade de enraizamento e estreitamento dos laços da comunidade. Não é exagero imaginar que o Conde tenha preferido manter uma comunidade estabilizada, mesmo que tivesse condições e até mesmo necessidade de aumentar sua mão-de-obra, já que a fazenda ainda tinha condições de continuar produzindo.

Gráfico 3. Distribuição etária dos escravos e ingênuos em 1882

Cabe agora observar o espaço físico que esses escravos e suas famílias ocupavam na Santa Sofia. Dentre todos os edifícios que compunham o complexo de uma fazenda de café, as senzalas são os mais difíceis de encontrar atualmente. Na Santa

Sofia, restou um tiro de senzala de pé e os restos de um outro, mas ambos inscritos no agenciamento original do complexo cafeeiro. Daí o interesse que guarda para a pesquisa.

De acordo com Marquese, aparentemente, eram poucos os proprietários rurais do Novo Mundo que pareceram se interessar pelo espaço de moradia dos cativos, sendo a regra a concessão de autonomia para os escravos até o fim do século XVIII¹⁶. O autor ainda aponta que, na década de 1830, encontram-se indícios da construção de senzalas em linha no Vale do Paraíba. É neste momento também que “surgiu uma atenção mais detida com a normatização dos espaços de moradia nas fazendas”¹⁷.

Figura 19 - Vista da senzala. É possível ver que há uma pequena base de pedra que eleva levemente a construção. Ao fundo, é possível ver a casa onde funcionava o hospital. [Foto de Marjorie Cohn]

O que Werneck sugere e traz como novidade em sua obra de 1847 é o fechamento do terreiro, com senzalas em uma quadra contínua à casa. A localização sugerida é sempre na sede, podendo ser unidas ou não. No caso da Santa Sofia, uma das senzalas era contínua à casa e, as demais, dispostas em volta do terreiro, ao alcance das

¹⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. “Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.13, n.2, pp. 165-188, 2005, p.168.

¹⁷ *Ibidem*, p. 172.

vistas da casa, já que a mesma estava elevada e as senzalas ao rés-do-chão. Isso recorda que, para além das preocupações funcionais das construções, importavam os efeitos simbólicos que produziam nos grupos sociais envolvidos (senhores, trabalhadores livres, escravos e comunidade externa)¹⁸.

Figura 20 - Vista da cozinha da casa de vivenda em direção aos terreiros. Os dois espaços em primeiro plano, cobertos por vegetação, eram terreiros de café. Ao fundo está a casa onde funcionava o hospital. Deste local se tinha uma visão privilegiada da produção e dos escravos. [Foto de Marjorie Cohn]

Ainda que ligada à casa de vivenda pelo contato visual, uma das características da senzala em quadra era seu isolamento, por conta de seu formato, sua comunicação exclusiva com o terreiro e a existência de entrada única fechada com portão, configuração que garantia o controle da circulação e do tempo dos cativos. Estas características estão presentes na Santa Sofia. Mesmo com uma das senzalas ainda em pé, ela não mantém todas as suas características originais. O herdeiro que reside na

¹⁸ Ibidem, p. 15.

fazenda transformou este espaço em pequenas casas, que não foram visitadas por dentro.

A partir de depoimentos de viajantes, Robert Slenes chama a atenção para o fato de que o casamento “conferia acesso a um espaço construído próprio, seja um cubículo num barracão/pavilhão, seja um barraco separado”¹⁹. No caso da Santa Sofia, não é possível determinar a partir da documentação disponível como os cativos ocupavam este espaço, se a divisão era feita por famílias, sexo ou outros critérios. Mas, partindo do pressuposto que o Conde, de certa forma, não se opunha à formação de famílias e desejava evitar o conflito causado pelas mulheres casadas, é de se supor que as famílias residissem juntas.

4.3. Por dever e por afeição: As alforrias do Conde de Prados

A carta de alforria era o instrumento legal pelo qual a passagem da condição escrava para a livre era legitimada. Este é um tipo de fonte que ganhou destaque na historiografia a respeito da escravidão a partir da década de 1980. O estudo de suas variáveis (sexo, idade, cor, nacionalidade, qualificação profissional, estado civil e filiação) é fundamental. Aqui, optou-se por focar as seguintes: sexo, qualificação profissional e filiação.

A carta de alforria devia ser registrada por um tabelião ou diretamente no cartório. Deveriam constar no documento

“primeiro, a identidade do senhor ou de seu procurador, ou testamenteiro, ou inventariante [...]. Segundo, a identidade do alforriado, seu nome e sexo, idade, cor, profissão, naturalidade, filiação, estado civil e, não frequentemente, a história de como ele veio a ser propriedade de seu último senhor [...] Depois vêm as condições da alforria, que podia ser a título gratuito ou a título oneroso. [...] Se o pagamento fosse estipulado em prestações de serviço, estipulava-se o prazo de tempo, para quem se prestariam os serviços, que tipos de serviços e, se houvesse, a remuneração. Finalmente, era costume indicar os motivos da alforria, que eram os mais variados [...] Com regularidade, essas alforrias foram concedidas como o último desejo do senhor”²⁰.

No caso da Santa Sofia não estão presentes todas estas informações. Nas alforrias só constam nome, estado civil, idade e número de ordem e matrícula.

¹⁹ SLENES, Robert. *Op. Cit.*, p. 159.

²⁰ EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVII e XIX*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989, p. 247.

Informações fundamentais como ocupação, naturalidade e os motivos das alforrias não são citados, mas, com o cruzamento dos dados das cartas com as informações contidas em outras fontes, é possível recompor o perfil destes alforriados.

O Conde de Prados anunciou em uma carta já citada anteriormente, de 1882, de maneira muito breve, mas nem por isso menos clara, sua política de alforria. O dever e a afeição eram os motivos que o levavam a libertar seus escravos. O que se observa é o reforço da alforria como demonstração do paternalismo senhorial²¹. Ao anunciar que existem motivos determinados para que um escravo seja libertado, é possível comprovar que a carta de alforria não era um mero prêmio distribuído aleatoriamente entre os cativos do grupo.

Ao tratar do dever como uma das condições para a concessão da liberdade, o Conde parece deixar transparecer que isso não lhe agradava completamente, parecendo reforçar a noção de que a alforria beneficiava somente os escravos. Mas, para que a liberdade fosse conquistada, era preciso ser afetuoso, trabalhador ou confiável para que se alcançasse o prêmio da alforria. Era preciso que a alforria pudesse ser representada como prêmio ou dádiva²².

Talvez este seja um dos motivos que dificultava a obtenção da alforria da cativa Cornélia. Em junho de 1877, o cativo João Ferreira, personagem que já apareceu neste trabalho, escreveu ao Conde:

“A triste condição de nossa raça, cobre-nos de infortúnios e opróbrio, vendo-me forçado a procurar fora uma mão amiga para comunicar a meu Senhor as nossas infelicidades: Ouça meu Senhor, ao menos a voz da razão e da humanidade comova o vosso coração, dando consolo aos aflitos, pense bem e figure o caso mais de perto então meu Senhor verá se temos razão. Colocando-se na posição em que achamos é que poderá avaliar as nossas queixas, e precisam de uma transição de vida, meu Senhor deve lembrar que minha filha Cornélia deu-lhe uma carta pedindo-lhe vênias para libertar-se, mediante uma quantia que ela em seu triste cativeiro tem ajuntado, e meu Senhor não deu decisão, ficando ela em crítica posição, ela ofereceu-lhe a importância de 800\$000 esperando nos vossos [?] sentimentos de honra e humanidade aceitar essa proposta que uma desgraçada pede em nome do céu”²³.

²¹ BERTIN, Enidelce. *Alforrias em São Paulo do Século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas, 2004, p.130.

²² SLENES, Robert W. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista.” In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional, volume 2*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997, p. 260.

²³ Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis. *Carta do escravo João Ferreira ao Conde de Prados*. Rancharia, 24 de junho de 1877. Tombamento 2448/2003.

Esta carta reforça a política de controle paternalista adotada pelo Conde. Em última instância, era ele quem tinha o domínio dos escravos que seriam alforriados, ainda que eles dispusessem da quantia que garantiria sua liberdade. Não foi encontrada na documentação nenhuma outra referência a este caso, mas, aparentemente, após o apelo de um antigo escravo, o Conde aceitou o pedido de alforria de Cornélia, já que ela não aparece na listagem de 1882. Acredito que seu pedido foi deferido por dois motivos: o fato de seu pai ser, aparentemente, um escravo conhecido, e por conta do apelo feito por ele, referindo-se ao castigo injusto que sua filha sofreu, assunto já abordado anteriormente.

Em 1882, ano da morte do Conde de Prados, a escravaria da Santa Sofia era formada por 215 escravos e 84 ingênuos²⁴. Do total de escravos, 137 eram homens e 78 eram mulheres. Todos eles foram alforriados gratuitamente com a morte do Conde, alguns incondicionalmente, outros condicionalmente.

Inicialmente, os “inventariantes declararam não ter encontrado testamento após pesquisa e procederam a inventariar a partilha dos bens”. Mais tarde,

“tendo aparecido em poder de um amigo íntimo do finado, um testamento escrito e assinado pelo mesmo, foi então apresentado por V. Exa., aceitando os herdeiros desde logo o encargo de cumprir, à sua custa, os legados constantes do mencionado testamento. Além destes encargos, já cumpridos, os herdeiros desistiram também de todos os serviços dos escravos, aos quais sem exceção de um só, concederam liberdade plena, sem ônus algum como também se prova pelas certidões apresentadas”²⁵.

Ou seja, por conta disto, os escravos não foram avaliados, nem somados ao monte-mor. Porém, é possível reunir alguma informação sobre o valor dos escravos com base em um documento disponível no arquivo do Museu Imperial de Petrópolis. Em algumas páginas sem data, mas que se pode afirmar serem de 1882 (por conta de indicadores como o número de pés de café da fazenda), há uma listagem de 122 escravos, que corresponde àqueles que seriam alforriados condicionalmente. A soma dos “valores dos serviços de 122 escravos” totaliza 74:380\$000, sendo que os valores de cada cativo variam de 135\$000 a 1:000\$000.

Os escravos alforriados incondicionalmente foram 101 (ou 47%). O número está

²⁴ ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, pp.289-303

²⁵ Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi. *Inventário post mortem do Conde de Prados*, 1885, caixa 61, ord. 17.

próximo dos 43% de alforrias incondicionais apontadas por Antonio Henrique Duarte Lacerda em um estudo sobre o padrão das alforrias em Juiz de Fora no século XIX. O mesmo autor ainda aponta que, na última década da escravidão, frequentemente as alforrias incidiram sobre um grande número de escravos de uma só vez e às vezes sobre todos os cativos de um mesmo senhor²⁶, justamente a situação que encontramos na Santa Sofia.

Os alforriados condicionais que receberam as alforrias gratuitamente somavam 113 escravos, e eram compostos por três grupos: os menores de 35 anos (formado por 34 homens e 31 mulheres), que deveriam prestar serviços por mais quinze anos (até 1897), os menores de 45 anos (31 homens e 10 mulheres), que deveriam prestar serviços por mais dez anos (até 1892), e os maiores de 45 anos (sete homens), que deveriam prestar serviços por mais cinco anos (até 1887).

Gráfico 4. Escravos alforriados condicionalmente

A imposição de condições, que neste caso era o trabalho (e boa parte dos escravos que receberam alforrias condicionais trabalhavam como roceiros), deixa claro como o arbítrio do senhor, ao estabelecer, frequentemente, de maneira unilateral as condições da alforria, prevalecia. Impor o trabalho como condição sugere que ele estava esperando a proximidade da abolição e que seu desejo era garantir a sua força de trabalho no contexto de crise da escravidão²⁷. Afinal, 114 escravos em idade produtiva

²⁶ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão – Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88*. São Paulo: Annablume, 2006, p.80.

²⁷ Tratando do relatório que Camilo Armond enviou à Assembleia Provincial em 1878, Ricardo Salles afirma que a partir da perspectiva do Conde, a continuidade do trabalho escravo e ingênuo estaria garantida por um longo período de tempo. Não se deve descartar a possibilidade de que ele tenha mudado de ideia, entre a época deste documento e o ano de sua morte, quando declara que os ingênuos são obstáculos para o futuro, mas acredito que já neste período ele imaginava que a abolição estava mais próxima do que ele gostaria. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 254.

trabalhariam por mais dez ou quinze anos, o que garantiria ainda uns bons anos de produção.

Em 1878, Camilo envolveu-se nos debates sobre as possibilidades do trabalho assalariado de asiáticos²⁸. O assunto já vinha sendo discutido desde o início do século XIX, e o debate foi se intensificando a cada passo dado em direção à abolição. Os asiáticos foram considerados a melhor opção para substituir a mão de obra africana, especialmente por serem considerados “trabalhadores, empobrecidos, não-sofisticados politicamente e servis acostumados a um *status* baixo e, mais importante, dispostos a trabalhar por baixos salários”²⁹. Além disso, a mão de obra *coolie* já era empregada em outros países da América Latina, como Peru e Cuba. Na década de 1870, foi fundada a Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos para estabelecer contratos com plantadores brasileiros. Porém, por conta das experiências negativas dos chineses nos campos cubanos e peruanos, nas últimas décadas do século XIX os governos britânico e chinês passaram a condenar o emprego dos asiáticos nos campos. Robert Conrad conclui que a solução chinesa não foi implementada não porque as elites não queriam, mas sim por conta das más experiências dos chineses em outros países e também por conta da desconfiança dos abolicionistas, que previam que na realidade o objetivo dos fazendeiros brasileiros era de certa forma escravizar os *coolies*³⁰. O malogro da solução “asiática”, somado ao crescimento do movimento abolicionista no início da década de 1880, indicavam ao Conde de Prados que o fim definitivo da escravidão no Brasil era apenas questão de tempo – tempo ao qual ele procurou se antecipar com sua política de alforrias.

Quanto aos alforriados incondicionais, foram 101 libertos gratuitamente e sem ônus, sendo 64 homens e 37 mulheres. Dentro deste grupo, há cinco divisões: filhos de determinados casais; amas, e seus descendentes, de Camilla e Cecília (filhas do Conde de Prados); escravos que foram de Possidônia Leodora da Silva (mãe do Conde de Prados); escravos diversos e escravos matriculados como pardos. Cabe examinar dois grupos destes alforriados: as amas das filhas do Conde de Prados e os escravos que foram de sua mãe.

²⁸ ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Op. Cit.*, pp. 241-44.

²⁹ CONRAD, Robert. “The planter class and the debate over Chinese immigration to Brazil, 1850-1893” In: *International Migration Review*, v. 9, n.1, p. 41-55, 1975, p.43.

³⁰ *Ibidem*, p. 55.

Gráfico 5. Escravos alforriados incondicionalmente

Sobre os escravos diversos não foi possível identificar um padrão; são doze, entre 20 e 70 anos, sendo três mulheres. Sobre os escravos matriculados como pardos, verificou-se que boa parte deles possuía filiação desconhecida, era natural de Minas Gerais e alguns tinham ocupações profissionais qualificadas, como carpinteiro, alfaiate, costureira. A maior parte era de roceiros, porém não se pode esquecer que, como as alforrias foram concedidas a todos os escravos, é claro que a maior parte deles teria esta ocupação. Não é possível afirmar com certeza se alguns destes escravos foram fruto de relacionamentos de escravas e homens brancos.

Quatro casais e um escravo sozinho tiveram seus descendentes alforriados sem ônus. Estes somavam 22 escravos (17 homens e 5 mulheres), entre 11 e 40 anos. Com o cruzamento das fontes, só foi possível apurar informações sobre três destes escravos (uma possibilidade: talvez os outros tenham falecido antes do registro das matrículas de 1872). Um dos casais era formado por João Ferreira e Adriana, ambos definidos como pardos, com filiação desconhecida e nascidos em Minas Gerais, e temos ainda alforriados os filhos de Manoel Copeiro, negro e africano. O que se pode inferir é que o fato dos homens ocuparem cargos especializados (definidos nas suas próprias nomeações) pode ter aproximado seus descendentes da liberdade.

Reforçar o sistema através de incentivos como este, a possibilidade da liberdade, ainda que para um próximo e não para si mesmo, revelou-se uma política de domínio ardilosa e eficaz: valendo-se dos anseios dos escravos, o senhor aumentava a vulnerabilidade dos mesmos, tornando-os menos dispostos a arriscar confrontos, que aparentemente não eram comuns na Santa Sofia.

Cabe uma observação, que mais uma vez comprova que na escravidão não havia espaço para regras engessadas, mas sim para certa fluidez. Robert Slenes indica que os escravos africanos eram discriminados pelos senhores na hora de ocupar um posto no

serviço doméstico ou qualificado³¹; porém, acima, há o exemplo de Manoel Copeiro, um africano que tinha um trabalho qualificado e que, ainda que não tenha alcançado a liberdade, conseguiu garantir a de seus descendentes.

Quanto às alforrias das escravas (e seus descendentes) das filhas e da mãe do Conde de Prados: o grupo somava 27 cativos, sendo 11 homens e 16 mulheres entre 12 e 50 anos. Dentre todos os grupos de alforriados, este é o único no qual as mulheres se sobressaem numericamente.

Este é um dos momentos nos quais a relação entre gênero, ocupação e liberdade se observa com clareza. Sabe-se que, durante muito tempo, as mulheres foram mais alforriadas, já que o homem sempre foi mais valorizado no mercado, especialmente por sua força física e sua consequente utilidade para o trabalho. A mulher, menos resistente fisicamente, acabava se tornando um fardo com a idade e não raramente teve sua capacidade reprodutiva ignorada³²; afinal, até meados do século XIX, a reprodução do sistema se dava facilmente com a reposição da mão de obra por meio do tráfico transatlântico.

Não se deve perder de vista o fato das mulheres estarem sujeitas aos mandos e desmandos dos homens (fossem elas escravizadas ou não). O que não quer dizer que elas eram completamente submissas, mas foram, provavelmente, aquelas que sofreram mais com a experiência no cativeiro, já que estavam sujeitas a diversas formas de violência, coação e tutela.

Das 16 escravas deste grupo de alforriadas, 10 trabalhavam (as outras eram crianças) e destas apenas uma era roceira. As outras tinham ocupações domésticas: 5 eram amas, 1, lavadeira, 1, cozinheira e 1, costureira. Além da questão física apontada por Eisenberg, boa parte dos estudos sobre alforrias indica que as mulheres foram mais alforriadas, pois tinham mais oportunidades de estabelecer laços afetivos com seus proprietários durante o tempo em que trabalhavam na casa-grande.

Peter Eisenberg define o perfil do alforriado típico durante boa parte do período escravista como: desproporcionalmente mulher, mulata, crioula, muito jovem, ou muito velha, de profissão mais qualificada e de preço médio menor que o preço médio de uma escrava³³. Uma questão surge: é possível afirmar que os escravos que estavam mais próximos ao senhor tinham mais poder de barganha cotidiana e esta pode ser

³¹ SLENES, R. *Op. Cit.*, p. 272.

³² EISENBERG, Peter. *Op. Cit.*, p. 182.

³³ *Ibidem*, p. 175.

considerada uma forma de “liberdade”? Ao mesmo tempo em que as escravas que trabalhavam na casa foram beneficiadas com alforrias gratuitas e incondicionais, alguns escravos de eito também receberam a mesma benesse. O que leva a pensar: qual seria o motivo que levaria um senhor a alforriar incondicionalmente e gratuitamente um escravo com o qual ele mal devia conviver e até mesmo conhecer? Seria esta mais uma demonstração do funcionamento da alforria como válvula de escape às pressões da escravidão? É importante pensar que a vantagem proporcionada pela proximidade que as escravas podiam ter ao trabalhar na casa-grande, poderia de fato resultar em laços de afeto que poderiam levar a liberdade da escrava ou de seus filhos, mas também pode se transformar em uma desvantagem, já que deixava a escrava mais visível e suscetível às investidas dos senhores e ao ciúme e inveja das senhoras.

Muitos estudos apontam para a influência das relações íntimas das escravas com os senhores na obtenção da alforria das próprias ou de eventuais filhos frutos destes relacionamentos, como Slenes demonstra em seu texto. Até agora não foram encontrados indícios de relacionamentos entre os homens brancos de Santa Sofia com as escravas. Porém, de forma alguma esta hipótese pode ser totalmente descartada, até porque, como os documentos disponíveis no Arquivo de Petrópolis são fruto de um trabalho de seleção da família, é possível que documentos que tratassem de um assunto tão polêmico quanto esse fossem descartados.

As escravas que trabalhavam na casa-grande viviam em dois universos distintos. Estas escravas gozavam de posição privilegiada na hierarquia dos escravos, por ter um serviço, às vezes, mais leve e contato direto com os senhores, mas nem por isso podiam romper laços com a sua comunidade na senzala. Ter mais contato com os senhores de maneira alguma queria dizer que elas se tornavam menos escravas, inclusive talvez isso reforçasse a sua condição, já que a proximidade as deixava mais vulneráveis à tutela. Conforme afirma Slenes, estas escravas precisavam encontrar maneiras manter o favor do senhor e a amizade dos companheiros de cativeiro³⁴.

Como dito acima, cinco das escravas alforriadas eram amas. A figura da ama, da mãe-preta, da *mammy*, era uma das imagens centrais para alimentar a mitologia da benevolência do sistema escravista (tanto nos EUA, quanto no Brasil). Como aponta a historiadora Kimberly Sanders, ela é a conexão humana entre senhores e escravos e

³⁴ SLENES, Robert. *Op. Cit.*, p. 278.

acaba alimentando o sistema³⁵. É possível que outras escravas almejassem esta posição. E é muito provável que as amas tenham sido alforriadas porque era comum que senhores alforriassem por gratidão - o que não deixa de ser uma forma de afeto, escravas que amamentaram, cuidaram ou criaram seus filhos ou algum outro parente³⁶. Como aponta Andrea Lisly, a alforria por gratidão ou bons serviços prestados permite uma leitura da alforria como um dispositivo que não era só uma representação unilateral da bondade do senhor, mas sim um caminho de mão dupla, afinal era preciso que o senhor reconhecesse a ação do escravo para que lhe fosse concedida a liberdade.³⁷ As escravas da mãe do Conde foram alforriadas em primeiro lugar, por serem filhas de outra escrava que não aparece em nenhuma relação (provavelmente por ter morrido antes do registro das listas), mas que provavelmente serviu Possidônia por muito tempo e poderia ser uma daquelas escravas que Sanders aponta como uma escrava influente que se mantinha extremamente próxima à família do senhor³⁸. Eram ao todo quatro escravas (duas roceiras, uma lavadeira e uma costureira) que foram libertadas e tiveram todos os seus filhos alforriados. Mais uma vez se comprova que, quando o escravo buscava o caminho da liberdade, esta poderia demorar muito a chegar e nem mesmo contemplá-lo, mas no longo prazo poderia beneficiar seus descendentes.

Além das alforrias, o Conde também beneficiou alguns de seus escravos em testamento. Durante o processo de finalização do inventário, em 1885, foi citada a existência de um testamento do Conde de Prados em mãos de um amigo de sua confiança. Neste documento, ele deixou valores a alguns afilhados, livres, mas, principalmente, legou valores a uma série de escravos.

“Lego a Luiz, pardo e filho de minha escrava Sabina, um conto de réis. Lego a Tertuliano, filho de minha escrava Libania, um conto de réis. Lego a Clementina, filha de minha escrava Sebastiana, dois contos de réis. Lego a Simplício, filho da minha escrava parda Eva, doente, 1:500\$000. Declaro que todos os legatários filhos de escravas minhas, a saber Luiz, Tertuliano, Clementina e Simplício, foram batizados como libertos, e caso não apareçam os assentos, esta minha verba testamentária os suprirá em tudo e por tudo como de direito. Deixo libertas minhas escravas Sebastiana, crioula, mãe de Clementina, Sabina, crioula, mãe de Luiz, Libania, crioula, mãe de Tertuliano, Eva, parda, mãe de Simplício e a todas aqui mencionadas,

³⁵ WALLACE-SANDERS, Kimberly. *Mammy. A century of Race, Gender and Souther Memory*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008, p.13.

³⁶ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Op. Cit.*, p.81.

³⁷ GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias entre Minas colonial e provincial*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1999, p. 265.

³⁸ WALLACE-SANDERS, Kimberly. *Op. Cit.*, pp. 14-15.

deixo o legado de 400 mil réis, cada uma.

Deixo libertos os meus escravos, Ignacio, crioulo, que houve por compra do seminário de Mariana, Crato, Mina e sua mulher, Eva crioula, Martinho, crioulo, marido de Emerenciana. O meu testamento lhes passará carta imediatamente, caso em vida eu não o tenha feito.

Os meus escravos Adão, e sua mulher Roza, Agostinho e sua mulher Felicidade, Luiz e sua mulher Margarida, Joaquim Africano e sua mulher Mariana, João Benguela, Fortunato, crioulo, marido de Libania servirão meus herdeiros por cinco anos, findos os quais serão considerados libertos.

Os meus escravos Manoel Africano e sua mulher Ana servirão meus herdeiros por dez anos findo os quais serão considerados libertos. A todos estes escravos porém, de que [...] as duas verbas supra assiste o ônus de darem aos meus herdeiros duzentos mil réis cada um, ou mais dois anos de serviço, caso não tenham o dinheiro competente.

Deixo coartada por cinco anos a minha escrava parda Emigdia, mulher de Paulo, e lhe lego em remuneração quatrocentos mil réis, findo este prazo será liberta.

Declaro que todos os legados que instituo em dinheiro serão convertidos em apólices da dívida pública, e não poderão ser entregues aos legatários menos depois que estes atingirem a idade da emancipação legal. Ao saber, os do sexo masculino aos vinte um anos de idade e aos do sexo feminino, logo que tomarem estado.

Caso, porém algum ou alguns destes legatários morram antes de emancipados, as apólices e seus produtos reverterão aos meus legítimos herdeiros.

Cumpridas todas estas minhas disposições, o restante de todos os meus bens será como de direito as minhas quatro filhas, Camila, Sophia, Cecília e Júlia, que são as minhas únicas e universais herdeiras. Por esta forma tenho concluído o meu testamento”³⁹.

Este documento aparece com a data de 3 de outubro de 1856. Como seria de se imaginar, alguns anos mais tarde, o Conde optou por acrescentar alguns outros desejos que gostaria de ver cumpridos. Em um documento com a data de 1865, ele acrescenta os seguintes termos:

“Em meu testamento faço menção de uma carta, onde serão determinadas todas as disposições que por ventura se não achem contidas no mesmo testamento e que deverá ser considerado como verbas adicionais nesta mesma carta, cumpre-se modificar algumas de suas verbas, que pela lei o poderão ser. Em relação a negócios alheios

³⁹ Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi. *Inventário post mortem do Conde de Prados*, 1885, caixa 61, ord. 17.

[?] de que me achei incumbido, tenho que declarar que cumpri exatamente todas as disposições testamentárias do Antonio José Ferreira Armond. Acham-se também sob minha responsabilidade a dotação de donzelas [?] pobres para cujo fim institui quinze apólices da dívida pública e o depósito de três contos de reis destinados à construção do altar mor de nossa senhora da boa morte. As dotações têm sido feitas regularmente. Todos os escravos acham-se no gozo de sua liberdade conforme recomendações confidenciais.

Pelo que me respeita, desejo que os legados instituídos em meu testamento a Julio, exposto em casa da falecida Dona Ignacia, Ernesto, filho da crioula liberta Antonia, Marcelina, filha da mesma. Olavo, filho natural de Anna Augusta de Souza. Luiz, filho da minha escrava Sabina, já falecida, Simplício, filho de minha escrava Eva, parda, Clementina, filha de minha escrava Sebastiana, crioula. Tertuliano, filho de minha escrava Libania, crioula, sejam todos igualados a quantia de dois contos de reis, ficando assim revogando a desigualdade das respectivas verbas.

Além destes, instituo mais os legados seguintes: dois contos de réis a Anacleto, filha de minha escrava Leocádia, parda, dois contos de réis. A Ambrozina, filha de minha escrava Cezaria, crioula, a Gustavo, filho natural de Eduarda, filha de Laurentina (vulgo Broa). Declaro que todos este legados serão transformados em apólices da dívida pública e seu rendimento será destinado aos [...] dos legatários, durante a sua menoridade e só lhes serão entregues depois da idade de emancipação, a saber as do sexo feminino, depois de casadas, e aos do sexo masculino depois dos vinte e um anos.

Declaro que fiz batizar como libertos as minhas crias seguintes: Luiz, pardo. Simplício, pardo, claro. Clementina, parda. Tertuliano, pardo. Todos eles figuram como legatários. Passei carta de liberdade, ente muitas, do crioulinho Constantino, filho de Ignacia, já falecida e afilhado de minha filha Sophia, a quem recomendo servir-lhe de amparo. Deixo a este o legado de 200 mil réis.

Os títulos de carta de alforria condicional que eu passei a alguns escravos existem guardados em mãos de terceiros e serão apresentados em tempo⁴⁰.

Não há nenhum padrão evidente nos cativos incluídos no testamento do Conde, especialmente entre aqueles que receberiam quantias em dinheiro. Nenhum deles aparece nas listas de escravos da Santa Sofia, então há chances de que eles servissem o Conde em Barbacena ou no Rio de Janeiro ou de que tivessem sido alforriados em algum momento entre 1865 e 1872. Há rumores de que o Conde, como tantos outros senhores, tenha tido relacionamentos com algumas de suas cativas. Foi relatada uma história de que tendo a mulher do Conde, Josefina, descoberto um destes

⁴⁰ Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi. *Inventário post mortem do Conde de Prados*, 1885, caixa 61, ord. 17.

relacionamentos, mandou construir uma casa na Santa Sofia onde pudesse viver separadamente de seu marido, quando ele visitasse a fazenda. Ainda que não seja completamente inverossímil, não há como comprovar a veracidade desta história, que parece ter atravessado algumas gerações da família Armond.

Finalmente, cabe uma breve reflexão de encerramento. Como foi apresentado anteriormente, os herdeiros do Conde de Prados optaram por alforriar incondicionalmente todos os cativos da fazenda Santa Sofia. Fica no ar o questionamento. Por que eles teriam optado por este caminho; especialmente quando Prados se preocupou em deixar uma série de diretrizes sobre este assunto, planejando o momento da alforria de cada grupo de escravos? Acredito que eles apostaram que boa parte destes escravos optaria por ficar na fazenda, pois ao que tudo indica, a família Armond promoveu, na medida do possível, um cativo quase que ideal aos olhos senhoriais, bem próximo ao que era preconizado por manuais da época. Se esta era a intenção, pode se dizer que o plano não correu como o imaginado.

Em uma carta datada de 1884, apenas dois anos após a morte do Conde, fazendeiros de Simão Pereira encaminharam ao periódico “A Província de Minas”, uma carta reclamando dos problemas causados por brasileiros e italianos que vadiavam pela região, agravados pela participação de um número considerável de escravos libertos da Santa Sofia:

“Chamamos a atenção de V. Excs. [Presidente e Chefe de Polícia da Província de Minas Gerais], para o estado anômalo em que se acha esta freguesia; além do grande número de nacionais e italianos que vagueiam sem ocupação nesta infeliz freguesia, ainda vieram aumentar esse número 50 a 60 libertos da fazenda de Santa Sofia (libertos pelo finado Conde de Prados) que vivem inteiramente só tratando de roubar os fazendeiros. [...] Vamos, pois, pedir a V. Excs. Que façam com que as autoridades façam dispersar esses vagabundos e libertos fazendo-os procurar ocupação, e prendam e remetam para a cadeia esses escravos”⁴¹.

Ou seja, o ato de ‘benevolência’, digno de nota nos obituários do Conde, citados anteriormente, rapidamente mostrou seu reverso. Vale lembrar que o medo da vadiagem, era uma das principais justificativas daqueles que argumentavam a favor da escravidão nos debates da segunda metade do século XIX. Desta maneira, a liberdade dos cativos

⁴¹ A Província de Minas. Ouro Preto, 29 de Maio de 1884, p.3.

se apresentava como um problema que ultrapassava a questão da mão de obra, para se tornar um problema de ordem pública.

Examinar a trajetória desses antigos escravos e da fazenda Santa Sofia aos anos imediatamente anteriores e posteriores a 1888, contudo, é tarefa para outra investigação.

Considerações Finais

O objetivo desta dissertação foi compreender a escravidão e a economia cafeeira no Vale do Paraíba mineiro por meio do estudo do caso da fazenda Santa Sofia. Desde o princípio, a análise dos documentos relativos à fazenda e seu principal proprietário, Camilo Maria Ferreira Armond, Conde de Prados se mostrou promissora. O contato com um rico acervo documental comprovou que o caso da Santa Sofia pode auxiliar na iluminação de processos mais amplos.

No que diz respeito à pesquisa em si, confirmou-se que a produção da fazenda Santa Sofia estava atrelada à exportação de café, logo, ao mercado internacional. Como há tempos vem salientando uma importante vertente historiográfica, a província de Minas Gerais não produzia somente gêneros para o mercado interno. O café era parte importante da pauta de exportações mineiras. A documentação consultada sugere que a Santa Sofia tinha sua produção substancialmente voltada para a produção cafeeira.

Além disso, constatou-se que Santa Sofia produzia uma quantidade considerável do artigo, algo verificado a partir de séries de notas de consignação de café remetidas por comissários do Rio de Janeiro, figuras fundamentais que faziam a ligação entre aqueles que plantavam o produto no interior e os compradores do mercado externo. Eram também os comissários que traziam informações do mercado internacional, especialmente para aqueles clientes estabelecidos no interior. Eram eles que, a partir das demandas do mercado e das qualidades do café, estabeleciam os preços a serem pagos aos plantadores, e as notas e as cartas por eles remetidas refletem a constante flutuação de preços do mercado de café.

Também se observou através das cartas trocadas com os comissários a importância e a influência das conexões que Camilo Armond tinha no Rio de Janeiro, cidade na qual viveu por conta de sua atuação política entre as décadas de 1840 e 1880. Ele mantinha negócios com uma série de comissários, e travou contato com muitos políticos e homens importantes por conta de sua proeminente atuação política.

Camilo Armond tem uma biografia semelhante a de seus contemporâneos, filhos de famílias abastadas ligadas ao tráfico de escravos, ao comércio e à *plantation* escravista, que iam estudar na Europa, de onde voltavam para ocupar cargos políticos, exercer ofícios importantes ou para assumir os papéis de seus pais, nas fazendas. Camilo passou por todas estas etapas e não há dúvidas de que o sucesso alcançado por seus familiares, especialmente seu pai, foi a base para suas futuras empreitadas. A

atuação no ofício de médico não durou muito tempo. A maior parte de sua vida esteve ligada à política e à fazenda. As frequentes estadas no Rio de Janeiro foram o motivo pelo qual ele teve que contar com o auxílio da família para levar os negócios da fazenda adiante. Na falta de filhos, foram os genros e a esposa que ocuparam posições estratégicas e importantes, com destaque para Hipólito Dorneles de Albuquerque Mello, na administração de Santa Sofia, e Joaquim de Mello Franco, na consignação de café e venda de gêneros.

Além dos negócios e da produção de café, esta dissertação apresentou uma abordagem sobre a demografia da fazenda, tarefa realizada empregando o uso de uma série de documentos, especialmente duas relações de escravos e certidões de nascimento e óbito. Para se chegar o mais próximo possível de uma recomposição precisa foram cruzados dados de diferentes documentos, já que nenhum deles trazia informações completas.

Camilo Armond possuía um número considerável de escravos. Por meio da leitura dos documentos foi constatado que a maioria de seus escravos era proveniente da própria província de Minas Gerais e alguns poucos eram africanos. É muito provável que a reprodução natural tenha sido importante para a composição da força de trabalho da Santa Sofia. No entanto, não se descarta que outro caminho tenha sido o tráfico interprovincial, já que documentos confirmam que mesmo após o final do tráfico transatlântico, o Conde de Prados continuou comprando escravos. É importante destacar que a dinâmica da crise da escravidão também foi um dos panos de fundo desta história. Acredito que este fato influenciou de maneira direta no tratamento dispensado aos cativos da Santa Sofia e às preocupações constantes do Conde a respeito da higiene, das famílias formadas no cativeiro e das alforrias que deveriam ser concedidas após sua morte, por exemplo.

Esta dissertação não esgota as possibilidades de temas que podem ser estudados a partir da Santa Sofia. Ela abre caminho para investigações futuras, sobre temas como a continuidade da produção cafeeira após a libertação dos escravos, um estudo mais detido sobre seu agenciamento espacial, a atuação política do Conde Prados durante seus anos na Corte, os laços formados pela comunidade escrava, entre outros assuntos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, Petrópolis

“Arquivo da Família do Conde de Prados”

Arquivo Histórico de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

“Processos Criminais de Homicídio, 16 de maio de 1871”

Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi, Barbacena.

“Inventário post mortem do Conde de Prados, 1885”

Arquivo Particular da Fazenda Santa Sofia, Santana do Deserto.

II. Periódicos

A Província de Minas. Ouro Preto, 1884.

O Correio Paulistano. São Paulo, 1882.

O Baependyano. Baependy, 1882.

O Novo Mundo. Nova Iorque, 1876.

III. Fontes Impressas

Almanak Laemmert. Rio de Janeiro: H. Laemmert & Co., 1882.

Annuario de Minas Geraes, Vol. 1, 1906.

LAËRNE, C.F. van Delden. *Brazil and Java. Report in Coffee-Culture in America, Asia and Africa, to H.E. the Minister of the Colonies, by..., attached to the Department of the Interior at Batavia (Java), charged by the Dutch Government with a special mission to*

Brazil on behalf of the Coffee-Culture and Coffee-commerce in the Dutch Possessions in India. London: W.H.Allen & C; The Hague: Martinus Nijhoff, 1885.

MENEZES, Eduardo de. *Biografia do Conde de Prados*, 1912.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1878.

IV. Mapas

GOOGLE Maps. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em 22 de Setembro de 2013.

V. Bibliografia

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais – 1808-1888: Elementos para um estudo de caso*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1988.

ALMICO, Rita. *Fortunas em movimento: as mudanças ocorridas na riqueza pessoal – Juiz de Fora/1870-1920*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 2001.

ANDRADE, Eloy. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Rede Gráfica, 1989.

ANDRADE, Rômulo. “Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: O caso da Zona da Mata” In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 11, n. 22, pp.95-125, 1991.

_____. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1995.

_____. “Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais oitocentista” In: *População e Família*, São Paulo, v. 1, n. 1, pp. 181-209, 1998.

_____. “Casamentos entre Escravos na Região Cafeeira de Minas Gerais” In: *Revista Universidade Rural*. Seropédica, v. 22, n. 2, pp. 177-197, 2000.

ARGOLLO, André. *Arquitetura do Café*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

AZEVEDO, Aroldo de. “Doutor Rodrigues, Barão de Santa Eulália: a vida de um Barão do Café”. In: *Revista de História*. São Paulo, n. 44, pp. 313-336, 1960.

BACHA, Edmar & GREENHILL, Robert. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcelino Martins & E. Johnston, 1992.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

BERGAD, Laird. *Escravidão e História Econômica – Demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do Século XIX: Liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2004.

BLASENHEIM, Peter. “As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove”. In: *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v. 2, v. 2, pp. 81-110, 1996.

CAMILLO, Ema. “Lidgerwood MFG Co. Estratégias de penetração e permanência no mercado brasileiro de máquinas de beneficiamento de café, da década de 1850 a 1890.” In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica*, 2003.

CANABRAVA, A. P. “A grande propriedade rural”. In: HOLANDA, S. B. de (org.). *História geral da civilização brasileira*. T. 1, v. 2. São Paulo: Difel, 1960.

_____. “A grande lavoura”. In: HOLANDA, S. B. de. (org.). *História geral da civilização brasileira*. T. 2, v. 4. São Paulo: Difel, 1971.

CARRARA, Angelo. *Estruturas agrárias e capitalismo; ocupação do solo e transformação do trabalho na zona da Mata central de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. Mariana: EdUFOP, 1999.

CARRILHO, Marcos José. *As fazendas de café no Caminho novo da piedade*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1994.

_____. “Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba”. In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.14, n.1, pp. 59-80, 2006.

CARVALHO, Maria Cristina Wolff (org.) *Caminhos do Rio a Juiz de Fora*. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2010.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Orgs.). *Resgate. Uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995.

CONRAD, Robert E. *Os últimos anos da escravidão no Brasil (1850 - 1888)*. (Trad. port.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. “The planter class and the debate over Chinese immigration to Brazil, 1850-1893” In: *International Migration Review*, v. 9, n.1, pp. 41-55, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4ª ed., São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra: Círculo do Livro S.A., 1977.

D’ELBOUX, Roseli. “Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo” In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 14, n. 2, pp. 193-250, 2006.

DELFIM NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo, 1966.

EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – Séculos XVII e XIX*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1989.

FERRAZ, Cícero. *Fazendas do Sul de Minas - Arquitetura Rural nos Séculos XVIII e XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 2008.

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (org.). *Ensaio sobre a Escravidão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.

GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. *A Paz das Senzalas (Famílias Escravas e Tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GOMES, Flávio S. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro -- séc. XIX*. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *A Hidra e os Pântanos. Mocambos e Quilombos no Brasil Escravista*. São Paulo: Editora da UNESP/Polis, 2005.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias entre Minas colonial e provincial*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1999.

GUIMARÃES, Elione Silva. “Rixas e brigas entre companheiros de cativeiro (Juiz de Fora, 1850-88)”. In: *Revista Univ. Rural*, Rio de Janeiro, v.24, pp. 89-100, 2003.

_____. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação – Família, trabalho, terra e conflito* (Juiz de Fora – MG, 1828 – 1928). São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa Edições, 2006.

_____. “Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do Sudeste do Brasil (Zona da Mata Mineira – Século XIX)” In: *América Latina en la Historia Económica*, v. 32, pp. 155-187, 2009.

_____. *Terra de Preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos* (Vale do Paraíba mineiro, 1850 – 1920). Niterói: Editora da UFF, 2009.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *Os padrões das alforrias em um município cafeeiro em expansão – Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1844-88*. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. “A evolução do patrimônio da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais, 1751-1850)”. In: Elione Silva Guimarães; Márcia Maria Menendes Motta. (Org.). *Campos em disputa: história agrária e Companhia*. São Paulo: Annablume, 2007, pp. 63-86.

_____. *Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais - A família Ferreira Armonde (1751-1850)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2010.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira – 1870/1920*. Campinas: UNICAMP, 1988.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência. Escravos e Senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais – 1870/1920*. Petrópolis: Vozes, 1981.

LOURENÇO, Thiago. *O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: Política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2010.

LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. “A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – uma Hipótese.” In: *Economia Escravista em Minas Gerais*, Campinas, Cadernos IFCH-UNICAMP, v.10, pp.1-14, 1983.

MACHADO, M. H. P. T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1994.

MARCONDES, Renato Leite. “A Pequena e a Média Propriedade na Grande Lavoura no Vale do Paraíba”, In: *Locus - Revista de História*. Juiz de Fora, v. 4, n. 2, pp. 35-54, 1998.

_____. *A arte de Acumular na Economia Cafeeira – Vale do Paraíba Século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.

MARQUESE, Rafael de Bivar. “A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847”, In: *Revista de História*, São Paulo, v. 137, pp. 95-112, 1997.

_____. *Administração e escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo, Hucitec, 1999.

_____. *Factores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras: 2004.

_____. “Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v.13, n.2, pp. 165-188, 2005.

_____. “A paisagem da cafeicultura na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e Georg Grimm”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, v.44, pp. 55-76, 2007.

_____; TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, Belo Horizonte: Cedeplar / UFMG, 1980.

MATIELLO, José Braz. *O café. Do cultivo ao consumo*. São Paulo: Globo, 1991.

MELLO, Pedro Carvalho de. *A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Programa Nacional de Pesquisa Econômica, 1984.

MELLO, Pedro Carvalho de & SLENES, Robert W. “Análise econômica da escravidão no Brasil”. In: NEUHAUS, P. (org.). *Economia brasileira: uma visão histórica*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal, 1801-1829*. São Paulo, Annablume - FAPESP, 1999.

MOTTA SOBRINHO, Alves. *A civilização do café (1820-1920)*. 2ª ed. Rev., São Paulo, Brasiliense, 1968.

MOTTA, José Flávio & NOZOE, Nelson Hideiki. “Cafeicultura e acumulação”. In: *Estudos Econômicos*, n.24, v. 2, pp. 253-320, 1994.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *O Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. 2ª Ed. rev. e ampl. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

MUAZE, Mariana, *As memórias da viscondessa: Família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

PAIVA, Clotilde. *População e economia: Minas Gerais do século XIX*. Tese de Doutorado – FFLCH-USP, São Paulo, 1996.

PINHEIRO, Fábio W. A. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata, c. 1809 – c. 1830*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. (1ª ed: 1945). São Paulo: Brasiliense, 1985.

PEDROSA, Manuel X. de Vasconcelos. “Zona silenciosa da historiografia mineira – a Zona da Mata” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG*. Belo Horizonte: vol. IX, 1962.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas fazendas de café da província fluminense*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

REIS, Thiago de Souza dos. *Morte e escravidão: padrões de morte da população escrava de Vassouras, 1865-1888*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. “A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX” In: *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: v.14, n.1, pp. 125-161, 2006.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em juiz de fora – 1870/1900*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2001.

_____. “Estrutura de terras e transição do trabalho em um grande centro cafeeiro, Juiz de Fora, 1870-1900.” In: *10º. Seminário sobre a economia mineira*, Diamantina, 2002.

SILVA, Áurea Pereira da. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc XVIII – XX). In: *Anais do Museu Paulista*. Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 14, n. 1, pp. 11-57, 2006.

SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

SIMONSEN, Roberto C. *Aspectos da história econômica do café*. São Paulo: Separata da Revista do Arquivo, 1940.

SLENES, Robert. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888.” In: COSTA, Iraci Del Nero da (org.) *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986.

_____. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século” XIX. In: *Estudos Econômicos*, v.18, n.3, pp.449-495, 1988.

_____. *Na Senzala Uma Flor – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SMITH, H. H. *Uma fazenda de café no tempo do Império*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1941.

SOUZA, Elza de. “Distribuição das propriedades rurais no Estado de Minas Gerais.” In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.13, n. 1, pp. 47-70, 1951.

SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A evolução das técnicas produtivas no século XIX: o engenho de açúcar e a fazenda de café no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Campinas, UNICAMP, 1978.

SPINDEL, Chejwa R. *A hegemonia do café e as mudanças nas relações sociais de produção: formação e uso da força de trabalho no Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1978.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café*, (trad. port.) São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961.

SWEIGART, Joseph E. *Coffee factorage and the emrgence of a brazilian capital market, 1850- 1888*. New York, London: Garland Publishing Inc. 1987.

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939-1943, 15 vols.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro* (1ª ed: 1839). Org.Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VALVERDE, Orlando. “A fazenda de café escravocrata no Brasil”. In: *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. “Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, pp. 3-82, 1958.

VITTORETTO, Bruno Novelino. *Do Parahybuna à Zona da Mata: Terra e trabalho no processo de incorporação produtiva do café mineiro (1830-1870)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, UFJF, 2012.

WALLACE-SANDERS, Kimberly. *Mammy. A century of Race, Gender and Southern Memory*. Ann Arbor/University of Michigan Press, 2008.